

Demonstrações Financeiras e
Relatório da Administração da
Eletrobras Furnas
2015



Eletrobras
Furnas



Energia que impulsiona o Brasil

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2015

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Conselho de Administração

José da Costa Carvalho Neto
Presidente

Flávio Decat de Moura
Francisco Romário Wojcicki
Leonardo dos Santos Pessoa
Manoel Carlos de Castro Pires
Vladimir Muskatirovic

Diretoria Executiva

Flávio Decat de Moura
Diretor-Presidente

Cesar Ribeiro Zani
Diretor de Operação e Manutenção

Flávio Decat de Moura
Diretor de Administração

Nilmar Sisto Foletto
Diretor de Finanças

Olga Côrtes Rabelo Leão Simbalista
Diretora de Gestão de Novos Negócios e de Participações

Flávio Eustáquio Ferreira Martins
Diretor de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Apesar dos cenários macroeconômico e hidrológico desfavoráveis, continuamos em 2015 nossa trajetória de recuperação da lucratividade e da geração de caixa verificada antes da prorrogação das concessões sob o novo regime econômico instituído pela Lei nº 12.783/2013.

Em termos de geração de caixa, praticamente atingimos os mesmos níveis pré-prorrogação das concessões. Quanto ao resultado, só não foi positivo em face do registro de provisões na realização de investimentos em participação, atendendo a critérios extremamente conservadores de avaliação.

Estes resultados somente foram possíveis porque mantivemos o foco na eficiência das operações, na otimização dos processos, na busca por melhorias contínuas e consequente redução de custos.

Do ponto de vista macroeconômico, 2015 foi um ano de abrandamento, que impactou diretamente o consumo de energia elétrica. O Brasil registrou uma redução de 2,1% face a 2014.

O cenário hidrológico persistiu abaixo dos registros históricos médios, já que tivemos um dos piores períodos úmidos dos últimos 85 anos. Esse contexto afetou diretamente o custo das geradoras, que ficaram expostas a um *Generation Scaling Factor* (GSF) de 85,1%, percentual pior que o registrado em 2014, de 90,6%. O mecanismo de repactuação do risco hidrológico, disposto na Lei nº 13.203/2015, à qual Furnas decidiu aderir em dezembro último, veio atenuar parcialmente esses impactos.

Seguimos firmemente com o nosso objetivo de ser uma empresa integrada de referência no mercado energético brasileiro, com enfoque nos negócios de Geração, Transmissão, Comercialização e Serviços de Energia. Nesse sentido, demos importantes passos em 2015.

Persistimos no objetivo de manter excelência operacional, condição essencial para a eficácia de nossa contribuição ao progresso do País. Para tanto, continuamos a investir em nossas usinas, linhas de transmissão e subestações por meio de amplo programa de melhoria e modernização destinado a manter essas instalações nos mais altos padrões de qualidade e confiabilidade.

A aderência aos princípios de sustentabilidade prossegue em temas essenciais para a boa gestão do nosso negócio, como transparência, ética, direitos humanos, proteção ao meio ambiente, combate à corrupção, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

As decisões tomadas por Furnas, em seus negócios, operações e relacionamentos, são orientadas por olhar amplo e sistêmico, que considera as variáveis econômicas, sociais e ambientais de maneira integrada. Com este entendimento, a Empresa tem dado enfoque às ações de comunicação direcionadas às comunidades próximas aos seus empreendimentos. Destaque para o Furnas Educa, programa de educação ambiental e eficiência energética, que levou conhecimento a cerca de 500 mil crianças e adolescentes em todo o País.

A Empresa entende que, para ser sustentável e garantir, simultaneamente, a perenidade dos negócios e a geração de valor aos públicos de interesse, o equilíbrio desses três fatores deve ser perseguido e habilitado por relações pautadas pela ética e pela transparência.

Com esta convicção, e embora tenhamos objetivos de expansão de nossos negócios, abstivemos-nos da disputa de novos empreendimentos em leilão no exercício de 2015, de forma a resguardar nossa disponibilidade de caixa e manter fortalecidas as finanças da Empresa. Nesse ínterim, tratamos de aprimorar a estrutura de gestão das participações que Furnas possui em Sociedades de Propósito Específico, reforçando a qualificação dos profissionais envolvidos e aperfeiçoando os mecanismos de governança da Empresa com respeito às sociedades.

Como consequência de um trabalho sério e comprometido com a transparência de suas informações, Furnas recebeu, pela quinta vez, a premiação Destaque do Troféu Transparência do XIX Prêmio Anefac/Fipecafi/Serasa-Experian, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, na Categoria Empresas de Capital Fechado, sendo também homenageada como destaque em sua categoria pela qualidade de suas demonstrações financeiras no exercício de 2014.

Adicionalmente, desde 2003, somos signatários do Pacto Global, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para estimular empresas a incorporar práticas de responsabilidade social corporativa.

Importante destacar que, em 15 de dezembro, a ANEEL aprovou os resultados da fiscalização do Laudo de Avaliação para fins de indenização dos ativos ainda não amortizados que, a preços atuais, alcançam valores muito expressivos. Ainda com respeito a receitas de Transmissão, temos expectativa de lograr igual êxito em nosso pleito de reconhecimento, pela Aneel, da receita de controle de reativo, ressaltando que Furnas responsável por quase 50% da atividade de controle de reativo no âmbito do Sistema Interligado Nacional.

Terminamos o ano com a sensação de dever cumprido e de que fizemos tudo o que era necessário para contornar os efeitos do cenário externo. Todos os nossos movimentos nos ajudaram a registrar avanços importantes no caminho do ajuste da Empresa ao novo cenário regulatório. O EBITDA alcançou R\$ 1,8 bilhão, correspondendo a uma margem EBITDA de 28%, nível este superior ao verificado no último ano da vigência dos contratos prorrogados, expressando o sucesso das iniciativas de ajuste empreendidas.

Este desempenho do EBITDA permitiu a realização dos programas de investimento e inversões mantendo a solidez financeira e um nível de endividamento saudável.

O resultado ainda não foi positivo em face do registro de provisões conservadoras na realização de investimentos em parceria. O prejuízo apurado, de R\$ 70 milhões, foi 83% inferior ao registrado no exercício anterior e em clara trajetória de retorno à lucratividade, superando os impactos ocasionados pela prorrogação das concessões.

Finalizando, apesar de todos os desafios e complexidades do setor elétrico, temos confiança no futuro e contamos com o apoio dos nossos colaboradores e dos nossos acionistas para que Furnas continue a ser reconhecida como uma grande empresa brasileira de energia, mais sólida e competitiva, de uma sociedade mais justa e de um País cada vez mais desenvolvido e sustentável.

Viva Furnas!

PERFIL DA EMPRESA

Com 58 anos de história, Furnas é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, cujo principal acionista é a União. Desta forma, caracteriza-se também como empresa de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Foi criada em 28 de fevereiro de 1957 pelo Decreto nº 41.066, para construir e operar a primeira usina hidrelétrica de grande porte no Brasil, bem como o sistema de transmissão associado interligando Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Furnas atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, com instalações em regiões abrangidas pelo Distrito Federal e pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. Em parceria com empresas estatais e privadas, Furnas participa de empreendimentos de geração e transmissão de fundamental importância para garantia do aumento da oferta de energia elétrica no País.

Integram seu parque gerador 30 usinas próprias ou em parceria com a iniciativa privada, das quais: a) 20 são hidrelétricas, sendo 4 próprias, 6 sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 em parceria com a iniciativa privada e 8 em regime de participação em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), com potência instalada total de 14.842,5 MW; b) 3 são eólicas em regime de participação em SPEs, com potência instalada total de 187,04 MW; c) 5 são Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com potência instalada total de 22,31 MW; e d) 2 são termelétricas, com 530 MW de potência instalada total. Este parque gerador supre 15.581,85 MW de potência instalada no mercado de energia elétrica brasileiro, dos quais Furnas detém 11.161,17 MW.

O parque transmissor concentra 24.154 km de linhas, das quais 4.247 km sob a forma de participação em SPEs, possuindo ainda 70 subestações, com capacidade de transformação total de 119.118 MVA, já incluídos 15.750 MVA referentes a 20 subestações de suas investidas.

Um dos destaques do exercício de 2015 foi a entrada em operação de três novas Unidades Geradoras (UGs) na UHE Santo Antônio e duas na UHE Teles Pires, agregando, conjuntamente, 940,39 MW de potência instalada à capacidade de geração do País.

A produção de energia foi de 40.174 GWh, dos quais 18.908 GWh gerados por usinas próprias, afetadas ou não pela Lei nº 12.783/2013, e 21.266 GWh por usinas de investidas.

Além de responsável pela Operação e Manutenção (O&M) de grande parte destes empreendimentos, a Empresa atua, ainda, na comercialização de energia elétrica, tendo efetuado, em 2015, a compra de 3.536 GWh e a venda de 38.831 GWh, em total comercializado de 42.367 GWh.

Ao longo do exercício de 2015, Furnas investiu um total de R\$ 1.652 milhões, dos quais R\$ 729 milhões em empreendimentos próprios e R\$ 923 milhões em SPEs nas quais possui participação.

O desempenho de Furnas ao final do exercício evidenciou EBITDA ajustado individual de R\$ 1.799 bilhão e resultado líquido negativo da ordem de R\$ 70 milhões. Apesar de ainda não ser positivo, ficam evidenciados os esforços de recuperação dos impactos ocasionados pela prorrogação das concessões sob a égide do novo regime econômico instituído pela Lei nº 12.783/2013.

A excelência em Operação e Manutenção credenciou a Empresa a se engajar, nos últimos anos, em grandes projetos, com destaque para sua participação na implantação da UHE Santo Antônio, da linha de transmissão em corrente contínua de 600 kV que liga aquela usina ao Sudeste, e da linha de transmissão em corrente contínua de 800 kV que escoará, igualmente para o Sudeste, a energia da usina de Belo Monte, em construção no Estado do Pará.

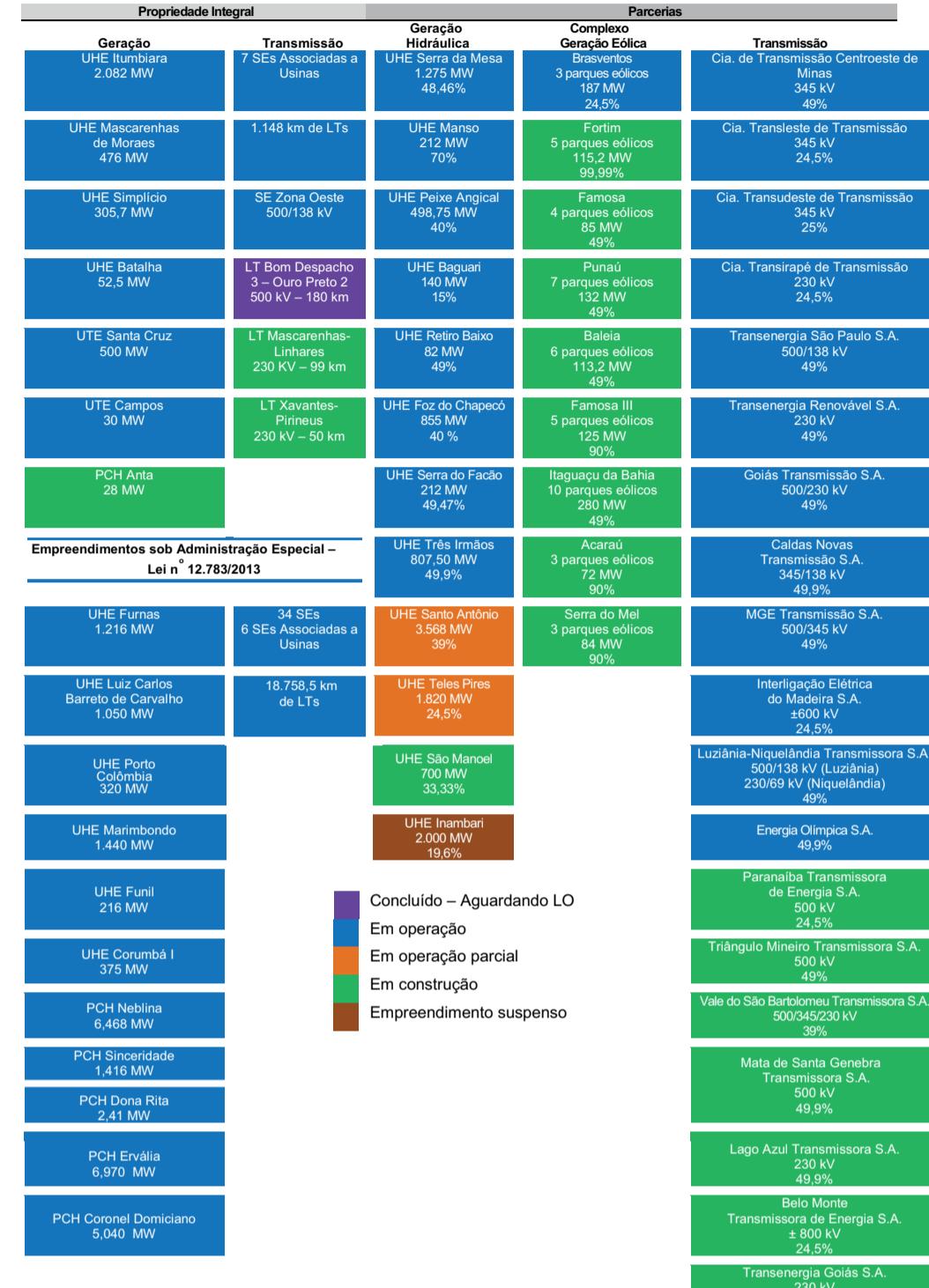
A médio prazo, o sistema elétrico do País terá sua capacidade de geração ampliada com a entrada em operação das próximas UGs das UHEs Santo Antônio e Teles Pires e com a conclusão da UHE São Manoel e da PCH Anta, além da construção de 43 novos parques eólicos. Serão 3.895,73 MW de potência instalada adicional, fruto de investimentos próprios e de parcerias com a iniciativa privada. Adicionalmente, a Empresa participa da construção de 4.883 km de novas linhas de transmissão e realiza importantes obras de ampliação em inúmeras instalações existentes.

Quanto à força de trabalho, Furnas vem ajustando seu quadro para um novo contexto setorial. A Empresa contava, ao final do exercício de 2015, com 3.548 empregados efetivos e 1.178 não efetivos, contra 3.517 e 1.330, respectivamente, no exercício anterior.

Furnas pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade e pelo respeito e cuidado com o meio ambiente e com as comunidades. A Empresa também mantém programas de preservação da biodiversidade, de conservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural e de uso racional da energia, além de ações sociais e de apoio à cultura brasileira.

Na figura a seguir, são representados, na posição de 31 de dezembro de 2015, todos os empreendimentos de Furnas, próprios e em parceria, estes últimos com informação do respectivo percentual de participação.

MAPA DE EMPREENDIMENTOS



CENÁRIO SETORIAL

O consumo de energia elétrica no País, em 2015, foi afetado pelo cenário desfavorável da atividade industrial e elevação da tarifa média de eletricidade aos consumidores, tendo totalizado 464,7 mil GWh, com queda de 2,1% em relação ao verificado em 2014, segundo dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A categoria comercial, que representa 19,5% do mercado brasileiro, cresceu 0,6%, distanciando-se da taxa média de crescimento anual realizada nos últimos anos (superior a 6% a.a.).

O segmento residencial, com participação de 28,3% no total, apresentou retração de 0,7%, a primeira queda da classe após o rationamento de 2001/2002, resultado este atribuído às condições desfavoráveis de emprego, renda e crédito que frearam a aquisição de novos eletrodomésticos.

Já o consumo industrial, que responde por 36,5% do total, registrou queda de 5,3%, reflexo do comportamento da indústria nacional, evidenciando a retração generalizada dos maiores segmentos industriais no País.</p



Energia que impulsiona o Brasil

Eletrobras
FurnasMinistério das
Minas e EnergiaGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Projeto	Nº de Cadastros	%
Geração	307	91,4
Eólica	148	44,0
Solar	101	30,1
Pequena Central Hidrelétrica (PCH)	36	10,7
UTE Biomassa	4	1,2
UTE Gás Natural	9	2,7
UTE Resíduos Sólidos	6	1,8
UTE Carvão	3	0,9
Alienação de Ativos	29	8,6
Linhas de Transmissão (LTs)	2	0,6
Eólica	16	4,8
PCH	7	2,1
UHE	3	0,9
Solar	1	0,3
Total	336	100,0

AMBIENTE REGULATÓRIO

O Ambiente Regulatório de 2015 foi marcado pelo cenário hidrelétrico adverso, tendo-se os geradores de energia elétrica deparado com grandes perdas financeiras, oriundas da exposição ao Mercado de Curto Prazo. Nesse contexto, a renovação/licitação de concessões vincendas permeou as atividades regulatórias ao longo do ano de 2015.

Repactuação do Risco Hidrológico - Lei nº 13.203/2015

A Lei nº 13.203/2015, fruto de conversão da MP 688/2015, estabeleceu as condições para transferência do risco hidrológico dos geradores de energia elétrica para os consumidores, por meio das bandeiras tarifárias.

A transferência voluntária do risco dos geradores para o consumidor se dará mediante o pagamento de prêmio de risco e a cessão dos direitos e obrigações dos geradores referentes à liquidação da energia secundária e ao deslocamento de geração hidrelétrica, decorrentes dos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), no Mercado de Curto Prazo. Outra condição imposta pelo governo para a repactuação é a desistência das ações judiciais em que seja requerida a isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

Aderindo o gerador à repactuação, será calculado o ativo regulatório, valor correspondente à exposição, no Mercado de Curto Prazo, incorrida durante o ano de 2015, o qual será resarcido ao gerador mediante postergação no pagamento do prêmio de risco. Os geradores com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) que aderirem à repactuação poderão optar entre três classes de produtos: P, na qual o gerador permanece com a propriedade da energia secundária; SP, onde a energia secundária também é transferida ao consumidor; e SPR, em que, além da energia secundária, o gerador transfere ao consumidor o risco de redução da garantia física. Para cada produto, o gerador deve escolher entre percentuais de transferência de risco para o consumidor, que variam de 0% a 11% para os produtos S e SP, e de valor fixado em 11% para o produto SPR.

No ambiente de livre comercialização, a repactuação se dará pela contratação de 5% a 11% de sua garantia física em energia de reserva.

Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste - Lei nº 13.182/2015

Em 3 de novembro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.182/2015, objeto da conversão da Medida Provisória nº 677/2015, a qual autoriza Furnas a participar do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (FESC), com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica.

A Lei estabelece também que, observadas as condições dispostas no normativo, a concessão da UHE Itumbiara será prorrogada pelo prazo de até 30 anos a partir de 27 de fevereiro de 2020, afastando o prazo de antecipação previsto no Art. 12 da Lei nº 12.783/2013.

Deverão ser realizados leilões para a venda da garantia física associada à UHE Itumbiara, sendo celebrados contratos entre Furnas e os consumidores finais com unidades consumidoras localizadas no submercado Sudeste/Centro-Oeste, da classe industrial, produtores de ferroliças, de silício metálico ou de magnésio. Os referidos contratos terão início de suprimento em janeiro de 2016, 2017 e 2018, e término em 26 de fevereiro de 2035.

A partir de 27 de fevereiro de 2030, os montantes de energia contratados serão reduzidos à razão de um sexto a cada ano, observado o término do suprimento em 26 de fevereiro de 2035. Os montantes de energia correspondentes à referida redução passarão a ser destinados à alocação de cotas de garantia física de energia e de potência nos termos da Lei nº 12.783/2013, assim como qualquer energia descontratada.

A partir de 27 de fevereiro de 2035 e até o final do novo prazo de concessão da UHE Itumbiara, que se encerra em 27 de fevereiro de 2050, toda a garantia física da usina será destinada ao regime de cotas.

Os recursos do FESC virão de aportes de Furnas, oriundos da diferença entre a receita dos contratos acima mencionados e o valor da Receita Anual de Geração (RAG) calculado pela Aneel. O valor a ser aportado ao fundo será de: 88% da diferença, no período de 27 de fevereiro de 2020 a 26 de fevereiro de 2030; e 100% da diferença, no período de 27 de fevereiro de 2030 a 26 de fevereiro de 2035.

Os recursos do FESC deverão ser investidos, de acordo com a deliberação do Conselho Gestor do Fundo, em empreendimentos de Geração e Transmissão, respeitado o mínimo de 50% no Sudeste e no Centro-Oeste. Tais recursos serão de titularidade de Furnas, para implantação de empreendimentos por meio de SPEs nas quais tenha participação acionária de até 49%.

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

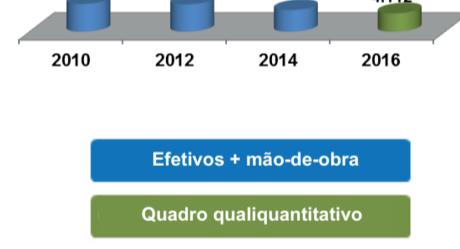
Na continuidade da reestruturação organizacional iniciada com o projeto PRO-Furnas, foi dado início, em janeiro de 2014, a um novo projeto, também fruto de Convênio de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e com o apoio da consultoria da Roland Berger Strategy Consultants.

O novo projeto, denominado PRO-Furnas II, iniciou-se com a revisão e implantação de 219 iniciativas de otimização de processos identificadas na PRO-Furnas, das quais, até o final de 2015, 113 haviam sido concluídas.

O projeto também abrangeu a estruturação das áreas de recursos humanos e de tecnologia da informação com ênfase em um perfil mais estratégico, tendo em vista a absorção de suas atividades operacionais pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC).

Em outra frente de atuação, foi detalhado o Quadro Qualiquantitativo de Referência, definido em agosto de 2014 com o envolvimento do corpo gerencial da Empresa, que especificou, em nível de macroprocesso, processo e unidade organizacional, as necessidades de cada área no que tange ao número e perfil de colaboradores.

Quadro de Pessoal



Nota: Caso sejam considerados portadores de necessidades especiais, assessores externos, cedidos e estagiários, o quadro de 2014 totaliza 5.088 profissionais.

Ao definir seu quadro de referência com 4.112 vagas para 2016, Furnas sinaliza forte redução face à força de trabalho de 2010 e maior foco nos processos de negócio frente aos corporativos (quadro em processos de negócio passa a representar 62% do quadro total, contra 49% em 2010), resultado do processo de otimização e busca por excelência na gestão empresarial.

O ajuste do quadro de pessoal, em direção a sua referência, e a otimização de processos foram alinhados a uma realidade de custos de O&M compatíveis com a opção de renovação de concessões nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Em sequência, o projeto avança em outra frente, voltada à real constituição do quadro, por meio de programas de mobilidade interna, capacitação e promoção, além de recrutamento de pessoal, sob a condução da área de recursos humanos.

O sucesso já obtido ensejou a criação de outros projetos, na busca de excelência de gestão e governança, com destaque para os recém-aprovados Plano de Geração de Valor (PGV), voltado à agregação de valor aos acionistas, e Plano de Gestão de Ativos (PGA), com enfoque regulatório e patrimonial, ambos visando à preservação e garantia da receita.

PLANO DIRETOR / PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO (PNG)

O Plano Diretor é um guia de gestão que reflete compromissos da Empresa e do Conselho de Administração para com seus acionistas no que se refere a metas econômico-financeiras (receita, EBITDA, lucro líquido, dividendos), covenants, estratégias empresariais de crescimento e política de investimentos. Trata-se de visão plurianual, com objetivos e resultados a serem perseguidos. Para cumprir sua finalidade, contempla metas de curto, médio e longo prazo nos campos gerencial, administrativo, financeiro e operacional, assim como de investimentos no crescimento e expansão dos negócios.

O Plano Diretor passou por revisão para adaptação à nova realidade do setor elétrico brasileiro após a prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia elétrica. Tal revisão visou essencialmente à recuperação das receitas e do EBITDA. A estratégia que vem sendo adotada para tanto envolve investimentos corporativos e parcerias para investimentos em projetos *greenfield*.

A Empresa vem atuando fortemente no sentido de otimizar suas receitas auferidas. Dessa forma, pode-se destacar as seguintes iniciativas: reconhecimento por parte da Aneel do direito de recebimento de indenização relativa à RBSE no montante de R\$ 9 bilhões (base dezembro de 2012) e reconhecimento da Potência Reativa na RAP, que, em 2018, deverá atingir o montante de R\$ 500 milhões.

Em 2014, a *Holding* introduziu nova estrutura de planos estratégicos para as empresas controladas. O documento que consolida os planos das empresas Eletrobras é denominado Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) e o plano individual de cada empresa é chamado de Plano de Negócios e Gestão (PNG).

O Plano de Negócios e Gestão de Furnas considera os investimentos (corporativos e inversões financeiras) para os próximos cinco anos. Estão previstos investimentos de aproximadamente R\$ 10,3 bilhões no mesmo período. Os investimentos já contratados atingem o montante de R\$ 5,3 bilhões, enquanto para os novos empreendimentos estão projetados em R\$ 5 bilhões.

Considerando os investimentos já contratados, o segmento Geração será responsável por R\$ 2,1 bilhões, enquanto a Transmissão receberá investimentos de R\$ 3,2 bilhões.

Por outro lado, os novos empreendimentos de Geração receberão investimentos de R\$ 4 bilhões e os de Transmissão receberão R\$ 1 bilhão.

As fontes de recursos para financiar os investimentos supracitados serão as seguintes:

- indenização oriunda da RBSE – R\$ 5,7 bilhões;
- reinversão de dividendos (Eletrobras) – R\$ 3,4 bilhões;
- financiamentos contratados junto ao BNDES – R\$ 350 milhões;
- financiamentos sem fontes definidas – R\$ 850 milhões.

No segmento Transmissão de energia, merece destaque a iniciativa de Furnas em busca da excelência operacional. Para tanto, está sendo implementado o Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET), para modernização do sistema de transmissão. O programa engloba a aquisição de novos equipamentos de transformação e de controle de tensão, a implantação de melhorias e reforços, destacando-se a modernização dos sistemas de proteção e dos equipamentos de manobra.

Os empreendimentos próprios ainda em implantação são as linhas de transmissão Maceirinhos-Linhares e Xavantes-Pirenópolis. A linha de transmissão Bom Despacho 3-Ouro Preto 2, ainda não energizada em 31 de dezembro de 2015, encontra-se pronta para operação comercial, aguardando apenas licença do órgão de meio-ambiente.

A expansão do sistema de transmissão via participação em SPEs envolve a construção de novas linhas de transmissão em um total de 4.554 km, com destaque para a linha de transmissão em corrente contínua de 800 kV que escoará para o Sudeste a energia da UHE Belo Monte, em construção no Estado do Pará.

No que se refere aos empreendimentos de Geração, o projeto corporativo remanescente é a PCH Anta (28 MW), com previsão de entrada em operação comercial ainda em 2016.

Os destaques relativos aos empreendimentos de Geração ora em implantação e de que Furnas participa via SPEs são os seguintes:

- até 31 de dezembro de 2015, na UHE Santo Antônio, entraram em operação comercial 35 Unidades Geradoras (UGs), das 50 existentes, no total de 2.498,55 MW de capacidade instalada. As 15 UGs ainda em implantação agregarão, em 2016, 1.069,45 MW de capacidade instalada ao sistema;
- a UHE Teles Pires tinha, na mesma data, 2 UGs em operação, das 5 previstas, montando a 727,92 MW de potência instalada, e com 1.091,88 MW ainda a entrar em operação em 2016;
- a UHE São Manoel (700 MW) tem previsão de entrada em operação em 2018;
- os complexos eólicos Farnosa, Fortim, Baleia, Punaú, Itaguá da Bahia, Serra do Mel, Farnosa III e Acaraú, totalizando 1.006,4 MW de potência instalada, têm previsão de entrada em operação até 2018.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Furnas manteve a prioridade dada, desde o final de 2013, ao Planejamento Estratégico, com vistas a adequar-se ao novo cenário setorial mais desafiador e a estabelecer atuação ágil, competitiva, eficiente e rentável no cumprimento de seu papel institucional e no efetivo aproveitamento de oportunidades de mercado.

O monitoramento do desempenho dos objetivos constantes dos painéis estratégicos vem ocorrendo, desde maio de 2014, através da realização bimestral das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs), que contam com a participação da Diretoria, Assistentes e Superintendentes. Nestas, os desafios de cada área vêm sendo compartilhados, e compromissos de apoio entre áreas firmados, assim como pactuadas ações para correção de desvios.

Consolidado o monitoramento dos indicadores e iniciativas, a Empresa deu mais um passo para a maturidade de sua Gestão da Estratégia ao iniciar, em maio de 2015, o Ciclo de Aprendizado Estratégico. Com base em cenários e no quadro geral dos indicadores e iniciativas, os executivos de Furnas iniciaram processo de reflexão sobre a existência de lacunas e oportunidades de melhoria no conjunto de objetivos que traduzem a estratégia escolhida.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As políticas e práticas de governança corporativa de Furnas possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus stakeholders, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com seu Código de Ética.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais de sua estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, na definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Estrutura Societária

Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação das suas ações por meio de American Depository Receipts (ADR) nível 2, bem como participar do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE – Bovespa).

Em 2015, o Capital Social de Furnas, no valor de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) apresentou a seguinte composição:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
Quantidade	%	Quantidade	%	

<tbl_r cells="



Energia que impulsiona o Brasil

corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio ao demonstrar maior transparência e credibilidade. Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs no nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOX), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos no âmbito das Empresas Eletrobras, foram estabelecidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a Empresa se encontra exposta. Para manter esta condição, a Holding deve entregar e divulgar anualmente suas demonstrações financeiras e a certificação anual de controles internos à U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), dos EUA.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOX compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. No ano de 2015, foram selecionados 29 processos, associados a: Gestão de Materiais, Gestão de Participações, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Compra e Venda de Energia, Processo de Tecnologia, Gestão de Contingências, Gestão Contábil, Gestão Tributária, Empréstimos e Financiamentos, Gestão de Ativo Fixo, Benefício Pós-emprego e Transação entre Partes Relacionadas.

No decorrer de 2015, o Conselho de Administração de Furnas aprovou um inédito programa, denominado Rumo ao Gap Zero, que mobiliza a Empresa e explicita o chamado "tom de cima", o total e explícito compromisso e participação direta dos seus colegiados estatutários no processo.

O programa, em plena execução, prevê uma série de ações visando à otimização dos processos internos de gestão dos riscos e controles internos da Empresa, melhoria da interação e comunicação da área de controles internos e gestão de riscos com os gestores responsáveis pela implementação dos planos de ação de mitigação das deficiências e fraquezas materiais e, não menos importante, aumento da visibilidade e poder da área de gestão dos riscos e controles internos, com acesso direto e prioritário aos órgãos superiores de decisão.

Programa de Integridade (Compliance)

Em 2014, a Eletrobras aprovou o Manual de Compliance referente à Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras, em atendimento à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção Brasileira, e à Foreign Corrupt Practices Act (FCPA - Lei contra Práticas de Corrupção no Exterior), à qual a Holding e suas subsidiárias estão sujeitas por terem suas ações listadas e negociadas na Bolsa de Valores de Nova York.

Em sequência, Furnas promoveu alteração de sua estrutura organizacional de forma a garantir alinhamento com o citado Manual e, em 10 de fevereiro de 2015, a adesão ao Manual foi aprovada pela Diretoria Executiva. Desde então, Furnas vem empreendendo uma série de ações de governança de forma a atender aos requisitos das leis brasileiras e norte-americanas de combate à fraude e corrupção. No segundo semestre de 2015, a Controladoria Geral da União (CGU) deu início ao trabalho de Avaliação da Integridade em Empresas Estatais, tendo Furnas sido escolhida para participação em projeto-piloto, juntamente com Eletronorte, Banco do Nordeste do Brasil e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Este trabalho teve por objetivo avaliar as medidas de integridade existentes nessas empresas e promover seu aprimoramento com a finalidade de reduzir o risco de corrupção e fraudes, bem como aumentar a capacidade de detecção e remediação das irregularidades que pudessem ocorrer, além de, subsidiariamente, e a partir dos resultados obtidos, contribuir na elaboração do Guia de Integridade da CGU. Ao final, foi emitido, pela CGU, o Relatório de Integridade nº 201504023, com sugestões de melhorias para potencializar o sistema de integridade da Empresa. Tais sugestões estão consubstanciadas no Plano de Implantação do Sistema de Integridade de Furnas.

Após reuniões de Busca Conjunta de Soluções (com a participação de profissionais da CGU e de Furnas), aquela Controladoria solicitou que fosse elaborado um Plano de Ação para aprimoramento dos mecanismos de integridade, o qual deverá ser entregue até 30 de março de 2016, após aprovação nas instâncias internas competentes.

Auditória Interna

A Auditória Interna é vinculada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais com o objetivo de analisar a gestão, verificar procedimentos, sistemas informatizados, registros e documentos, avaliando os controles existentes, bem como o cumprimento de diretrizes, normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2015, foram realizados 38 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e de demandas especiais surgidas ao longo do exercício. Foram concluídos mais dois trabalhos referentes a 2014, o que resultou na emissão de 29 relatórios decorrentes da atuação direta da Auditoria Interna com resultados que visaram subsidiar a alta administração de importantes informações nas tomadas de decisão.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOX), necessária à certificação do Sistema Eletrobras de conformidade àquela Lei, a Auditoria Interna realizou avaliação dos sistemas contábil e de controles internos da Empresa no exercício de 2015, em atendimento à avaliação dos riscos mais relevantes, determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorre ao longo do exercício, para atender às demandas que fazem parte das atribuições dos referidos órgãos.

Comitês Internos

Colegiados permanentes compostos por representantes de cada diretoria, os 28 Comitês Internos apoiam a Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão, dentre os quais destacam-se: Coordenador de Planejamento Estratégico e Empresarial, Informática, Recursos Humanos, Pesquisa e Desenvolvimento, Seguros, Comercialização de Energia, Segurança da Informação, Comissão de Ética, Coordenação de Novos Negócios, Sustentabilidade Empresarial, Gestão de Riscos, e Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (Caoef).

Políticas Internas

As Políticas Internas da Empresa são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva, que cobrem os seguintes temas: Logística de Material, Informática, Gestão de Pessoas, Segurança Empresarial, Ambiental, Responsabilidade Social, Gestão de Frota de Veículos, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Propriedade Intelectual, Gestão Sociopatrimonial, Gestão de Resíduos, Contratação e Gestão de Riscos e Controles Internos.

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010, Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas do Sistema Eletrobras, o qual estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta é monitorado pela Comissão de Ética, com o objetivo de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura, supervisionar os certames da Empresa e desenvolver atribuições definidas pela Presidência.

No Portal Ética, na *intranet*, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal Consulta e Denúncia de Desvios Éticos e o monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações. Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento por e-mail, recebendo também denúncias através da Ouvidoria.

Em 2015, a Comissão de Ética recebeu 28 denúncias, das quais, na data de 31 de dezembro de 2015 e após a devida análise, 1 encontrava-se em andamento, com 4 casos de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP), onde o empregado permanece monitorado durante dois anos por um dos membros da Comissão de Ética e, caso ocorra novamente o fato, recebe Censura Ética, encaminhada à área de recursos humanos. Os demais casos foram analisados, as devidas ações tomadas, e os casos foram arquivados.

Ouvidoria

A Ouvidoria de Furnas representa um instrumento de interação da Empresa com seus públicos interno e externo, atuando como canal institucional de comunicação e como mediadora na busca de solução de conflitos extrajudiciais, assim como instrumento de avaliação organizacional.

Desse modo, assegura que as expectativas e necessidades dos stakeholders sejam conhecidas e consideradas pelos gestores, contribuindo para a eficácia dos processos internos e da gestão de riscos da Empresa. Além de atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, a Ouvidoria atua em consonância com as orientações da Ouvidoria Geral da União (OGU), estando comprometida com a política de sustentabilidade e com as boas práticas de governança corporativa.

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no website de Furnas, fax, telefone, pessoalmente, carta ou, ainda, algum outro documento. A Ouvidoria administra ainda o canal Fale com o Presidente, exclusivo para o público interno, voltado ao esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de sugestões e comentários. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

O Manual de Compliance referente à Política Anticorrupção das empresas Eletrobras definiu a Ouvidoria como o canal para recebimento de denúncias sobre quaisquer violações ou suspeitas de violação do Programa Anticorrupção e/ou da Lei Anticorrupção. Para tanto, foi revisto o procedimento de recebimento das manifestações, a fim de adequá-lo ao Manual, bem como ao Normativo da OGU/CGU sobre o tema, com vigência a partir de 2015.

Em 2015, foram enviadas aos três canais geridos pela Ouvidoria 1.097 demandas, sendo 951 manifestações postadas na Ouvidoria, 97 pedidos de informação dirigidos ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), dos quais 18 tiveram recursos, e 49 mensagens encaminhadas ao Fale com o Presidente.

As 951 manifestações são dos tipos: reclamação (323), solicitação (508), sugestão (13), denúncia (85) e elogio (22). No que tange à origem, das 951 manifestações registradas em 2015 na Ouvidoria, destacamos que 659 (69%) são de origem externa, 269 (28%), interna e 23 (3%) não identificadas.

Principais Relacionamentos de Furnas

Visando manter relacionamento com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições representativas, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como com órgãos nas esferas estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas participa de diversos fóruns e colabora com associações de classe, no País e no exterior, a saber: Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrajet), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abrajet), Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrajet), Associação Brasileira de Infraestrutura e das Indústrias de Base (Abdib), Associação Brasileira de Ensaio Não Destrutivo e Inspeção (ABENDI), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Associação Brasileira de Energia Elétrica (Abeeólica), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), associado ao Conselho Mundial de Energia (World Energy Council – WEC), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil), associado ao Conselho Internacional das Grandes Redes Elétricas (*Consel International des Grands Réseaux Électriques* – Cigré), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), associado ao Comitê International de Grandes Barragens (*International Committee on Large Dams* – Icold), Associação International de Hidroeletricidade (*International Hydropower Association* – IHA), entre outras.

GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Geração

Os quadros a seguir resumem os empreendimentos de Geração em operação:

Usina / Localização	Capacidade Instalada (MW)	Participação Furnas (%)	Garantia Física (MW Médios)
Hidrelétricas			
Batalha (GO/MG)	52,50	100,00	48,80
Itumbiara (GO/MG)	2.082,00	100,00	1.015,00
Marechal Maceió (Moraes (MG)	476,00	100,00	295,00
Simplicio/Anta (RJ/MG) ⁽¹⁾	305,70	100,00	191,30
Empreendimentos sob Administração Especial – Lei nº 12.783/2013			
Corumbá I (GO)	375,00	100,00	209,00
Funil (RJ)	216,00	100,00	121,00
Furnas (MG)	1.216,00	100,00	598,00
Luiz Carlos Barreto de Carvalho (SP/MG)	1.050,00	100,00	495,00
Marimbondo (SP/MG)	1.440,00	100,00	726,00
Porto Colômbia (MG/SP)	320,00	100,00	185,00
Propriedade Compartilhada			
Manso (MT)	212,00	70,00	92,0
Serra da Mesa (GO)	1.275,00	48,46	671,0
Participação em Sociedades de Propósito Específico (SPEs)			
Baguari (MG) – SPE Baguari Energia S.A.	140,00	15,00	80,02
Foz do Chapecó (RS/SC) – SPE Foz do Chapecó Energia S.A.	855,00	40,00	432,00
Peixe Arigual (TO) – SPE Enerpeixe S.A.	498,75	40,00	280,50
Retiro Baixo (MG) – SPE Retiro Baixo Energética S.A.	82,00	49,00	38,50
Santo Antônio (RO) – SPE Madeira Energia S.A. ⁽²⁾	2.498,55	39,00	2.424,20
Serra do Fáculo (GO) – SPE Serra do Fáculo Energia S.A.	212,58	49,47	182,40
Teles Pires (PA/MT) – SPE TPP Participações S.A. ⁽³⁾	727,92	24,50	567,40
Treze Irmãos (SP) – SPE Tijoá Participações e Investimentos S.A.	807,50	49,90	217,50
Eólicas			
Participação em Sociedades de Propósito Específico (SPEs)	68,47	24,50	22,84
Rei dos Ventos 1 (RN)	58,45	24,50	21,86
Rei dos Ventos 3 (RN)	60,12	24,50	21,07
Termelétricas			
Roberto Silveira (Campos) (RJ)	30,00	100,00	21,0
Santa Cruz (RJ)	500,00	100,00	401,2

⁽¹⁾ Não inclui potência instalada da PCH Anta, de 28 MW, ainda em implantação.

⁽²⁾ Capacidade instalada das 35 Unidades Geradoras (UGs) que entraram em operação até dezembro de 2015. A capacidade total da usina será de 3.568 MW quando todas as 50 UGs estiverem operando. A garantia física corresponde às UGs em operação.

⁽³⁾ Capacidade instalada das 2 Unidades Geradoras (UGs) que entraram em operação até dezembro de 2015. A capacidade total da usina será de 1.819,8 MW quando todas as 5 UGs estiverem operando. A garantia física corresponde às UGs em operação.

Usina / Localização	Capacidade Instalada (MW)	Participação Furnas (%)	Garantia Física (MW Médios)

<tbl_r cells="4"



Energia que impulsiona o Brasil

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (O&M)**Operação do Sistema**

A operação do sistema elétrico por Furnas tem sido caracterizada pela busca contínua do aprimoramento de seus processos e atividades com o objetivo de preservar a confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica por toda a sua área de atuação. O sistema de transmissão é supervisionado, de forma geral, pelo Centro de Operação do Sistema, localizado no Escritório Central, no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais. Informações das mais remotas áreas são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos centros de operação, que dispõem de um panorama *on-line* completo de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN), utilizando sistemas computacionais em tempo real e tecnologias *videowall* de última geração.

As medidas e melhorias implementadas até o momento já se traduzem na recuperação do desempenho operacional de Furnas, tendo este fato especial relevância no contexto da preparação para as Olimpíadas de 2016.

Para que a confiabilidade e qualidade demonstradas sejam o diferencial dos serviços prestados, a qualificação de pessoas e o desempenho de equipamentos e instalações são alvo de máxima atenção da direção de Furnas.

A Empresa mantém um programa de modernização das instalações, para atender aos requisitos estabelecidos pelos Procedimentos de Rede, tendo como exemplo projetos de revitalização e reforço no âmbito da geração e transmissão de energia, com destaque para melhorias relacionadas aos esquemas de proteção e controle de equipamentos.

Além disto, promove aperfeiçoamentos específicos, a exemplo do que foi implantado no tronco de transmissão de energia em 765 kV, proveniente da UHE Itaipu 60 Hz, em que a blindagem das subestações de Furnas teve seu nível elevado a padrões de excelência, dando assim contribuição adicional para a segurança do sistema elétrico do País.

Disponibilidade Operacional de Geração e Transmissão

A operação eletro-energética do sistema elétrico é monitorada por meio do acompanhamento da disponibilidade operacional e utiliza a fórmula definida pelo ONS nos Procedimentos de Rede, com dados tratados e consistidos no Sistema para Cálculo de Indicadores de Desempenho (SCID).

Em 2015, as usinas hidrelétricas tiveram fator de disponibilidade acumulado anual de 89,33%, ou seja, apresentaram indisponibilidade de 10,67%. Ao analisar a natureza desta indisponibilidade, verifica-se que apenas 3,85% se deveram a desligamentos forçados, ou seja, por falhas em equipamentos ou sistemas. Os outros 6,81% foram devidos a desligamentos programados para a realização de manutenções preventivas ou revisões gerais de unidades geradoras.

Em comparação com anos anteriores, percebe-se um aumento do percentual da indisponibilidade programada devido à execução de diversos serviços que, até então, não haviam sido liberados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Com a situação hidrológica desfavorável verificada no ano de 2015, foi possível paralisar as unidades geradoras para a realização dos serviços.

O sistema de transmissão teve fator de disponibilidade operacional médio de 99,75%, valor elevado para um sistema do porte de Furnas, mas que só não foi maior devido a diversas ocorrências climáticas que envolveram quedas de torres de transmissão, conforme relatado a seguir.

Ocorrências Climáticas Severas

No ano de 2015, Furnas enfrentou seis eventos de queda de torres de transmissão e danos a linhas provocados por condições climáticas extremas, sucintamente descritos a seguir.

Data	Horário	Ocorrência	Normalização	
			Horário	Data
07.01.2015	17h27	Desligamento da LT Itumbiara - Porto Colômbia, sendo constatada queda de 3 torres (T47, T48 e T49).	23h22	13.01.2015
28.05.2015	19h19	Desligamento das LIs Rio Verde - Barra do Peixe circuitos 1 e 2, sendo constatada queda de 6 torres: • T381, T382 e T383 (referentes à LI Rio Verde - Barra do Peixe circuito 1); • T383, T384 e T385 (referentes à LI Rio Verde - Barra do Peixe circuito 2).	22h16	01.06.2015
22.10.2015	18h35	Desligamento da LT Itumbiara - Rio Verde circuito 2, sendo constatada queda de 8 torres (T352, T353, T354, T355, T357, T358, T359 e T360).	15h29	29.10.2015
24.11.2015	15h14	Desligamento da LT Marimbondo - Porto Colômbia, devido à queda do cabo pararrayo (OPGW) entre as torres 37 e 38.	13h58	25.11.2015
24.11.2015	17h30	Desligamento da LT Itumbiara - Rio Verde circuito 2, sendo constatada queda de 4 torres (T110, T111, T112 e T113) e avaria de 1 torre (T109).	23h12	29.11.2015
28.11.2015	22h06	Desligamento da LT Itaberá-Tijucu Preto circuito 3, devido a rompimento de cabo pararrayo entre as torres T522 e T523.	00h19	01.12.2015

Em nenhum dos desligamentos relacionados houve perda de carga no Sistema Interligado Nacional (SIN). Para cada uma das ocorrências, Furnas acionou seu Plano de Atendimento a Emergências (PAE) de linhas de transmissão, o qual, em função do relevo acidentado e das dificuldades de acesso às regiões afetadas, foi obrigado a mobilizar grande contingente de profissionais para atendimento adequado. Os serviços para restabelecimento das torres danificadas foram sempre realizados com grande agilidade, porém sem comprometer a segurança dos trabalhadores e sem quaisquer acidentes.

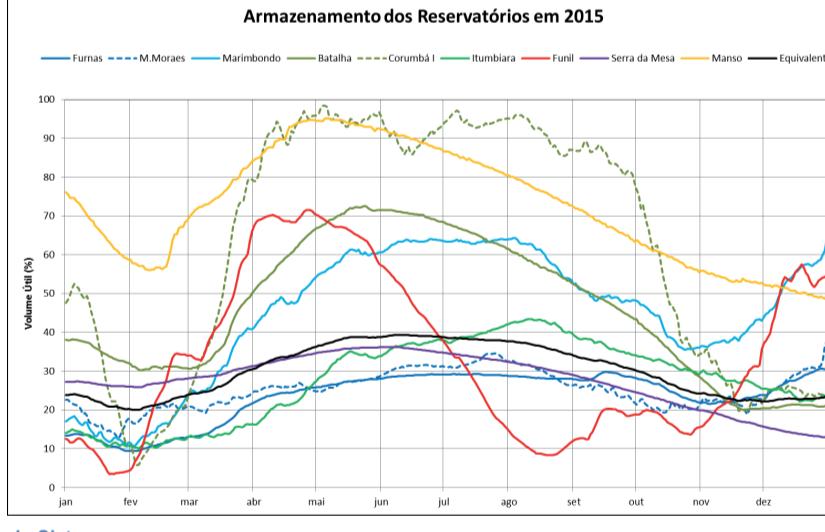
Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas

Assim como nos anos de 2013 e 2014, o de 2015 apresentou grande período de estiagem, e as vazões afluentes aos reservatórios estiveram bastante abaixo dos valores médios históricos durante a maior parte do tempo.

Ao final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 30% no reservatório da UHE Furnas, 24% no da UHE Itumbiara, 55% no da UHE Funil, 13% no da UHE Serra da Mesa e 49% no da UHE Manso. O reservatório equivalente, que é a representação do volume total de água armazenada nos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, encerrou o período com 24% de capacidade.

Embora relativamente baixos, tais níveis de armazenamento não comprometeram a geração de energia elétrica. Os reservatórios das UHEs Furnas, Itumbiara, Funil, Serra da Mesa e Manso são de regularização anual e operam armazenando água durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Este procedimento permite que as usinas produzam a quantidade necessária de energia elétrica durante todo o ano, além de fornecerem água para que outras usinas situadas rio abaixo também possam operar.

As usinas são componentes do SIN e sua operação é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada com o objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas (Janeiro a Dezembro de 2015)**Manutenção do Sistema**

Com o objetivo de aumentar a disponibilidade dos equipamentos, com reflexo direto na confiabilidade operacional do SIN, Furnas procura aliar a experiência de seu corpo técnico a rigorosos procedimentos de manutenção. A Empresa adota a filosofia de Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), que consiste na aplicação de método estruturado para estabelecimento da melhor estratégia de manutenção para um sistema ou equipamento.

Na MCC, são identificadas as funções e padrões de desempenho dos equipamentos e realizados o levantamento e detalhamento dos modos de falha, suas causas prováveis e suas consequências. Desta forma, as estratégias de manutenção preditiva, preventiva, corretiva e detectiva podem ser aplicadas de modo a otimizar a segurança, disponibilidade e eficiência de instalações e equipamentos.

No atual cenário, onde recursos pessoais e materiais para a manutenção são cada vez mais escassos, é fundamental investir em inovação. A introdução do conceito de Gestão de Ativos visa à automação, normatização e padronização dos processos de manutenção, com foco em resultados e redução de custos e risco. Em outras palavras, objetiva fazer mais e com melhor qualidade que antes, ainda que com menos pessoas e menor consumo de recursos.

Para modernização dos equipamentos, foi criado o Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET), com o objetivo de garantir a execução de melhorias e reforços no sistema de transmissão, que acumulava expressivo volume de obras a executar.

Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET)

Em pleno andamento, o Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET) é um ambicioso programa de modernização do sistema de transmissão de Furnas, na busca pela excelência operacional. O programa engloba a aquisição de novos equipamentos de transformação e de controle de tensão e a implantação de melhorias e reforços, destacando-se a modernização dos sistemas de proteção e dos equipamentos de manobra. Os empreendimentos estão agrupados em quatro segmentos baseados em critérios definidos pela Aneel: proteção e controle; substituição de equipamentos; reforços de transmissão; e modernização do sistema de transmissão e substituição de equipamentos em final de vida útil.

Visando implantar reforços no parque transmissor existente autorizados pela Aneel e melhorias identificadas por Furnas como necessárias à segurança e confiabilidade do sistema, foram investidos, em 2015, no âmbito do PGET, R\$ 396 milhões, além de outros R\$ 232 milhões em outros projetos ligados ao sistema de transmissão existente.

No contexto do PGET e no período de 2011 a 2015, foram concluídos 107 projetos de reforços e melhorias. No período de 2011 a 2018, o projeto prevê a ampliação e substituição de equipamentos superados, totalizando 6.600 equipamentos, dentre os quais destacam-se 169 transformadores, 840 disjuntores e 2.348 chaves seccionadoras, além de outros de menor porte.

Ao longo de 2015, foram substituídos 335 equipamentos superados ou em final de vida útil, dentre os quais destacam-se 24 transformadores, totalizando 4.125 MVA de capacidade de transformação, além de 36 disjuntores e 93 seccionadoras, nas tensões de 138 kV, 230 kV, 345 kV, 500 kV e 750 kV.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em busca dos melhores resultados nos leilões regulados de novos empreendimentos de geração, Furnas vem desenvolvendo metodologias de previsão de receitas para diversos cenários do mercado de energia, considerando as incertezas inerentes a cada negócio. Também vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade.

Os contratos de compra de energia de longo prazo de Furnas são apresentados a seguir. Deve ser lembrado que, de acordo com a Lei nº 12.111/2009, a energia proveniente da Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletrobras) passou, a partir de janeiro de 2013, a ser comercializada diretamente entre a Eletrobras e as distribuidoras.

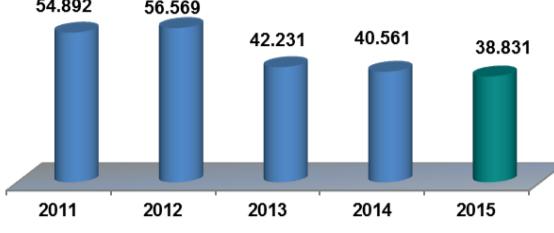
	2012	2013	2014	2015	MW Médios
Eletrobras	1.475	-	-	-	
Serra da Mesa	345	345	345	345	
Manso	4	4	4	4	
Teles Pires	-	-	-	24	
Total	1.824	349	349	373	

Legislação específica permitia que as tarifas do contrato com a Eletrobras pudessem sofrer reajustes em percentuais superiores aos dos índices de inflação, o que acabou ocorrendo até 31 de dezembro de 2012, quando findou a vigência do referido instrumento.

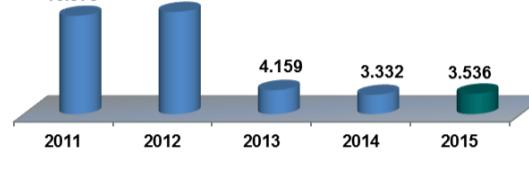
De forma a equacionar tal efeito, a Lei supracitada estabeleceu, em seu Artigo 12, que a Eletrobras repassaria a Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, de 2010 a 2012, entre as variações da tarifa praticada pela Eletrobras e da tarifa de referência da Eletrobras homologada pela Aneel em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para dezembro de 2009, reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e dezembro de 2011.

Assim, a Resolução Homologatória Aneel nº 1.406/2012 fixou o montante de R\$ 687,8 milhões como o diferencial a ser pago a Furnas pelas distribuidoras. Adicionalmente, a referida Resolução estabeleceu as tarifas definitivas do contrato celebrado entre Furnas e Eletrobras, que se mostraram inferiores às efetivamente praticadas entre dezembro de 2009 e dezembro de 2012, gerando crédito para Furnas junto à Eletrobras, no valor de R\$ 170,1 milhões.

A energia elétrica vendida por Furnas, em 2015, foi de 38.831 GWh, o que representa decréscimo de 4,3% em relação a 2014, com faturamento de R\$ 4.783 bilhões. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida por Furnas, em GWh.

Energia Elétrica Vendida por Furnas (GWh)

Em 2015, Furnas comprou 3.536 GWh de energia, ao custo de R\$ 613 milhões, o que representa redução de 5,25%, em reais, em relação ao custo incorrido em 2014.

Energia Elétrica Comprada por Furnas (GWh)

Tendo em vista a prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I, a comercialização de sua energia se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas das mesmas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela Aneel.

Em 29 de dezembro de 2015, Furnas encaminhou à Aneel sua intenção de repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Aneel nº 688/2015. O acordo, com base no produto SP100 de que trata a referida Resolução, prevê a transferência integral às distribuidoras de energia dos ônus (GSF) e dos bônus (energia secundária) atinentes ao risco hidrológico aplicável às usinas hidrelétricas de Furnas, com a contrapartida de pagamento de prêmio de risco de 9,50 R\$/MWh (referência Jan/2015) a partir de julho de 2020.

Em 20 de janeiro e 10 de março de 2016, respectivamente por meio dos Despachos nº 160 e nº 608, a Aneel anuiu com a repactuação aplicável às UHEs Manso, Simplicio, Batalha, Marendona, Serra da Mesa e Itumbiara. O acordo de repactuação representa a mitigação do relevante risco de GSF que, como amplamente noticiado ao longo de 2015, vem implicando, desde 2014, em significativos ônus a Furnas e às demais empresas de geração hidrelétrica.

COMERCIALIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO

No que tange à transmissão, a comercialização é realizada segundo duas modalidades, no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do aente (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão (CTT). O



Energia que impulsiona o Brasil

Eletrobras
Furnas

Ministério das
Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (O&M)

Aproveitando a integração e sinergia de ativos corporativos de geração e transmissão de que dispõe, Furnas atua também na prestação de serviços de operação e manutenção de ativos do setor elétrico, fortalecendo sua posição junto ao mercado, agregando receita proveniente desses serviços e intensificando a capacidade técnica de seus funcionários.

Além dos serviços já prestados, Furnas, em razão de sua expertise, realiza a gestão da prestação dos serviços de O&M para a UHE Três Irmãos (SP). A concessão da usina, primeira entre as que não foram renovadas sob as novas regras do setor elétrico, foi conquistada no Leilão 02/2014, realizado em março de 2014, por meio da SPE Tijóó Participações e Investimentos S.A., pelo prazo de 30 anos.

Com base na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, o Ministério de Minas e Energia publicou as Portarias nº124 e nº189, designando Furnas como responsável pela prestação de serviços de geração de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Neblina, Sinceridade e Dona Rita.

Posteriormente, a Portaria nº 190, de 8 de maio de 2015, designou Furnas como responsável também pela prestação de serviços de geração de energia das PCHs Ervália e Cel. Domiciano. Desde então, Furnas atuou na gestão desses empreendimentos, direta ou indiretamente, em cumprimento às determinações emanadas pelo Poder Concedente e demais órgãos aos quais a operação das usinas está vinculada, mediante as remunerações estabelecidas pela NT nº385/2012 – SRE/ SRG/Aneel, emitida em 24 de outubro de 2012 pela Aneel.

Com o resultado do Leilão 012/2015 realizado em 25 de novembro de 2015, a Cemig foi vencedora do Lote D, que contemplava as PCHs acima referidas. Diante disso, estas passarão a ser operadas e mantidas por aquela concessionária a partir de julho de 2016.

INDENIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RECEITAS

Indenização do Valor Residual dos Ativos de Geração e Transmissão Prorrogados

De acordo com a regulamentação da Lei nº 12.783/2013, ficou garantida às concessionárias com empreendimentos prorrogados indenização do valor dos investimentos de bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, estabelece critérios e procedimentos para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados relativos a aproveitamentos hidrelétricos cujas concessões foram prorrogadas, ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

O valor da parcela dos investimentos vinculados aos bens alcançados por esta Resolução deve ser calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR) e considerará a depreciação e amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação e até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A forma de pagamento da parcela assim calculada deve ser definida pelo Poder Concedente, que poderá recorrer a concessionária por meio de indenização ou reconhecimento do valor devido na base tarifária. Para as concessionárias de transmissão que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013, a Resolução Normativa Aneel nº 589, de 10 de dezembro de 2013, estabelece critérios para cálculo do VNR das instalações de transmissão consideradas não depreciadas e existentes em 31 de maio de 2000 (Rede Básica Sistema Existente / Parcela da RAP referente às Instalações de Transmissão Classificadas como DIT - RBSE/RPC), para fins de indenização.

A indenização a que Furnas tem direito segundo a legislação citada e que corresponde ao valor remanescente de ativos ainda não depreciados ou amortizados na data de 31 de dezembro de 2012, relativamente às concessões prorrogadas, foi calculada em R\$ 3.622 bilhões, sendo R\$ 2.878 bilhões referentes à transmissão na Rede Básica Novas Instalações / Receita Demais Instalações de Transmissão e Instalações de Conexão (RBNI/RCDM) e R\$ 744 milhões referentes à geração.

Furnas optou por receber a indenização dos ativos não depreciados ou amortizados da transmissão referente à RBNI/RCDM em parcelas, ao longo de 30 meses, atualizadas pelo IPCA nos termos do Art. 3º da Portaria Interministerial nº 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Com respeito à indenização dos ativos não depreciados ou amortizados da geração, a Empresa optou pelo recebimento à vista de R\$ 64 milhões referentes à UHE Marimbondo e de R\$ 680 milhões referentes à UHE Corumbá I em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, atualizadas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo CMPC de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Ao ser publicada, a MP nº 579/2012 somente reconheceu como indenizáveis os ativos de transmissão referentes à Rede Básica Novas Instalações (RBNI), não reconhecendo os relativos à Rede Básica Sistema Existente (RBSE), ou seja, aqueles existentes e em operação na data de 31 de maio de 2000. Posteriormente, pela edição da MP nº 591/2012, também acolhida pela Lei nº 12.783/2013, a Agência reconheceu o direito à indenização dos ativos referentes à RBSE.

Com a promulgação da Lei nº 12.783, em janeiro de 2013, ficou estabelecido que a indenização dos ativos referentes à RBSE se daria mediante entrega de laudo de avaliação e após apuração e ratificação de seu valor pela Aneel. Posteriormente, esta publicou, em 13 de dezembro de 2013, a Resolução Normativa (RN) nº 589, estabelecendo critérios para cálculo do VNR das instalações de transmissão para fins de indenização.

Publicou, ainda, em 2 de janeiro de 2014, a RN nº 596/2013, que estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos.

Com vistas ao atendimento às referidas resoluções normativas, Furnas deu início, no âmbito da Diretoria de Finanças, ao projeto Plano de Indenização e Gestão de Ativos, que, prioritariamente, objetivou apurar as devidas indenizações atreladas às prorrogações dos Contratos de Concessão de Geração e Transmissão, revalidar a base de ativos da Empresa e o Relatório de Controle Patrimonial (RCP) e, adicionalmente, logrou redesenhar os processos de gestão e constituir uma metodologia de avaliação, priorização e implementação de projetos relativos aos investimentos realizados pela Empresa.

Para a elaboração do Laudo de Avaliação, Furnas contratou a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. E, para prover suporte às equipes internas diretamente envolvidas com o Plano de Indenização, foi contratada a AEA Consultoria especializada em Regulação Econômica.

Em 21 de maio de 2015, Furnas protocolou, na Aneel, o Laudo de Avaliação elaborado pela Deloitte. O Laudo de Avaliação certificou o valor de R\$ 10.699 milhões, referido a dezembro de 2012, como valor base para a citada indenização, sendo o valor contábil residual dos referidos bens, na mesma data, de R\$ 4.530 milhões.

Concluída a fiscalização do Laudo de Avaliação, a Superintendência de Fiscalização Financeira da Aneel emitiu o Relatório de Fiscalização RF – Furnas 078/2015 – SFF, que reconheceu como valor bruto dos bens, a VNR, o montante de R\$ 26.586.447.591,95; e, como valor líquido dos bens, para fins de indenização a Furnas, o montante de R\$ 8.999.520.181,38.

Em exhaustivo processo de análise e convencimento estabelecido com base nas normas da Aneel, previstas no Proret (Procedimento de Regulação Tarifária), Furnas, com a devida autorização de seu Conselho de Administração, formalizou sua concordância com os valores apurados no RF – Furnas 078/2015 e procedeu, em conjunto com a avaliadora, a todos os ajustes requeridos pela fiscalização.

Em 4 de novembro de 2015, foi emitida a Nota Técnica 305/2015-SFF/Aneel, que concluiu por manter os valores da indenização apurados no relatório da fiscalização e enviar o resultado de todo o trabalho para deliberação da Diretoria Colegiada daquela Agência.

Em 15 de dezembro de 2015, a Diretoria da Aneel aprovou os resultados da fiscalização do Laudo de Avaliação apresentado por Furnas, para fins de indenização, e decidiu por homologar o valor de R\$ 8.999.520.181,38, correspondente à parcela dos ativos ainda não amortizados para indenização a Furnas, por meio do Despacho nº 4.042/2015, publicado no Diário Oficial de 22 de dezembro de 2015. Ressalte-se que os valores são referidos a dezembro de 2012.

No que diz respeito aos ativos de geração, a MP nº 579/2012 só reconheceu os investimentos previstos nos Projetos Básicos das usinas que não estivessem totalmente depreciadas ou amortizadas segundo análise da Aneel. Posteriormente, foi publicado o Decreto nº 7850/2012, que regulamentou a MP 579, reconhecendo em seu Artigo 2º a indenização, ou o reconhecimento na base tarifária, da parcela dos investimentos realizados em melhoria e modernização nas UHEs até 31 de dezembro de 2012.

Em relação aos custos com melhoria e modernização de usinas, em 2 de outubro de 2015 foi finalizado e entregue à Agência o relatório elaborado pela Deloitte dos investimentos em modernização das UHEs Corumbá I, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Marimbondo e Porto Colômbia, cujas concessões haviam sido renovadas, para fins do processo de requerimento de indenização complementar de geração.

A documentação apresentada indica o montante de R\$ 1.312 milhões (referência Dez/2012) como valor base para a indenização complementar, sendo o valor contábil residual dos referidos bens de R\$ 996 milhões (referência dezembro de 2012). Furnas aguarda o início do processo de fiscalização para que os valores apresentados possam ser validados e homologados pela agência reguladora.

Além da indenização pela modernização das usinas citadas, Furnas também passou a receber adicional de receita de geração, de aproximadamente R\$ 48 milhões/ano, referente aos investimentos em modernização cujos empreendimentos, na data de 31 de dezembro de 2012, ainda não haviam entrado em operação.

Recuperação da Tarifa de Transmissão

O aditamento ao Contrato de Concessão de Transmissão e ao Contrato de Concessão de Geração, celebrados com o MME, nos termos da Lei nº 12.783/2013, para prestação de serviço continuado e de qualidade, acarretou a publicação de novas Receitas Anuais Permitidas (RAPs) para o sistema de transmissão e a instituição de Receitas Anuais de Geração (RAGs) para as seis usinas geradoras abrangidas no referido aditamento.

A redução acentuada na RAP, quando comparada à anteriormente praticada – R\$ 629 milhões/ano ante R\$ 2,25 bilhões/ano – levou Furnas a estudar com profundidade a metodologia aplicada pela Aneel. Dos questionamentos que influenciaram o novo cálculo do valor da RAP de Furnas, destacam-se:

- Compensação Reativa: a Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 191/2005, define quatro Funções de Transmissão, a saber: Linha de Transmissão; Transformação; Controle de Reativo (CR); e Módulo Geral. No entanto, os equipamentos de CR não foram considerados no cálculo da eficiência das empresas, mesmo com previsão declarada na Nota Técnica nº 383/2012-SRE/Aneel, que subsidiou a decisão do MME;
- O fato de Furnas operar e manter quase 50% da compensação reativa do SIN comprova a relevância desta função de transmissão no sistema da Empresa. Assim sendo, a consideração desta variável na metodologia de apuração dos custos de AO&M proporcionaria uma recomposição importante da RAP, medida esta necessária para suportar os custos e encargos de operação e manutenção do sistema;
- Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI): este item, que tem como destinação fazer frente às despesas das concessionárias com a infraestrutura de escritórios e transporte, não foi considerado originalmente nos custos de Administração, Operação e Manutenção (AO&M) utilizados na determinação da RAP.

A Aneel reconheceu a receita correspondente ao CAIMI e estabeleceu, por meio do art. 5º da RN nº 589/2013, que devem compor a Base de Anuidade Regulatória (BAR): software; hardware; terrenos administrativos; edificações, obras civis e benfeitorias administrativas; máquinas e equipamentos administrativos; veículos; móveis e utensílios, cuja remuneração, amortização e depreciação (exeto de terrenos) serão dadas em forma de anuidades, a partir do próximo reajuste anual da receita, conforme critério definido no Submódulo 9.1 do Proret, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2013. O submódulo citado estabelece ainda que o CAIMI será definido como 5% do Custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM).

De acordo com o Memorando nº 418/2014 – SRE/Aneel, o valor anual do CAIMI de Furnas (CC nº 062/2001) associado ao ciclo 2014/2015 é de R\$ 31,9 milhões e a parcela de ajuste, a ser considerada entre 1º de janeiro de 2013 e 30 de junho de 2014, é de R\$ 47,9 milhões (a preços de 1º de junho de 2014).

GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES

No que tange à Gestão de Participações, Furnas vem implementando, nos últimos anos, um conjunto de aprimoramentos neste processo cuja finalidade é fortalecer a estrutura de governança relacionada com as decisões que envolvem os empreendimentos sob gestão de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Resumidamente, as ações de melhoria estão sendo tratadas com três enfoques específicos:

- a) aprimoramento dos profissionais indicados por Furnas para Diretorias e Conselhos de Administração e Fiscal de SPEs;
- b) melhoria das estruturas de Governança Corporativa das SPEs;
- c) informatização.

Em 2015, houve avanços significativos nas três direções:

- quanto ao aprimoramento dos profissionais de Furnas, deve ser destacada a emissão de uma nova Instrução Normativa (IN), devidamente aderente às recomendações da Eletrobras e dos órgãos de controle externo, com indicações claras sobre as competências, requisitos, obrigações e critérios de avaliação periódica;
- quanto à melhoria das estruturas de governança das SPEs, deve ser destacado o início de um amplo programa para racionalização do número de sociedades, por meio da sua consolidação em holdings. O projeto se encontra em andamento, e seu resultado será uma significativa racionalização das ações de governança interna;
- quanto à informatização, destaca-se a implantação e início de operação de um moderno sistema de controle de documentos, acessível a todos os profissionais envolvidos no processo de gestão de SPEs. Ao padronizar e disponibilizar as informações, o sistema auxilia e acelera os processos decisórios na Empresa.

Estas ações, em seu conjunto, permitem conferir à gestão de participações, racionalização e padronização das ações internas de governança compatíveis com as melhores práticas de Governança Corporativa, bem como aderência aos princípios de integridade organizacional.

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (P&D+I)

Para fazer frente aos desafios do novo modelo do setor elétrico, a gestão da inovação em Furnas tem passado por aprimoramentos constantes, nos quais a visão estratégica, sustentada por forte integração com as áreas técnicas, propiciaram um melhor acompanhamento dos projetos, com a efetiva internalização, na Empresa, de tecnologias e novos conhecimentos.

O processo de reestruturação de Furnas veio dar tratamento mais estratégico a P&D+I, dotando a Empresa de estrutura de destaque no setor elétrico brasileiro para a condução das atividades de inovação tecnológica.

O objetivo principal e permanente é transformar os estudos realizados em novos serviços ou produtos patenteados e, com isto, agregar vantagem competitiva à Empresa. A prioridade são projetos com foco em sustentabilidade, ligados a novas fontes limpas de geração de energia elétrica, com abertura de novos nichos de mercado ou aprimoramento dos negócios atuais.

Desde 2011, a Empresa tem promovido chamadas públicas para seleção de parceiros, com o objetivo de propiciar transparência e oportunidade a todos. No ano seguinte, a atividade foi ampliada, com a criação, de maneira inédita, de coleta pública permanente de ideias juntas aos colaboradores de Furnas e ao público externo. Esse processo estabelece novas parcerias com instituições de ensino e centros de pesquisa, além de empresas da base tecnológica.

Desde então, foram contratados projetos avançados de P&D+I, diversos deles visando ao aproveitamento sustentável de recursos naturais para geração de energia, e um para possibilidade a transmissão de grandes blocos de energia a longas

distâncias com reduzida faixa de passagem. Entre as diversas áreas, destacam-se:

- laboratório de ultra-alta tensão abrigado;
- geração solar fotovoltaica;
- geração com usina de ondas;
- turbina eólica vertical;
- recuperação energética de resíduos sólidos urbanos;
- mobilidade com tecnologia elétrica e híbrida.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na Área Ambiental

Furnas publicou, em janeiro de 2015, os resultados do projeto de P&D Educação Ambiental no Processo de Licenciamento: Construção Metodológica. Após três anos de levantamento de dados com populações das áreas de influência de linhas de transmissão de Furnas, foi desenvolvida, em parceria com três universidades, uma metodologia para a implantação e avaliação de programas de educação ambiental em processos de licenciamento ambiental de sistemas de transmissão.

A metodologia foi apresentada ao Ibama e também a consultorias e empresas do setor elétrico. Até o momento, foram publicados três artigos científicos sobre o estudo e realizadas apresentações em 13 congressos e seminários nacionais e internacionais.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O exercício de 2015 caracterizou-se pela continuidade do processo de recuperação gradativa da lucratividade da Empresa, impactada pela prorrogação onerosa das concessões. No exercício, Furnas apresentou, no balanço consolidado, resultado negativo de R\$ 70 milhões, 83% inferior ao apurado no exercício anterior, evidenciando o acerto da estratégia adotada.

Nesse sentido, várias iniciativas vêm sendo empreendidas nos últimos exercícios, especialmente objetivando o aumento das receitas e a redução dos custos e consequente melhoria das margens de lucratividade. Destaca-se a Margem Bruta do balanço consolidado (Lucro Bruto/Receita Operacional Líquida), que aumentou de 13,6% em 2014 para 29,5% em 2015. Esses avanços consolidam o processo de rec



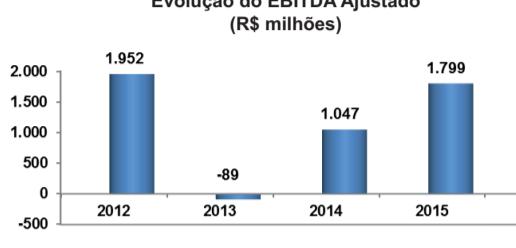
Energia que impulsiona o Brasil

EBITDA ajustado (*)	2012 reclassificado	2013	2014	2015	R\$ milhões
Lucro bruto	1.998	32	840	1.890	
(+) Depreciação e amortização	236	186	222	245	
(+) Outras receitas operacionais	196	-	145	(166)	
(-) Outra despesas operacionais	(478)	(307)	(160)	(170)	
(-) LAJIDA ou EBITDA Ajustado	1.952	(89)	1.047	1.799	

(*) EBITDA Ajustado = Lucro Líquido + Depreciação + Resultado Líquido apurado entre Despesas e Receitas Operacionais

Como pode ser observado na tabela anterior, foi apurado em 2015 o EBTIDA de R\$ 1.799 milhões, representando, portanto, crescimento de 71,8% em relação ao exercício anterior, que, pela mesma metodologia de cálculo, atingiu R\$ 1.047 milhões.

Graficamente, assim se apresenta a evolução do EBTIDA Ajustado pela metodologia tradicionalmente utilizada pela Empresa:



Liquidex Financeira

Apesar do complexo, restritivo e desfavorável cenário macroeconômico brasileiro vivenciado no exercício de 2015, a Empresa conseguiu gerenciar com sucesso os seus recursos financeiros, cumprindo seu programa de investimentos corporativos e de inversões financeiras, aplicando respectivamente R\$ 729 milhões e R\$ 923 milhões, totalizando R\$ 1.652 milhões, na expansão e modernização dos seus sistemas de geração e transmissão de energia.

A boa liquidex financeira deve-se, em grande parte, ao recebimento do saldo remanescente da indenização devida pela prorrogação das concessões de transmissão, relativamente aos ativos ainda não depreciados ou amortizados da Rede Básica Novas Instalações (RBNI), a qual foi integralmente recebida no exercício de 2015.

No fechamento do exercício, restou, ainda, uma disponibilidade líquida de caixa de mais de R\$ 1 bilhão, o que assegura à Empresa um excelente posicionamento financeiro para enfrentar e vencer os desafios de 2016.

No que concerne aos investimentos corporativos e inversões financeiras nas SPEs em que Furnas possui participação, a seguir estão elencados os montantes aplicados em 2015:

Investimentos Corporativos (realizado)

	R\$ milhões
Geração	108
Preservação da capacidade operativa do Sistema de Operação	40
Modernização da UHE Furnas	33
Implantação do complexo UHE Simplicio / PCH Anta	19
Outros	16
Transmissão	621
Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	259
Preservação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	221
Implantação da LT Mascarenhas (MG) – Linhares (ES)	28
Conservação ambiental	25
Outros	88
Total	729

Investimentos em SPEs – Inversões Financeiras (realizado)

	R\$ milhões
Geração	571
UHE Santo Antônio	165
UHE Teles Pires	155
UHE São Manoel	106
Empreendimentos eólicos	111
Outros	34
Transmissão	352
IE Belo Monte	194
Vale do São Bartolomeu	47
Outros	111
Total	923

Captação de Recursos e Endividamento

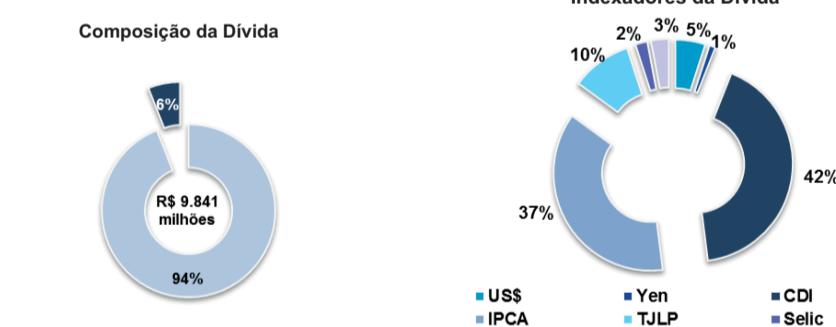
No exercício de 2015, foram realizadas operações de captação de recursos para suportar os investimentos e inversões da Empresa no montante de R\$ 740 milhões, sendo R\$ 604 milhões oriundos de uma operação de cessão de créditos de Furnas e R\$ 136 milhões por conta de contrato de financiamento celebrado com a State Grid Brazil Holding.

A composição do endividamento total, principal acrescido de juros e encargos, ao final do exercício, está representada no quadro a seguir:

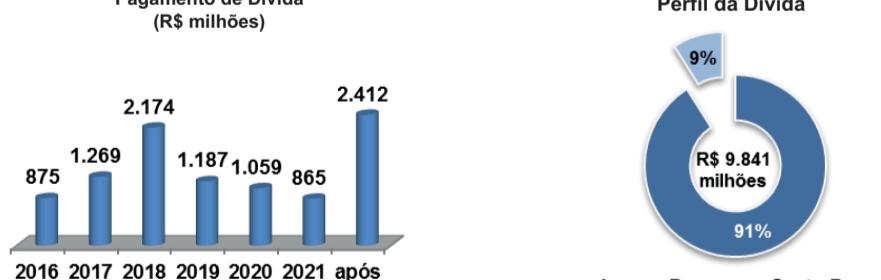
Credor	R\$ milhões
Eletrobras (Moeda Nacional)	3.840
Eletrobras (Moeda Estrangeira)	159
BID (Moeda Estrangeira)	472
Caixa Econômica Federal (CEF)	1.885
Banco do Brasil	1.411
BNDES	910
Outros	515
Cessão de Crédito	649
Total	9.841

Os principais credores são Eletrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que, juntos, representam cerca de 74% do endividamento total.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento financeiro de Furnas atingiu o valor de R\$ 9.841 milhões, possuindo a seguinte configuração:



Cronograma de Pagamento de Dívida (R\$ milhões)



Perfil da Dívida



Indenização dos Ativos de Geração e Transmissão Prorrogados

Em 15 de dezembro de 2015, a Diretoria da Aneel homologou o valor a ser indenizado a Furnas referente aos ativos de transmissão ainda não depreciados ou amortizados correspondentes à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), prorrogados sob as novas regras estabelecidas pela Lei nº 12.783, no montante de R\$ 8.999 milhões (base Dez/2012).

A quantia aprovada por meio do Despacho Aneel nº 4.042/2015, quando atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e acrescida do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real a.a., alcança, a preços de Dez/2015, a quantia de R\$ 13.183 milhões.

Até o encerramento do exercício de 2015, restava pendente a definição das condições de pagamento dessa indenização. Uma vez fixadas a forma e o cronograma de pagamento, esses recebíveis poderão ser objeto de monetização visando assegurar recursos para suportar os programas de investimento de Furnas dos próximos anos.

Repatucação do Risco Hidrológico - Lei nº 13.203/2015

Em dezembro de 2015, Furnas optou pela repatuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada de suas usinas.

Por meio dos Despachos nº 160, de 20 de janeiro de 2016 e nº 608, de 10 de março de 2016, a Aneel anuiu ao pedido de Furnas para as UHEs Manso, Simplicio, Batalha, Peixoto (Mascarenhas de Moraes), Serra da Mesa e Itumbiara.

Nos 12 meses de 2015, o resultado de Furnas já captura o impacto da adesão à repatuação do risco hidrológico de usinas da Empresa.

UHE Itumbiara – Lei nº 13.182/2015

A referida Lei estabelece que, observadas as condições dispostas no normativo, a concessão da UHE Itumbiara poderá ser prorrogada pelo prazo de até 30 anos a partir de 27 de fevereiro de 2020.

A prorrogação da concessão da Usina em comento será implementada por meio da participação de Furnas no Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (FESC), com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica.

Cumpre esclarecer que a supramencionada Lei prevê a uniforme redução dos montantes de energia contratada a partir de fevereiro de 2030 e até fevereiro de 2035.

A partir de fevereiro de 2020, esses montantes de energia, bem como qualquer energia eventualmente descontratada, serão alocados sob o regime de cotas de garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, e assim permanecerão até o final da concessão.

Infere-se, pelo exposto, que a Lei nº 13.182/2015 propicia a Furnas a opção de prorrogação da concessão, com a manutenção em seu portfólio da UHE Itumbiara, de grande relevância em termos de geração energética, de acordo com sua conveniência.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

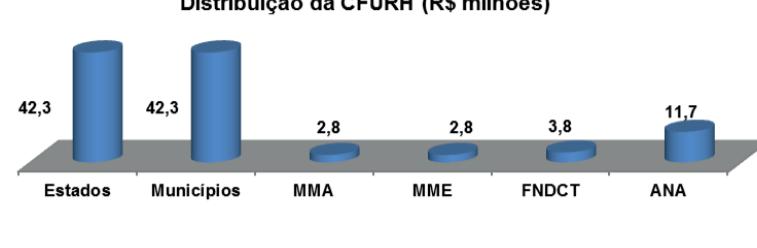
A CFURH é o valor pago pelas concessionárias e demais empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pela utilização dos recursos hídricos.

Em 2015, Furnas distribuiu R\$ 105,7 milhões, beneficiando as administrações de cinco estados, do Distrito Federal, de 149 municípios e órgãos da Administração Direta da União. Do total arrecadado, R\$ 42,3 milhões foram pagos aos estados e outros R\$ 42,3 milhões foram repartidos entre 149 municípios.

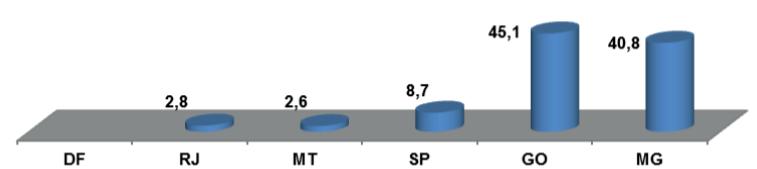
O Estado de Goiás recebeu R\$ 19,1 milhões, seguido por Minas Gerais (R\$ 17,2 milhões), São Paulo (R\$ 3,7 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 1,2 milhão), Mato Grosso (R\$ 1,1 milhão) e Distrito Federal (R\$ 0,9 mil).

Da parte que cabe à União, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME) receberam R\$ 2,8 milhões cada; o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) recebeu R\$ 3,8 milhões; e a Agência Nacional de Águas (ANA), R\$ 11,7 milhões.

Os gráficos a seguir demonstram a distribuição dos recursos provenientes da CFURH.



Distribuição por Estados/Municípios (%)



Furnas contribui, também, proporcionalmente, na compensação de outras sete usinas nas quais possui participação acionária: Baguari (15%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%), em Tocantins; Foz do Chapéu (40%), entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Façao (49,47%), em Goiás; Santo Antônio (39%), em Rondônia e Teles Pires (24,5%), entre Mato Grosso e Pará. Em 2015, estas hidrelétricas pagaram R\$ 107 milhões em royalties pelo uso da água, dos quais

GESTÃO DE PESSOAS

Furnas considera que sua força de trabalho é fator importante de sucesso empresarial. A política de gestão de pessoas atua como agente do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade do negócio.



Energia que impulsiona o Brasil

sobre Gestão do Conhecimento, as Bases de Conhecimento, o Programa de Repasse de Conhecimentos e a implantação dos Planos de Ação advindos dos mapas de conhecimento.

Foram lançados, em 2015, os programas: Educador; Multiplicador de Gestão do Conhecimento; e Mentor, com o objetivo de disseminar os conhecimentos da Empresa e contribuir para o alcance das metas estratégicas estabelecidas.

Os quadros a seguir apresentam o sumário dos eventos de treinamento e a média de horas de treinamento por participante em 2015, discriminadas por categoria funcional e gênero.

Resultados 2015

Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes / Força de Trabalho
774	3.008	5.846	44.944	61%

Cargo/Gênero

	Média de Horas por Participante
Gerencial feminino	53,72
Gerencial masculino	84,60
Nível superior feminino	53,83
Nível superior masculino	40,27
Sem nível superior feminino	25,79
Sem nível superior masculino	15,54

Avaliação de Desempenho

A avaliação do desempenho por competências é aplicada em Furnas desde 2005. Desde a implantação do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) unificado para o Sistema Eletrobras, a Empresa adota o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), o qual contempla, além da avaliação de competências, a avaliação de metas.

Esta ferramenta é aplicada a todos os empregados, inclusive aos que ocupam cargos gerenciais. Além da avaliação pelo gestor imediato, o empregado também faz sua autoavaliação, tendo oportunidade de emitir sua opinião e receber informações sobre as perspectivas de sua carreira profissional. No Ciclo Avaliativo 2014, realizado em 2015, foi implantada a avaliação dos gerentes também por parte de suas respectivas equipes de trabalho.

Os resultados da avaliação são considerados subsídios para o desenvolvimento das potencialidades dos empregados e servem de base para progressões salariais individuais e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Pesquisa de Clima Organizacional

A pesquisa de clima organizacional é uma das mais poderosas ferramentas de gestão de pessoas, pois revela a percepção dos empregados sobre a Empresa. Retrata os níveis de satisfação, motivação e relações de trabalho e possibilita a elaboração de plano de ação para minimizar problemas.

Em novembro de 2015, foi realizada nova pesquisa de clima para as empresas Eletrobras. Ainda será disponibilizado para os empregados o resultado global de Furnas e de suas unidades organizacionais. Com base nos resultados apresentados, serão realizados planos de melhoria do clima organizacional para as áreas com índice de favorabilidade abaixo da meta estabelecida pelo Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), que é de 68%.

Segurança e Saúde Ocupacional

A política de segurança no trabalho e saúde ocupacional de Furnas tem como objetivo melhorar a qualidade de vida laboral e pessoal de seus empregados e está alinhada à política do Sistema Eletrobras, com foco na prevenção. Os empregados de Furnas estão representados por 28 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), além de 10 Unidades de Segurança (Usegs), e 5 Designados, que assumem as atribuições das CIPAs em unidades nas quais, pela legislação de segurança e medicina do trabalho, não há obrigatoriedade da instalação da CIPA.

Furnas oferece treinamento e capacitação em segurança e saúde ocupacional a seus empregados e contratados, com conscientização em saúde e prevenção de riscos em suas dependências, realizando anualmente um programa que aborda temas como primeiros socorros, prevenção de acidentes e riscos no ambiente de trabalho.

No que se refere a equipamentos e sistemas de proteção coletiva, a Empresa fornece equipamentos de proteção individual a seus empregados e contratados, contando com todos os recursos necessários à preservação da integridade física e da saúde da força de trabalho e de suas instalações.

Taxas de Frequência e de Gravidade de Acidentes do Trabalho

A Taxa de Frequência (TF) e a Taxa de Gravidade (TG) são os indicadores de segurança do trabalho e saúde ocupacional, representando, respectivamente, o número de acidentes ocorridos no período por milhão de horas-humanas em exposição a risco e o número de dias perdidos e dias debitados por milhão de horas-humanas em exposição a risco.

A partir de 2012, como pode ser observado nos gráficos de evolução dos indicadores TF e TG apresentados a seguir, o número de horas trabalhadas foi padronizado em 167 horas humanas/mês nas empresas do Sistema Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas humanas anuais, conforme a norma NBR 14.280.

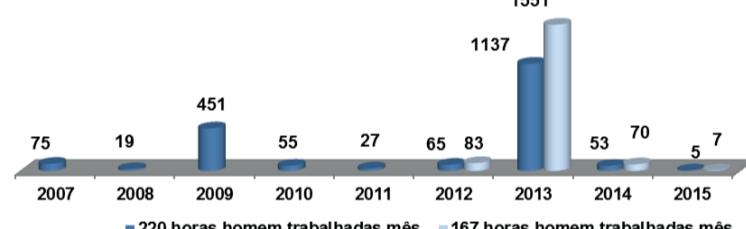
Os gráficos a seguir apresentam o histórico da TF e da TG desde 2007.



Obs.: nº de acidentes x 1.000.000 horas humanas exposição ao risco

Taxa de Frequência de Acidentes Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	1,70	0,0	0,0	3,40	0,0	1,70	0,0	3,38	1,69	5,07	1,69	0,0

Taxa de Gravidade de Acidentes Anual



Obs.: (dias perdidos + dias debitados) x 1.000.000 horas humanas exposição ao risco

Taxa de Gravidade de Acidentes Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	7	0	0	15	15	15	0	5	3	7	17	0

OUTROS ASPECTOS DE GESTÃO

Tecnologia da Informação (TI)

Consolidação das Demandas de TI

Foi implantado novo modelo de priorização de demandas por soluções de TI, baseado em critérios objetivos, e realizado levantamento inicial para identificar, consolidar e classificar as necessidades das diversas áreas de negócio. Este critério vem sendo utilizado para estabelecer a composição da carteira de demandas (backlog) e decidir sobre sua prioridade de atendimento, melhorando, assim, a governança da área.

O modelo propicia ainda melhor entendimento das características e padrões de comportamento das demandas por serviços de TI, o que permite que se tenha um processo qualificado de tomada de decisão sobre as demandas e os projetos a que dão origem, com alinhamento entre as diversas áreas da Empresa e ganhos de desempenho.

Implantação do Sistema SAP BPC

Em complemento à implantação dos processos de consolidação financeira, o que conferiu maior agilidade à elaboração das demonstrações contábeis, iniciou-se, em junho de 2014, projeto para implantação dos processos de planejamento orçamentário e fluxo de caixa. O projeto encontra-se em fase de testes e ajustes dos módulos, com previsão de conclusão em fevereiro de 2016.

Mobilidade para Gestão de Ativos (Projeto Furnas Mais)

Em outubro de 2014, foi realizada a implantação de solução de tecnologia móvel integrada ao sistema SAP para suporte à gestão de ativos de Furnas. Ao longo de 2015, foram realizados a operação assistida do sistema, o treinamento das áreas em sua utilização, e implementadas diversas melhorias.

Com a utilização do sistema, são esperados os seguintes resultados, alinhados aos objetivos estratégicos da Empresa:

- redução do custo operacional;
- excelência nos processos de operação e manutenção;
- melhoria na confiabilidade e disponibilidade do sistema Furnas em função de melhoria na qualidade das informações técnicas provenientes do campo, o que possibilitará estatísticas e estudos de engenharia de manutenção mais precisos e diagnósticos preventivos da condição operativa dos equipamentos.

Disponibilização de Informações Georreferenciadas (Projeto InfoGEO)

A partir de outubro de 2015, iniciou-se a construção de um portal web corporativo para a publicação e disponibilização de informações georreferenciadas, produzidas a partir do uso de tecnologias como sensoriamento remoto e geoprocessamento. Está prevista a disponibilização dos dados resultantes do monitoramento da área de interesse de Furnas (área geográfica que compreende todos os seus ativos – usinas, linhas de transmissão e subestações), para detecção de ocupação ilegal em propriedades da Empresa.

Até o presente momento, foram disponibilizados dados de mapeamento e quantificação de todas as áreas de intervenções antrópicas nas margens do reservatório da UHE Porto Colômbia, para atendimento à gestão ambiental da Empresa.

Adicionalmente, o portal já disponibiliza outras informações de interesse de Furnas, a saber:

- imagens de satélite de alta resolução;
- dados cartográficos (e.g. Áreas de Proteção Ambiental, terras indígenas, divisão político-administrativa, hidrografia etc);
- dados cadastrais (e.g. eixos de linhas de transmissão, limites de reservatórios etc).

Modernização do Parque Computacional

Foi realizada, no ano de 2015, a aquisição, por meio de Ata de Registro de Preços, de 1.500 microcomputadores e de 220 notebooks, que irão modernizar o parque computacional da Empresa. Com isso, os equipamentos obsoletos, que apresentam dificuldades de manutenção, serão substituídos por equipamentos de última geração, reduzindo a quantidade de incidentes e possibilitando a padronização de procedimentos e sistemas.

Centro de Serviços Compartilhados (CSC)

O CSC foi criado, no contexto da reestruturação de Furnas, com o objetivo de funcionar no conceito de *shared services*, assumindo as atividades de diversas divisões administrativas e de outros órgãos extintos. Segue um modelo de organização descentralizado, segmentado por regiões geográficas (regionais) e por processos de trabalho. As regionais prestam os mesmos serviços administrativos e de suporte, embora difiram quanto ao porte, número de clientes, volume de serviços e extensão geográfica.

Por força da dinâmica da Empresa, os CSCs vêm passando por um processo de melhoria contínua, balizado por um modelo de gestão que inclui, dentre outras, as seguintes responsabilidades:

- coordenação da elaboração e revisão dos padrões relativos aos processos;
- garantia, por meio de treinamento, da utilização dos padrões estabelecidos;
- definição de indicadores de desempenho de processos;
- acompanhamento e avaliação do desempenho de processos por meio de indicadores;
- coordenação da solução de problemas referentes aos processos e implementação de melhorias;
- orientação sobre o desenvolvimento de aplicativos para os processos sob sua responsabilidade.

Embora não tenha ainda um sistema de indicadores, o CSC presta informações aos clientes por meio da participação de seus representantes em reuniões de trabalho, além de telefone, fax, carta, mensagem eletrônica e Portal CSC. Está prevista a implantação de um processo de avaliação da qualidade do serviço prestado por meio de pesquisa de satisfação do cliente.

Com a criação dos CSCs regionais e centralização, nestes, dos processos administrativos, associada às iniciativas acima referidas e a algumas ferramentas de gestão, embora ainda por aperfeiçoar, é possível observar resultados positivos, como os relacionados a seguir:

- redução do tempo médio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, considerado como o tempo entre a aprovação da requisição de serviços e a aprovação do pedido, em cerca de 30% frente à média de 2013;
- aumento da produtividade nos processos de compras e contas a pagar/receber, em mais de 10% com respeito à média de 2013;
- eliminação dos processos do Pequeno Vulto (PV) para aquisição de combustível, em torno de 4.000/ano, através da implantação do modelo de gerenciamento via cartão magnético, com portal web;
- eliminação de 4.500 processos de PV por ano com manutenção de veículos, correspondentes à redução de 30% no valor contratado quando comparado com o ano de 2013, após a implementação do modelo de gestão de manutenção de veículos online;
- redução de 17% no valor contratado com passagens aéreas quando comparado com o exercício 2013.

No momento, encontram-se em andamento, no CSC, os seguintes projetos:

- adequação das soluções de software de gestão integrada e outras melhorias de tecnologia da informação, como workflow e portais colaborativos;
- simplificação e padronização de processos;
- automatização das práticas manuais;
- estabelecimento de acordos de nível de serviço.

Além do exposto, merece destaque o padrão de atendimento dispensado pelos CSCs ao atendimento a emergências, principalmente aquelas ocorridas em linhas de transmissão e equipamentos, que têm impacto significativo na receita e imagem da Empresa. Desde a criação dos CSCs, foram atingidos todos os prazos ótimos de atendimento.

Comunicação com os Públícos Interno e Externo

Em 2015, fiel aos princípios da boa governança, Furnas manteve a política de plena transparência junto a seus stakeholders, com clareza nas informações prestadas aos públicos interno e externo.

Comunicação com os Colaboradores

Como forma de garantir que todos os empregados recebam informações sobre decisões, ações, dados e fatos da Empresa, Furnas mantém diversos canais de comunicação. A

**RESPONSABILIDADE SOCIAL**

A atuação de Furnas se dá com respeito à legislação e a seus compromissos com o desenvolvimento sustentável e com a promoção dos direitos humanos e da cidadania, buscando fazer de seus empreendimentos oportunidades para as comunidades de seu entorno e para a sociedade. Por meio de seu exemplo, contribui para estabelecer padrões elevados de responsabilidade social. Faz do bom relacionamento construído com as comunidades um facilitador de seus negócios, gerando, assim, valor para a sociedade e para a Empresa.

Os investimentos são oriundos de recursos próprios ou incentivados por renúncia fiscal (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte e doações ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA) e se distribuem nas áreas social, cultural e esportiva.

Atuação Social

A atuação social está alinhada à gestão estratégica da Empresa, às diretrizes da Eletrobras, aos programas do Governo Federal e às políticas públicas. Também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e aos princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

Em 2015, Furnas apoiou a publicação do Atlas Brasil, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e vem acompanhando a transição dos Objetivos do Milênio para os Objetivos de Sustentabilidade, iniciativa da ONU, que mescla, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. O documento final foi aprovado, após período de debate, na Rio+20 e encontra-se em fase inicial de implementação.

A seleção de projetos e organizações parceiras na atuação social é feita com rigor, respeitando aos princípios de moralidade, transparência e imparcialidade. Todos os investimentos são acompanhados e avaliados, e a liberação de recursos se dá mediante estrito cumprimento das obrigações definidas nos contratos.

Os investimentos estão distribuídos através dos seguintes grupos: Programa Furnas Social, Projetos Sociais em Parceria, Programa de Desenvolvimento Territorial e Projeto Energia Social Furnas.

• Programa Furnas Social

Uma seleção pública, através de edital aberto, identifica os projetos de organizações sociais, localizados em áreas de atuação da Empresa ou de novos empreendimentos, que deverão receber recursos para apoio a suas atividades. Nesta modalidade, foram atendidas, em 2015, 243 ações sociais.

Entre as organizações apoiadas, destacam-se as escolas públicas, através de caixas escolares ou associações, entidades de atendimento e apoio a portadores de doenças crônicas ou deficientes, asilos, abrigos, hospitais e instituições sem fins lucrativos. Também consta apoio aos Centros Comunitários de Produção (CCP), associações de pequenos produtores e agricultura familiar, e comunidades quilombolas.

• Projetos Sociais em Parceria

Nesta modalidade, são apoiados projetos selecionados por Furnas, implementados em locais de atuação da Empresa ou em novos empreendimentos por organizações parceiras. Em 2015, foram apoiados 12 projetos, com ênfase principal em educação e geração de renda.

• Programa de Desenvolvimento Territorial

Este programa visa fortalecer a organização das comunidades e elaborar um projeto comum de desenvolvimento local, facilitando, posteriormente, o diálogo público e a seleção de projetos a serem apoiados. Desde 2005, foram elaborados 21 Diagnósticos Sociais Participativos, 11 Planos de Ação de Desenvolvimento Local Consolidados, 10 Projetos de Referência financiados pela Empresa e 10 Fóruns Comunitários.

• Projeto Energia Social Furnas

Criado em 2015, este projeto permitiu levar o nome de Furnas e seus compromissos sociais às comunidades relacionadas aos empreendimentos da Empresa. Nas ações desenvolvidas nestas comunidades, são trabalhados conceitos envolvendo cidadania, uso racional de energia e água, gênero, valorização e respeito ao indivíduo.

Atuação Esportiva

O investimento de Furnas na área esportiva, utilizando recursos incentivados, contribui para o fortalecimento da marca e para o relacionamento com seus públicos.

A Empresa patrocinou, em 2015 o projeto Flá Olímpico, nas modalidades: natação, nado sincronizado e polo aquático. Cabe destacar o êxito de um atleta oriundo deste projeto, que alcançou o índice e disputará as Olimpíadas do Rio de Janeiro em agosto de 2016.

Além disso, alguns projetos sociais apoiados estão orientados para atividades esportivas e disseminação de novas modalidades, como o projeto Núcleo de Vôlei de Praia Adriana Samuel e o Rugby em Cadeiras de Rodas.

Promoção dos Direitos Humanos e da Diversidade**• Direitos da Criança e do Adolescente**

Furnas desenvolve ações de sensibilização e mobilização pelos direitos das crianças e adolescentes e participa ativamente de algumas iniciativas. Dentre elas, destaca-se a Agenda de Convergência no Contexto de Obras e Empreendimentos. Criada no âmbito do Programa Desenvolvimento Local e Grandes Empreendimentos, de iniciativa da Fundação Getúlio Vargas, tem como objetivo articular e disseminar ações que contribuam para assegurar os direitos e oportunidades a crianças e adolescentes expostos aos impactos de grandes empreendimentos, especialmente durante o período de realização das obras.

Esses objetivos se concretizam por meio de dois produtos. O primeiro, um conjunto de diretrizes para padrão de desempenho (*performance standard*) voltadas à proteção de crianças e adolescentes frente à exploração sexual no contexto de grandes empreendimentos. O segundo, uma metodologia para diagnóstico e monitoramento da situação da criança e do adolescente em regiões que recebem os grandes empreendimentos. Em 2015, foram realizados encontros e diálogos que contribuíram para o avanço das propostas.

• Equidade de Gênero

O Comitê Pró-Equidade de Gênero apoia a Diretoria Executiva de forma permanente e sistemática no propósito de cumprir a política pró-equidade de gênero, promover a orientação da Empresa em fóruns e analisar a legislação, entre outras questões. Tem destacada atuação em Furnas e tem contribuído, por meio de suas ações de mobilização e influência, para que a Empresa se destaque neste tema.

Atuação Cultural

O investimento cultural de Furnas se materializa no apoio a projetos incentivados e pela programação do Espaço Furnas. Esta última se dá com atrações selecionadas através de edital público, de ampla divulgação e do investimento em projetos culturais. Em 2015, dos 461 projetos inscritos, foram selecionados 12 projetos de música, 9 de teatro e 4 de exposição. Também foram patrocinados 15 projetos culturais, todos incentivados por meio da Lei Rouanet, obtendo, no exercício, mais de R\$ 2,8 milhões em renúncia fiscal.

• Patrocínio a Eventos

Em 2015, Furnas patrocinou 10 eventos, sendo 1 por meio do Edital de Seleção Pública de Patrocínio a Eventos do Setor Elétrico (Edital Eletrobras) e 9 por escolha direta.

Atuação Institucional

Em 2015, Furnas ampliou a interlocução com a Sociedade Indígena Kaingang de Queimadas, localizada no município de Ortigueira (PR). Com o objetivo de minimizar impactos negativos por conta do uso de parte do território da tribo ao longo das Linhas de Transmissão Ivaiporã-Itaberá I e II, enquanto estiver em andamento o processo de Licenciamento Corretivo, a Empresa iniciou um processo de interlocução para atendimento às ações sociais da comunidade, onde foram envolvidos novos atores com conhecimentos e atuações distintas.

Em reunião realizada no Ministério Público de Londrina, com a presença do Presidente da Funai, ficou acertada a celebração de Termo de Compromisso entre Furnas, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Associação Comunitária Queimadas (CQI), com intervenção do Ministério Público Federal (MPF). O objetivo do Termo de Compromisso é o apoio de Furnas à Comunidade Indígena Kaingang da Terra Indígena Queimadas, por meio de sua associação, para atendimento das necessidades apresentadas pelos seus habitantes, na implantação de projetos sociais capazes de impulsionar e promover o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, especialmente nas áreas de segurança alimentar, saúde, saneamento, educação, meio ambiente e cultura, com foco na sustentabilidade.

Indicadores Sociais Externos – Valores Repassados - 2015

	R\$ mil
Atuação Social	5.977
Projetos Sociais em Parceria e Edital do Programa Furnas Social	5.939
educação	321
Promoção da Cidadania e dos Direitos	830
geração de trabalho e renda	1.134
saúde e segurança alimentar	622
esporte e lazer	205
infraestrutura	2.501
garantia dos direitos da criança e do adolescente	199
meio ambiente	60
cultura	67
total	25
projeto energia social furnas	13
Programa de Desenvolvimento Territorial	486
atuação esportiva	424
patrocínios não incentivados	62
Promoção dos Direitos Humanos e da Diversidade	85
ações de direitos da criança e do adolescente	11
ações de equidade de gênero	74
Atuação Cultural	5.825
patrocínios culturais não incentivados (espaço furnas cultural)	1.823
patrocínios culturais incentivados (lei rouanet)	4.002
Patrocínio a Eventos	819
patrocínios a eventos técnicos	749
patrocínio a eventos do edital do setor elétrico	70
Atuação Voluntária	455
investimento na mobilização/capacitação de voluntários	106
investimento no apoio a atividades do voluntariado	349
Atuação Institucional	630
patrocínios institucionais	630
Doações	457
doação ao fundo para a infância e adolescência	434
doação para situação emergencial	23
doação para situação de calamidade pública	1
doação de bens inservíveis para a empresa	1
Atuação em Campanhas	82
apoio a campanhas	82
Total de Investimentos	14.816

Participação em Programas de Governo**Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coop)**

Furnas apoia a Secretaria Executiva do Coop. Criado em 1993, este reúne organizações públicas e privadas de todo o País e desempenha importante papel de mobilização e articulação social, incentivando e participando de iniciativas que têm como objetivo o desenvolvimento humano, social e sustentável.

Desde o início de sua trajetória, o Comitê estimula suas associadas a promoverem ações complementares às políticas públicas do Governo Federal.

Em 2015, destacaram-se as seguintes iniciativas de mobilização social:

- Reuniões regionais sobre mobilização social no contexto atual e seus desafios** – A cada ano, o Coop define uma estratégia de mobilização para todas as suas redes - comunidades, organizações e pessoas. Em 2015, foi lançada a estratégia Mobilização para Promoção da Cidadania, divulgada e implementada por meio do Facebook. Esta proposta tem como objetivo incentivar pessoas a desenvolverem iniciativas de mobilização ou ações coletivas voltadas para três eixos de atuação da Rede Coop: Erradicação da miséria; Meio ambiente, clima e vulnerabilidade; e Participação, direitos e cidadania.
- Rede de Comunidades do Semiárido** – Para incentivar a mobilização, o fortalecimento e a ampliação das capacidades comunitárias para o desenvolvimento local, estiveram reunidos, em Campina Grande (PB), 80 jovens de sete estados da Região Nordeste no Fórum de Lideranças Jovens do Semiárido, que fazem parte da Rede de Comunidades, hoje com 100 participantes.

O Fórum aproximou e formou laços entre as comunidades inseridas na Rede ao longo do primeiro semestre, avaliou conquistas das comunidades participantes de projetos anteriores e iniciou o planejamento dos próximos passos para o novo grupo.

- Programa Comunidades Semiárido** – Lançadas cinco publicações do Programa: "Questionário do Diagnóstico Comunitário Participativo"; "Correspondentes da Rede Comunidades Semiárido"; "Repórter por um dia"; "Quem conta um conto aumenta um ponto"; e "Se essa rua fosse minha". Estes textos foram desenvolvidos pelos comunitários com ilustrações e edição do Coop e se encontram na biblioteca virtual <https://issuu.mobilizadorescoop>.
- Rede Mobilizadores** – Promove a troca de experiências para aprimorar práticas, replicar iniciativas bem sucedidas e mobilizar pessoas para que atuem de forma organizada em prol dos direitos humanos e da cidadania.

Os temas abordados na página www.mobilizadores.org.br são definidos a partir de visitas diárias em redes sociais e veículos de comunicação voltados para a área social, e abordam assuntos que contemplam os três eixos de atuação da Rede Coop acima citados.

Programa da Coleta Seletiva Solidária

Criado a partir do Decreto Federal nº 5.940/2006, o qual estabelece que a separação, na fonte geradora, dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta seja destinada às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Este programa é monitorado pela Secretaria Geral da Presidência da República, sendo esta responsável pela avaliação semestral do andamento das atividades de coleta seletiva nas empresas públicas federais.

A Comissão da Coleta Seletiva Solidária de Furnas trabalha desde 2008 pelo melhor aproveitamento de resíduos para reutilização e reciclagem. Desde o início da implantação do programa, mais de 1.454 toneladas de materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) foram destinadas a 29 cooperativas de catadores parceiras de várias unidades da Empresa. Em 2015, a Empresa destinou ao programa 149.574 toneladas de resíduos, contribuindo para a inclusão socioeconômica de centenas de famílias de catadores.

Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o programa tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades administrativas e operacionais da administração pública, que vão desde a mudança na forma de comprar e contratar serviços (licitações sustentáveis) até a gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho. Furnas aderiu à A3P em outubro de 2012.

O Programa está fundamentado em cinco eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos; melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos empregados; e contratações públicas sustentáveis.

Em maio de 2015, Furnas foi convidada a compor a Rede A3P Rio, que reúne grupos já existentes e atuantes nas instituições públicas do Estado do Rio de Janeiro, agregando servidores das três esferas (Federal, Estadual e Municipal), assim como dos três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo, na tentativa de contribuir com o Estado do Rio de Janeiro no combate ao desperdício, pela utilização mais consciente dos recursos disponíveis, colaborando com o equilíbrio ambiental, e pela inclusão social da parcela menos favorecida da população. Furnas participa como Coordenação Adjunta do Eixo Temático.

Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem)

Criado, em 1994, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o Prodeem atende às populações desassistidas de rede elétrica convencional, utilizando-se de fontes energéticas renováveis e livres de poluição. A principal fonte utilizada pelo Prodeem é a fotovoltaica, que transforma a energia solar em energia elétrica, destinada a escolas rurais, poços de abastecimento de água e outras atividades comunitárias, em locais ainda não servidos por redes de distribuição rural das concessionárias e normalmente distantes das sedes dos municípios ou de difícil acesso.

Desde 2004, por força do Convênio 012/2004-MME/Furnas, a Empresa é responsável pela execução do Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem (PRC/Prodeem) nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás.

Em 2015, dentro do programa de transferência patrimonial de bem público às concessionárias de energia elétrica, Furnas celebrou, com as empresas Cemig Distribuição S.A (Cemig-D) e Celg Distribuição S.A (Celg-D), com a interveniência do MME, dois Termos de Cessão de Uso de Bem Público de Equipamentos/Sistemas Fotovoltaicos do Prodeem, totalizando 18 sistemas, de um total de 104 Sistemas Fotovoltaicos em operação, sendo: 3 para a Cemig-D e 15 para a Celg-D.

Os demais sistemas fotovoltaicos em operação estão sendo mantidos em condições operativas, objetivando a sua transferência patrimonial a diversos entes públicos das esferas federal, estadual e municipal, em conformidade com as determinações do MME e segundo a legislação vigente.

Programa Luz para Todos (PLpT)

Lançado pelo Governo Federal em novembro de 2003, coordenado pelo MME e operacionalizado com a participação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras e das empresas que compõem o Sistema Eletrobras, o programa tem por objetivo levar energia elétrica, gratuitamente, à população rural



Energia que impulsiona o Brasil

Relação de pessoas assistidas por empreendimento

Empreendimento	PEA	PEAT	Total
AHE Simplicio	350	70	420
UHE Batalha	80	60	140
UHE Funil	182	54	236
UHE Marimbondo	1351	-	1351
LT Anta-Simplicio	180	-	180
LT Batalha-Paracatu	628	-	628
LT Mascarenhas-Linhares	99	172	271
LT Norte-Sul	150	-	150
LT Xavantes-Pirineus	600	-	600
Total	3620	356	3976

Água, Efluentes e Resíduos

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQAs), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGRs) e Planos de Atendimento a Emergência (PAEs) nos empreendimentos apresentados a seguir.

	PMEQA	PGR	PAE
Subestação (SE)	Brasília Sul, Brasília Geral, Samambaia e Vitoria	Adrianópolis, Angra, Brasília Sul, Brasília Geral, Grajaú, Jacarepaguá, Pirineus, Poços de Caldas Samambaia, Vitoria e São José	Vitoria e São José
Usina Hidrelétrica (UHE)	Luiz Carlos Barreto, Marimbondo, Porto Colômbia e Serra da Mesa	Estreito, Funil, Furnas, Marimbondo, Itumbiara, Porto Colômbia e Simplicio	Corumbá, Funil, Itumbiara, Luis Carlos Barreto, Porto Colômbia e Simplicio
Usina Termelétrica (UTE)	-	Santa Cruz e Campos	-
Centro de Distribuição	-	Rio de Janeiro	-

Em 2015, foi aprovada a Instrução Normativa de Gerenciamento de Resíduos, com foco na melhoria do desempenho ambiental da Empresa. O documento estabelece critérios para o gerenciamento de resíduos, visando ao controle e à redução de riscos às pessoas e ao meio ambiente, em conformidade com as políticas institucionais e com a legislação vigente.

Conservação da Ictiofauna

Desde 1979, com o intuito de minimizar os impactos causados pelos barramentos das UHEs sobre a ictiofauna, Furnas promove a criação de trairão e peixes de piracema nativos para o repovoamento dos reservatórios situados nos rios Grande e Paranaíba.

Em 2015, foi realizada a produção de 58.130 alevinos, dos quais 53.270 peixes de piracema. Visando promover o desenvolvimento do conhecimento científico, Furnas doou 1.130 alevinos de peixes nativos para universidades federais.

Gestão Fundiária

Foi concluída a liberação das áreas atingidas pelos empreendimentos LT 138 kV Batalha-Paracatu 1 e UHE Batalha. Estão em andamento apenas atividades de regularização dominial de alguns desses imóveis. O processo de liberação de áreas da LT 230 kV Xavantes-Pirineus também foi concluído em 2015.

Segue informação sobre os empreendimentos corporativos que tiveram liberação de áreas em 2015:

Empreendimento	Total de Propriedades Atingidas	Total de Propriedades Liberadas	Total de Propriedades Liberadas em 2015	Valor Despendido em 2015 (R\$ mil)
LT Mascarenhas-Linhares – 230 kV	177	170	37	807,68
LT Xavantes-Pirineus – 230 kV	90	90	25	5.251,18
Total	267	260	62	6.058,86

Dos empreendimentos corporativos, faltam apenas sete propriedades a serem liberadas em 2016, relativas à LT Mascarenhas-Linhares, em 230 kV. Com isto, encerram-se todas as liberações de áreas dos empreendimentos corporativos da Empresa ainda em construção.

Dos remanejamentos compulsórios:

- UHE Batalha: em 2015, foi acolhida, por meio de remanejamento assistido, uma família hipossuficiente rural atingida pela implantação do empreendimento, a um custo de R\$ 132.442,30.
- LT Xavantes-Pirineus, em 230 kV: em 2015, foram acolhidas 11 famílias hipossuficientes urbanas atingidas pela implantação da LT, a um custo de R\$ 1.463.848,71.

Essas famílias hipossuficientes receberam os novos imóveis sem qualquer ônus.

Todos os remanejamentos compulsórios foram suportados a expensas de Furnas, propiciando tratamento digno e adequado. O remanejamento teve como escopo o deslocamento para áreas semelhantes às originais, com direito de livre escolha do local, cabendo à Empresa a obrigação da aquisição da propriedade e da regularização imobiliária.

Para as famílias remanejadas para a zona rural, foi ainda efetuado o pagamento de verba no valor de um salário mínimo, durante um ano, a título de compensação financeira.

Em atendimento às condicionantes ambientais, Furnas ainda:

- realiza o monitoramento da população urbana, visando identificar se está conseguindo adaptar-se a sua nova condição;
- presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para as famílias hipossuficientes rurais. Para atendimento desta condicionante, Furnas contratou a Emater (DF/MG/RJ) por período de três anos, data que é computada a partir da assinatura de cada contrato, para as famílias rurais reassentadas, visando à readequação das atividades produtivas nos imóveis rurais em que foram reassentadas.

Os custos de Furnas para prestação de serviços de ATER em 2015 foram:

- UHE Batalha: R\$ 779.952,78;
- UHE Simplicio: R\$ 399.486,60.

PREMIAÇÕES

Furnas destacou-se em diversas áreas de atuação no ano de 2015, sendo agraciada com as premiações a seguir:

Entidade	Premiação
Anefac / Fipecaf / Serasa Experian	Destaque do Troféu Transparéncia
Agência Nacional de Cultura, Empreendedorismo e Comunicação (ANCEC)	Prêmio Ordem da Arte e da Cultura Nelson Rodrigues
Secretaria de Políticas para as Mulheres	Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça
Programa Brasileiro GHG Protocol	Selo Ouro em Inventário de Emissões de Gases Estufa

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

	2015	2014	
1. Geração e Distribuição de Riqueza	%	%	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA) - apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	23,5 governo 29,5 empregados 0 acionistas 41,3 financeiros 5,7 outros	32,3 governo 38,0 empregados 0 acionistas 21,9 financeiros 7,8 outros	
2. Recursos Humanos			
2.1 Remuneração	R\$ mil	R\$ mil	
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (R\$ mil)	1.180.892	1.129.711	
- Empregados (R\$ mil)	1.176.221	1.124.772	
- Administradores (R\$ mil)	4.671	4.939	
Relação entre a maior e a menor remuneração:			
- Empregados	28 1	36 1	
- Administradores			
2.2. Benefício Concedido	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	256.907	21,76	4,03
Alimentação	64.461	5,46	1,01
Transporte	1.317	0,11	0,02
Previdência privada	36.551	3,10	0,57
Saúde	139.193	11,79	2,19
Segurança e medicina do trabalho	12.385	1,05	0,19
Educação ou auxílio creche	4.698	0,40	0,07
Cultura	2.201	0,19	0,03
Capacitação e desenvolvimento profissional	23.148	1,96	0,36
Creches ou auxílio creche	13.337	1,13	0,21
Participação nos lucros ou resultados	47.023	3,98	0,74
Outros	62.807	5,32	0,98
Total	664.028	56,25	10,40
2.3. Composição do Corpo Funcional	2015	2014	
Nº de empregados no final do exercício	3.548	3.517	
Nº de admissões	51	53	
Nº de demissões	20	83	
Nº de estágiários no final do exercício	422	488	
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	248 (*)	249	
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	1.178	1.330	
Nº de empregados por sexo:			
- Masculino	2.988	2.968	
- Feminino	560	549	
Nº de empregados por faixa etária:			
- Menores de 18 anos	0	0	
- De 18 a 35 anos	465	535	
- De 36 a 60 anos	2.801	2.743	
- Acima de 60 anos	282	239	
Nº de empregados por nível de escolaridade:			
- Analfabetos	0	0	
- Com ensino fundamental	84	116	
- Com ensino médio	325	334	
- Com ensino técnico	1.125	1.061	
- Com ensino superior	1.083	1.082	
- Pós-graduados	931	924	
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:			
- Masculino	78,35	79,71	
- Feminino	21,65	20,29	

(*) Refere-se à soma de 24 empregados efetivos e 224 profissionais vinculados ao contrato firmado com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD).

2.4. Contingências e Passivos Trabalhistas	2015	2014
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	682	850
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	11	496
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	82	577
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (R\$ mil)	85.782	29.163

3. Interação da Entidade com o Ambiente Externo						
3.1. Relacionamento com a Comunidade	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Totais dos investimentos em:						
Educação	3.083	0,25	0,05	2.869	0,21	0,05
Cultura	8.891	0,73	0,14	8.307	0,62	0,13
Saúde e infraestrutura	7.749	0,63	0,12	7.746</td		



Energia que impulsiona o Brasil

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.2015	31.12.2014 (*) Reclassificado	31.12.2015
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	6	400	1.692	12.099
Títulos e valores mobiliários	7	1.193.743	667.750	1.193.743
Clientes	8	750.162	863.130	750.162
Créditos CCEE Repactuação GSF	9	111.380	-	111.380
Remuneração das participações societárias	37	138.384	113.186	138.384
Impostos e contribuições sociais	10	304.536	234.202	304.751
Almoxarifado	11	26.283	22.789	26.283
Indenizações das concessões	12	-	1.344.476	-
Outros	15	331.552	200.841	332.342
		2.856.440	3.448.066	2.869.144
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Clientes	8	496.537	442.098	496.537
Créditos CCEE Repactuação GSF	9	194.922	-	194.922
Almoxarifado	11	100.334	97.066	100.334
Cauções e depósitos vinculados	13	617.995	477.926	617.995
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	63.530	18.075	44.099
Ativo financeiro – concessões de serv.público	14	8.116.506	7.529.487	8.177.304
Outros	15	250.834	83.826	250.834
		9.840.658	8.648.478	9.882.025
Investimentos	16	6.116.316	5.344.317	6.055.103
Imobilizado	17	5.858.149	5.924.242	5.858.154
Intangível	18	256.608	107.581	256.610
		22.071.731	20.024.618	22.051.892
TOTAL DO ATIVO		24.928.171	23.472.684	24.921.036

(*) Vide nota 3.2.1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.015	31.12.2014 (*)	31.12.2015
CUSTO OPERACIONAL	31	6.368.215	6.182.015	6.414.219
Custo com energia elétrica	32	(3.845.507)	(4.672.699)	(3.849.291)
Energia elétrica comprada para revenda		(926.291)	(1.942.894)	(926.291)
Encargos de uso da rede elétrica		(457.343)	(1.519.260)	(457.343)
Custo de operação		(468.948)	(423.634)	(468.948)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(2.919.216)	(2.729.805)	(2.923.000)
Combustível e água para produção de energia elétrica		(2.024.192)	(1.856.629)	(2.027.964)
Utilização de recursos hídricos		(520.272)	(492.843)	(520.272)
Depreciação e amortização		(105.816)	(133.542)	(105.816)
Outros		(244.517)	(222.476)	(244.517)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	32	(627.942)	(669.512)	(675.007)
LUCRO BRUTO		1.894.766	839.804	1.889.921
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	33	(669.219)	505.058	(754.133)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		1.225.547	1.344.862	1.135.788
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	16	315.391	(887.111)	405.687
RESULTADO FINANCEIRO	34	(1.302.521)	(457.995)	(1.301.836)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		238.417	(244)	239.639
Imposto de renda e contribuição social		(115.556)	-	(115.892)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(193.148)	(405.410)	(194.097)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(70.287)	(405.654)	(70.350)
Parcela atribuída aos controladores		(70.287)	(405.654)	(70.287)
Parcela atribuída aos acionistas não controladores		-	-	(63)

(*) Vide nota 3.2.1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014 (*)	31.12.2015
Prejuízo do exercício		(70.287)	(405.654)
Outros resultados abrangentes:			
Perda em benefícios pós-emprego		(87.184)	(311.795)
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego, incluindo provisão para perda na realização de créditos tributários		-	(86.321)
Outros:			
Ajuste acumulado de conversão em investida		1	7
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(157.470)	(803.763)

(*) Vide nota 3.2.1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.531.154	5.528.986	-	-	-	(882.813)	11.177.327	-
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	-	7	7	7
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	-	-	-	-	-	(398.116)	(398.116)	(398.116)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(405.654)	(405.654)	(405.654)
Destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo do exercício (a)	-	-	(405.654)	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.531.154	5.123.332	-	405.654	-	(1.280.922)	10.373.564	-
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	-	1	1	1
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	-	-	-	-	-	(87.184)	(87.184)	(87.184)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(70.287)	(70.287)	(70.287)
Destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo do exercício (a)	-	-	(70.287)	-	-	70.287	-	-
Participação dos acionistas não controladores:	-	-	-	-	-	-	-	1.021
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	6.531.154	5.053.045	-	-	-	(1.368.105)	10.216.094	1.021

(*) De acordo com os termos da Lei nº 6.404/1976, art. 189, § único e art. 200, inciso I.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014 (*) Reclassificado	31.12.2015
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	238.417	(244)	239.639
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido			
Depreciação e amortização	244.517		



Energia que impulsiona o Brasil

 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Furnas - Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa") é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede à Rua Real Grandeza, 219, Botafogo, Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia e consumidores livres de todo o território nacional.

O parque gerador de Furnas é composto por 30 usinas, próprias ou em parceria com a iniciativa privada, das quais:

a) 20 (vinte) são hidrelétricas (UHE), sendo 4 (quatro) próprias, 6 (seis) sob administração especial – afetadas pela Lei no 12.783/2013, 2 (duas) em parceria com a iniciativa privada e 8 (oito) em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE), com potência instalada total de 14.842,50 MW⁽¹⁾, sendo 10.563,03 MW⁽¹⁾ a participação de Furnas (Nota 2.1);

b) 3 (três) são eólicas em regime de SPE, potência instalada total de 187,04 MW⁽¹⁾;

c) 5 (cinco) são Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), com potência instalada total de 22,31 MW⁽¹⁾;

d) 2 (duas) são termelétricas com 530 MW⁽¹⁾ de potência instalada total.

Este parque gerador supre 15.581,85 MW⁽¹⁾ de potência instalada ao mercado de energia elétrica brasileiro, dos quais Furnas detém 11.161,17 MW⁽¹⁾.

As UHE afetadas pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e que estão sendo operadas e mantidas por Furnas, são: Corumbá I, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Furnas, Marimbondo e Porto Colômbia. As UHE não afetadas de Itumbiara e MAscarenhas de Moraes têm fim de concessão em 2020 e 2023, respectivamente.

O Complexo Hidrelétrico Simplicio/Anta, com 333,7 MW⁽¹⁾ de potência total instalada, compreende a UHE Simplicio com 305,7 MW⁽¹⁾, que iniciou sua operação em junho de 2013, e a PCH (pequena central hidrelétrica) Anta, com 28 MW⁽¹⁾, esta última ainda em implantação.

O parque gerador de Furnas está incluída a potência instalada de 1.275 MW⁽¹⁾ relativa à Usina de Serra da Mesa, cabendo à CPFL Geração S.A. 657,14 MW⁽¹⁾ (51,54%) e a Furnas, que detém o direito da concessão, 617,87 MW⁽¹⁾ (48,46%), bem como o Aproveitamento Múltiplo de Manso, com potência instalada de 212 MW⁽¹⁾, cabendo 148,40 MW⁽¹⁾ (70%) a Furnas e 63,60 MW⁽¹⁾ (30%) à Proman.

O parque transmissor de Furnas concentra 24.154 km⁽¹⁾ de linhas, das quais 4.247 km⁽¹⁾ sob a forma de SPE, possuindo ainda 70 subestações, com capacidade de transformação total de 119.118 MVA, já incluídos 15.750 MVA referentes a 20 subestações de SPEs.

Além dos parques de geração e transmissão próprios, Furnas participa, em Sociedade de Propósito Específico (SPE) com outras empresas, na construção e operação de usinas, linhas de transmissão e subestações. O detalhamento desses investimentos encontra-se nas notas explicativas 2 e 16.

(*) Informação não auditada pelo auditor independente

NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujos detalhamentos, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

2.1 Geração de Energia Elétrica

Usina	Participação de Furnas (%)	Rio/Local	Potência Instalada (MW) ⁽¹⁾	Energia Assegurada (MW médio) ⁽¹⁾	Data da Concessão Original	Data de Vencimento Original	Data da Assinatura da Renovação	Data de Vencimento Renovado
Em Operação								
					Hidrelétricas			
Furnas	100	Grande	1.216,00	598,00	26.07.1957	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	100	Grande	1.050,00	495,00	18.06.1962	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Marimbondo	100	Grande	1.440,00	726,00	03.03.1967	07.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Porto Colômbia	100	Grande	320,00	185,00	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Mascarenhas de Moraes	100	Grande	476,00	295,00	31.10.1973	31.10.2023	Não afetada	Não afetada
Funil	100	Paraíba do Sul	216,00	121,00	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Itumbiara	100	Paranába	2.082,00	1.015,00	26.02.1970	26.02.2020	Não afetada	Não afetada
Corumbá I	100	Corumbá	375,00	209,00	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Simplicio/Anta ⁽⁴⁾	100	Paraíba do Sul	333,70	191,30	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	Não afetada
Batalha	100	São Marcos	52,50	48,80	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	Não afetada
Hidrelétricas Compartilhadas (Parceria)								
Manso	70	Manso	212,00	92,00	10.02.2000	09.02.2035	Não afetada	Não afetada
Serra da Mesa	48,46	Tocantins	1.275,00	671,00	06.05.1981 e 12.11.2004	07.05.2011	27.04.2012 ⁽³⁾	12.11.2039
Termelétricas								
Santa Cruz	100	Rio de Janeiro	500,00	401,20	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015	Afetada, mas ainda não prorrogada	
Campos (Roberto Silveira)	100	Campos dos Goytacazes	30,00	21,00	27.07.2007	27.07.2027	Não afetada	Não afetada
São Gonçalo (falsa de operação)	100	São Gonçalo	-	-	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada ⁽⁶⁾	-	-

⁽¹⁾ Potência homologada pela ANEEL. ⁽²⁾ 1º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004. ⁽³⁾ Portaria MME nº 262, de 27 de abril de 2012, portanto não afetada pela Lei nº 12.783/2013. ⁽⁴⁾ PCH Anta (28 MW) ainda em implantação. ⁽⁵⁾ A potência de 500 MW exclui as UGs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra temporariamente suspensa pela Aneel, conforme Despacho Nº 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido ao atraso das expansões da usina, ao final das quais as UGs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGs 1 e 2. A garantia física (energia assegurada) de 401,2 MW é relativa à potência instalada de 500 MW. ⁽⁶⁾ Prorrogação negada por meio da Portaria MME nº 245, de 20 de abril de 2012, antes, portanto, da edição da MP 579, em setembro do mesmo ano.

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa, na forma de parceria, em Sociedades de Propósito Específico (SPE) detentoras de concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio ou Município/Estado ou Estado/País	Potência Instalada (MW) ⁽¹⁾	Energia Assegurada (MW médio) ⁽¹⁾	Data da Concessão	Data de Vencimento
Hidrelétricas em Operação						
Peixe Angical	40,0000	Tocantins	498,75	280,50	07.11.2001	06.11.2036
Baguari ⁽³⁾	15,0000	Doce	140,00	80,02	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó	40,0000	Uruguai	855,00	432,00	07.11.2001	06.11.2036
Serra do Fáceao	49,4737	São Marcos	212,58	182,40	07.11.2001	06.11.2036
Retiro Baixo	49,0000	Paroapeba	82,00	38,50	15.08.2006	14.08.2041
Três Irmãos	49,9000	Tietê	807,50	217,50	10.10.2014	09.10.2044
Hidrelétricas em Operação Parcial						
Santo Antônio (Mesa) ⁽²⁾	39,0000	Madeira	2.498,55	2.424,20	13.06.2008	12.06.2043
Teles Pires ⁽⁵⁾	24,5000	Teles Pires	727,92	567,40	07.06.2011	07.06.2046
Hidrelétricas em Implantação						
Santo Antônio (Mesa) ⁽³⁾	39,0000	Madeira	1.069,45	0,00	13.06.2008	12.06.2043
Teles Pires ⁽⁶⁾	24,5000	Teles Pires	1.091,88	363,30	07.06.2011	07.06.2046
São Manoel	33,3300	Teles Pires	700,00	421,70	10.04.2014	09.04.2049
Empreendimento Suspenso						
Inambari ⁽⁴⁾	19,6000	AM/Peru	2.200,00	-	-	-
Eólicas em Operação						
Rei dos Ventos 1	24,5000	Galinhos/RN	58,45	21,86	09.12.2010	09.12.2045
Rei dos Ventos 3	24,5000	Galinhos/RN	60,12	21,07	09.12.2010	09.12.2045
Miassaba 3	24,5000	Macau/RN	68,47	22,84	19.08.2010	19.08.2045
Eólicas em Implantação						
Famosa 1	49,0000	Tibau/RN	22,50	11,10	24.05.2012	24.05.2047
Pau Brasil	49,0000	Icapuí/CE	15,00	7,70	26.03.2012	26.03.2047
Rosada	49,0000	Tibau/RN	30,00	13,40	31.05.2013	31.05.2048
São Paulo	49,0000	Icapuí/CE	17,50	8,10	26.03.2012	26.03.2047
São Januário</td						

Investida	Linhas	Km (1)	Subestação	Data da Outorga	Prazo da Concessão
Paranáiba Transmissora	LT 500 KV Barreiras II - Rio das Éguas	967		02.05.2013	30 anos
	LT 500 KV Rio das Éguas - Luziânia				
	LT 500 KV Luziânia - Pirapora 2				
Triângulo Mineiro Transmissora	LT 500 KV Marimbondo II - Assis, CS	296,5	SE Marimbondo II - 181,2 MVA	14.08.2013	30 anos
	SE Assis - 317,1 MVA				
	LT 500 KV Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2				
Vale do S. Bartolomeu Transmissora	LT 230 KV Brasília Geral-Brasília Sul - C3	94,5	SE Brasília Leste 500/138 kV - 1.080 MVA	09.10.2013	30 anos
	LT 345 KV Brasília Sul - Samambaia - C3				
Mata de Sta. Genebra Transmissora	LT 500 KV Itatiba - Bateias	847	SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV - 300 MVA	14.05.2014	30 anos
	LT 500 KV Araraquara 2 - Itatiba		SE Itatiba 500 KV - 300 MVA		
	LT 500 KV Araraquara 2 - Fernão Dias		SE Fernão Dias 500/440 KV - 3.600 MVA		
Lago Azul Transmissora	LT 230 KV Barro Alto - Itapaci - C2	69		14.05.2014	30 anos
Belo Monte Transmissora	LT 800 KV Xingu-Estreito - CC	2.092	Estação Conversora Xingu - 4.000 MW	16.06.2014	30 anos
Energia Olímpica S.A.	Estação Conversora Estreito - 3.850 MW	13,7	SE Olímpica 138/13,8 kV - 120 MVA	Regime especial	Regime especial
	LT 138 KV Barra da Tijuca - SE Olímpica				
Energia Olímpica S.A.	LT 138 KV Gardênia - SE Olímpica				

(1) Valores aproximados.

Nota: LT = linha de transmissão; SE = subestação; CD = circuito duplo; CS = circuito simples.

2.3 Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições; e pressupõe a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição (VNR).

Adicionalmente, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, através da qual fixaram os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Sendo os valores de indenização dos ativos de geração ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602.

O VNR, determinado pela Administração, foi calculado a partir de suas melhores estimativas e interpretações do Decreto nº 7.805/2012/12, em dezembro de 2012, sendo reajustado para 31 de dezembro de 2013. Este valor, porém, não pode ser considerado como o de indenização.

2.3.1 Ativos de concessões prorrogadas cuja indenização ainda não foi homologada pelo Poder Concedente

A seguir, serão demonstrados os valores indenizados e a indenizar bem como os pleitos daqueles itens ainda não sujeitos a indenização.

2.3.1.1 Pleitos ainda não homologados

Descriativo	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Geração		
Modernizações e melhorias	995.718	995.718
Geração térmica	705.425	676.030
Transmissão		
Rede básica - serviços existentes (RBSE) (*)	4.530.060	4.530.060
Total	6.231.203	6.201.808

(*) Valor já homologado pela ANEEL

2.3.1.2 Pleito homologado

Indenizações previstas pela Lei nº 12.783/2013	Controlada	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	1.344.476	2.130.352
Recebimentos	(1.482.331)	(1.154.766)
Atualização monetária	137.855	368.890
Saldo final	1.344.476	
Total circulante		1.344.476

2.3.2 Os efeitos da Lei nº 12.783/2013, por segmento de negócio

Para a geração, a Aneel mediante a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, estabeleceu regras para o cálculo das indenizações dos bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, no âmbito da Lei nº 12.783/2013 que é de 180 dias após o protocolo de manifestações (art. 4º, §1º), encaminhada por Furnas em 27/12/2013. Posteriormente, a Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 615 de 17 de junho de 2014, alterou a redação do art. 4º da Resolução Normativa nº 596, estabelecendo a data de até 31 de dezembro de 2015, para comprovação da realização dos investimentos vinculados a bens reversíveis.

2.3.2.1 Transmissão

Para a transmissão, a Aneel mediante a Resolução Normativa nº 589 de 10 de dezembro de 2013, disciplinou os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição – VNR, para fins de indenização das instalações. Essa Resolução estabelece que a concessionária contrate uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar os ativos existentes em 31 de maio de 2000, não depreciados até 31/12/2012.

Em 22 de abril de 2015, Furnas protocolou junto a Aneel o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica da Rede Básica Sistema Existente - RBSE, referente ao contrato de concessão nº 062/2001, renovado pela Lei nº 12.783/2013. O valor histórico da RBSE, em 31 de dezembro de 2012, monta em R\$ 4.530.060 (R\$ 4.530.060 em 31 de dezembro de 2014).

A Empresa recebeu, no período de 4 a 15 de maio de 2015, fiscalização da Aneel para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável, que totaliza R\$ 10.699.030, equivalente aos investimentos pelo Valor Novo de Reposição - VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31/12/2012. No período de 10 a 21 de agosto de 2015 ocorreu a fiscalização complementar do órgão regulador.

Em 11 de setembro de 2015, a Aneel emitiu Termo de Notificação 069/2015-SFF, contendo o Relatório de Fiscalização RF-Furnas 078/2015-SFF, em cujo teor aprova o valor de R\$ 8.999.520 a título de indenização da RBSE na data base de 31 de dezembro de 2012. Em outubro de 2015 o Conselho de Administração de Furnas concordou com os termos do referido Termo de Notificação. Por meio do despacho ANEEL 4042, de 15 de dezembro, a mesma homologou o referido valor a ser indenizado, permanecendo no aguardo de regulamentação quanto a forma, prazo de recebimento e remuneração aplicável para proceder aos ajustes contábeis próprios no reconhecimento do efeito desses atos.

2.3.2.2 Geração Hidrelétrica – Investimentos após o projeto básico

Descriutivo	Controladora	
	31.12.2015 e 31.12.2014	
Desritivo	Valor contábil líquido	Valor novo de reposição (VNR)
Usinas		
UHE Furnas	514.825	606.859
UHE Estreito	480.893	659.483
Total	995.718	1.266.342
Controladora		
Desritivo	31.12.2015	31.12.2014
Valor contábil líquido	705.425	709.686
Valor novo de reposição (VNR)	2.780.046	2.780.046

(*) Valores sujeitos à homologação da Aneel

Para o cálculo da indenização a receber foi adotado o critério do VNR ou valor contábil líquido, dos dois o menor.

2.3.2.3 Geração Térmica – UTE Santa Cruz

Descriutivo	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Valor contábil líquido	705.425	709.686
Valor novo de reposição (VNR)	2.780.046	2.780.046

2.3.2.4 Transmissão - Rede Básica dos Serviços Existentes - RBSE (Contrato nº 062/2001)

Investimentos até maio /2000	31.12.2015 e 2014	
	31.12.2015	31.12.2014
Valor contábil líquido		4.530.060
Valor novo de reposição (VNR)		8.999.520
Valores a receber (*)		4.530.060

(*) Valor homologado pela Aneel, aguardando definição da forma de recebimento

2.3.2.5 Impactos de Contrato Oneroso

Descriutivo	Controladora		Consolidado
31.12.2015	31.12.2014		

<tbl_r cells



Neste grupo também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente, a taxa implícita do projeto.

3.2.10.1 Baixa de ativo intangível

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.2.10.2 Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de Furnas decorre de Uso do Bem Público (UBP), onde determinadas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.2.11 Provisão ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.2.12 Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.2.12.1 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

3.2.12.2 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os mesmos são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.2.12.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, tanto no circulante como no não circulante, nas rubricas "fornecedores", "financiamentos e empréstimos" e "outros". São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.12.3.1 Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é precedida somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2.12.3.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

3.2.13 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A tabela com os instrumentos financeiros por categoria está na nota 39.1.

3.2.14 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Furnas adota o regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é o lucro, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social e estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Conforme facultado pela legislação tributária algumas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre as receitas brutas provenientes da venda de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.2.15 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual é esperado, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.2.16 Benefícios a empregados

A Empresa opera um fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a seguradoras, ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas da caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados não resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a Empresa, não existem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Com relação ao plano de contribuição definida, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível.

A Empresa possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuariais e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido, conforme previsto no CPC 33 (R1), líquido dos efeitos tributários.

3.2.17 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Empresa.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

3.2.18 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos.

A Empresa reconhece receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que

benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades: geração, transmissão e comercialização.

O valor da receita não é considerado mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Há reconhecimento de receita de:

- (i) vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismos de Realocação de Energia (MRE) e Spot no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Empresa, ajustados, posteriormente, por ocasião da disponibilidade dessas informações;
- (ii) operação e manutenção de usinas, linhas e subestações de transmissão, de concessões renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013;
- (iii) remuneração de ativo financeiro de transmissão;
- (iv) construção; e
- (v) outras, relacionadas a outros serviços.

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Receita Anual Permitida (RAP) definida no Contrato do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela ANEEL, mediante resolução, a ser auferido pela Empresa pela disponibilização das instalações do seu sistema de transmissão, reajustada anualmente pelo IGP-M e por reforços e melhorias que entraram em operação no período.

As concessões de geração alcançadas pela Lei nº 12.783/2013 passaram a ser remuneradas pela Receita Anual de Geração (RAG), calculada pela ANEEL. A RAG será objeto de reajustes anuais e de revisões tarifárias a cada cinco anos e suas cotas serão vendidas ao mercado regulado.

Nas novas concessões, obtidas em leilões públicos de transmissão, a receita corresponde ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada, anualmente, pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada quatro anos, durante os 30 anos de duração da concessão. Contabilmente a receita é auferida com base na taxa de remuneração de cada um dos contratos de transmissão e que leva em consideração o fluxo de composição do ativo financeiro e as projeções de entrada de caixa.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros sejam realizados e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva, aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.2.19 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, por sua vez, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- (i) variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso prod



Energia que impulsiona o Brasil

3.4.1 Ativo 2014

ATIVO	Nota	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	6	1.692	-	1.692
Títulos e valores mobiliários	7	667.750	-	667.750
Clientes	8	861.665	1.465	863.130
Remuneração das participações societárias	10	113.186	-	113.186
Impostos e contribuições sociais	12	234.202	-	234.202
Almoxarifado	13	22.789	-	22.789
Indenizações das concessões	14	1.344.476	(1.465)	1.344.476
Outros		202.306	-	200.841
		3.448.066	-	3.448.066
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo	8	442.098	-	442.098
Clientes	11	97.066	-	97.066
Almoxarifado		477.926	-	477.926
Cauções e depósitos vinculados		18.075	-	18.075
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Ativo financeiro – concessões do serviço público	9	7.529.487	-	7.529.487
Outros	14	83.826	-	83.826
		8.648.478	-	8.648.478
Investimentos	15	5.344.317	-	5.344.317
Imobilizado	16	5.924.242	-	5.924.242
Intangível	17	107.581	-	107.581
		20.024.618	-	20.024.618
TOTAL DO ATIVO		23.472.684	-	23.472.684

3.4.2 Demonstração do valor adicionado 2014

	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Receitas de vendas de energia e serviços	6.924.311	(47.263)	6.877.048
Outras receitas operacionais	134.029	47.263	181.292
Menos:			
Insumos			
Custo de energia comprada	(1.942.894)	-	(1.942.894)
Materiais	(32.035)	-	(32.035)
Serviços de terceiros	(727.175)	-	(727.175)
Outros custos operacionais	(1.506.986)	78.509	(1.428.477)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO	2.849.250	78.509	2.927.759
Depreciação e amortização	(222.476)	-	(222.476)
Constituição/reversão de provisões	567.055	(78.509)	488.546
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	3.193.829	-	3.193.829
Receitas financeiras (transferências)	580.759	-	580.759
Equivalência patrimonial	(887.111)	-	(887.111)
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.887.477	-	2.887.477
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Remuneração do trabalho	1.097.419	-	1.097.419
Governo (impostos e contribuições)	933.862	-	933.862
Encargos financeiros e variação monetária	1.038.754	-	1.038.754
Encargos setoriais	223.096	-	223.096
Prejuízo do exercício	(405.654)	-	(405.654)
TOTAL	2.887.477	-	2.887.477

3.4.3 Demonstrações dos fluxos de caixa 2014

	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(244)	-	(244)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido			
Depreciação e amortização	222.476	-	222.476
Variação monetária/câmbiais líquidas	(219.074)	-	(219.074)
Renda de aplicação financeira	(76.195)	-	(76.195)
Juros s/ refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	(58.821)	-	(58.821)
Encargos financeiros	819.278	-	819.278
Resultado de equivalência patrimonial	887.111	-	887.111
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	65.516	-	65.516
Provisão/reversão para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(46.018)	-	(46.018)
Provisão/reversão Plano de readaptação do quadro de pessoal	(21.789)	-	(21.789)
Provisão/reversão para perdas com contratos onerosos	(31.284)	-	(31.284)
Provisão para redução do valor recuperável de ativos (impairment)	(47.225)	-	(47.225)
Provisão/reversão para baixa de ativo financeiro	(496.195)	-	(496.195)
Baixa de imobilizado	3.594	-	3.594
Receita de ativo financeiro pela RAP	(212.283)	-	(212.283)
Encargos da reserva global de reversão	285.055	-	285.055
Subtotal	1.073.902	-	1.073.902
Variações nos ativos e passivos			
Clientes	379.474	-	379.474
Fornecedores	256.338	-	256.338
Pagamento de encargos financeiros	(754.836)	-	(754.836)
Pagamento de encargos setoriais	(306.623)	-	(306.623)
Pagamento de PREQ	(9.941)	-	(9.941)
Amortização de ativo financeiro pela RAP	237.976	-	237.976
Recebimento de encargos financeiros	857	-	857
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(275.639)	-	(275.639)
Cauções e depósitos vinculados	54.002	-	54.002
Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal	(64.232)	64.232	-
Recebimento de RAG	-	-	-
Pagamento de energia comprada Eletronuclear	-	-	-
Pagamento à entidade de previdência complementar	(83.593)	-	(83.593)
Demais ativos e passivos	(303.841)	-	(303.841)
Caixa gerado nas atividades operacionais	(870.058)	64.232	(805.826)
Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal	-	(64.232)	(64.232)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	203.844	-	203.844
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.178.401	-	1.178.401
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(363.116)	-	(363.116)
CAIXA LÍQUIDO APlicado nas Atividades de FINANCIAMENTO	815.285	-	815.285
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de ativo financeiro	(669.513)	-	(669.513)
Recebimento de Indenizações Lei 12.783	1.154.767	-	1.154.767
Resgate/aplicação em renda fixa e renda variável	124.258	-	124.258
Aquisições de ativo imobilizado	(174.386)	-	(174.386)
Aquisições de ativo intangível	(15.897)	-	(15.897)
Aquisições de investimentos em participações societárias	(1.505.928)	-	(1.505.928)
Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias	62.566	-	62.566
CAIXA LÍQUIDO APlicado nas Atividades de INVESTIMENTO	(1.024.133)	-	(1.024.133)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.004)	-	(5.004)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.696	-	6.696
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.692	-	1.692
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras	(5.004)	-	(5.004)

3.4.4 Nota 15 Outros Ativos 2014

Desritivo	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
Empresas de energia elétrica	106.324	(1.465)	104.859
Créditos com fornecedores	164.790	-	164.790
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – créditos com fornecedores	(107.300)	-	(107.300)
Desativações e alienações em curso	18.023	-	18.023
Fundação Real Grandezza	2.497	(2.497)	-
Serviços prestados a terceiros	6.830	-	6.830
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – serviços prestados a terceiros	(1.221)	-	(1.221)
Alienações de bens e direitos	3.014	-	3.014
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – alienações de bens e direitos	(2.837)	-	(2.837)
Dispêndios a reembolsar	6.895	136	7.031
Dispêndio a reembolsar em curso	-	(136)	(136)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – dispêndios a reembolsar	(4.237)	-	(4.237)
Empregados	1.366	-	1.366
Empréstimos concedidos	3.138	-	3.138
Despesas pagas antecipadamente	2.660	-	2.660
Outros créditos – Ressarcimento da TFSEE	1.600	-	1.600
Outros	764	2.497	3.261
Total Circulante	202.306	(1.465)	200.841

NOTA 4 - ASSUNTOS DO SETOR ELÉTRICO

Conforme descrito na nota 3, Furnas está submetida às disposições emanadas de sua agência reguladora, a ANEEL. Assim sendo, há obrigações que são específicas deste segmento de negócio das quais destacamos:

4.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de consumidores em geral, em parceria com a Empresa.

4.2 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência est



Energia que impulsiona o Brasil

valor de R\$ 207.180, correspondente ao saldo devedor apurado no Instrumento Particular de Dívidas e Outras Avenças celebrado entre as partes. Em função do não reconhecimento de parte desta dívida pela Celg, Furnas constituiu uma PCLD em dezembro de 2012.

Vale mencionar, que no 1º trimestre de 2013, foi emitida medida liminar deferida em favor da Celg que a autorizou a não efetuar mais depósitos em favor de Furnas no que diz respeito ao contrato celebrado.

Sendo assim, Furnas apresentou Recurso de Agravo de Instrumento visando cassar a aludida decisão. Recurso este, ainda pendente de julgamento. Desta forma, enquanto perdurar esta decisão, os valores que seriam destinados a Furnas serão depositados em Juízo. Em função do exposto, a Administração decidiu manter a PCLD enquanto o trâmite não finalizar.

O total provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 604.445 (31.12.2014 - R\$ 576.599), dos quais a parcela referente a Celg, no circulante, é de R\$ 279.117 (31.12.2014 - R\$ 240.078).

8.2 Parcelamentos

Os parcelamentos são decorrentes de créditos de energia financiados com os seguintes intervenientes:

Descriutivo	Controladora e Consolidado						
	31.12.2014	Provisões	Recebimentos	Capitalizações	Variação Monetária/Reclassificações	Transferências de LP para CP	31.12.2015
Tesouro Nacional (a)	22.076	52.429	(18.293)	(51.665)	-	18.293	22.840
Celg D (b)	240.078	7.112	-	-	-	31.927	279.117
Celpa (c)	7.247	-	(3.628)	-	-	3.618	7.237
(-) Ajuste a valor presente - Celpa	(256)	-	-	-	-	-	(256)
Total circulante	269.145	59.541	(21.921)	(51.665)	-	53.838	308.938
Tesouro Nacional (a)	408.670	-	-	51.665	47.514	(18.293)	489.556
Celg D (b)	8.009	-	-	-	23.918	(31.927)	-
Celpa (c)	14.474	-	-	-	-	(7.237)	7.237
(-) Ajuste a valor presente - Celpa	(962)	-	-	-	706	-	(256)
Total não circulante	430.191	-	-	51.665	72.138	(57.457)	496.537

Os créditos de energia financiados têm as seguintes características:

a) Tesouro Nacional - Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993), foi assinado em 30 de março de 1994, um contrato de cessão de crédito entre a União e Furnas, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro, para refinanciamento da dívida da Celg, relativa à compra de energia, que estabeleceu as seguintes condições financeiras:

(i) Pagamento em 240 parcelas mensais consecutivas, vencíveis nas mesmas datas de vencimento das prestações do contrato de refinanciamento dessa mesma dívida, assinado entre a União e a Celg. Tendo em vista o atual fluxo de pagamentos do contrato, a dívida não foi inteiramente liquidada em seu prazo de vencimento (2014), sendo portanto, prorrogada por mais 120 meses, conforme previsto em contrato;

(ii) Juros remuneratórios calculados sobre o saldo devedor à taxa nominal de 11% a.a., que corresponde à média ponderada das taxas estabelecidas nos contratos originais da dívida confessada;

(iii) Atualização monetária plena sobre o saldo devedor, com base no IGP-M, ou outro índice que venha a ser determinado pelo poder executivo da União.

b) Celg D - De acordo com o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre Furnas e Celg, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu o débito referente ao faturamento de energia própria no montante de R\$ 378.938. O prazo estimado para pagamento foi de 216 meses com o saldo sendo corrigido pelo IGP-M acrescido de juros *pro rata die* à taxa de 1%. Em 31.12.2015, o valor deste parcelamento está integralmente provisionado conforme comentado no item 8.1 desta nota.

c) A empresa Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa acumulava com Furnas uma dívida vencida de energia no montante de R\$ 35.472, apresentando pedido de recuperação judicial em fevereiro de 2012. Aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada em 01 de setembro de 2012, o Plano de Recuperação apresenta as seguintes condições:

(i) retificação do montante devido para R\$ 36.184; e

(ii) pagamento em 60 (sessenta) parcelas mensais de R\$ 603, com vencimento no último dia de cada mês a partir de fevereiro de 2013 até 2018.

Os montantes apresentados se aproximam dos valores justos de realização.

NOTA 9 - RISCO HIDROLÓGICO GSF

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, dentre outras questões tratou sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. De acordo com o disposto no Art. 1º da norma, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia -MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração de energia hidrelétrica.

A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.

Observados os critérios e condições definidas na norma, a SFF (Secretaria de Fiscalização Financeira da ANEEL) entende que as empresas interessadas na repactuação possuem condições plenas de quantificarem os montantes de energia elegíveis, tanto para o ACR quanto para o ACL. Destaca-se que não só as informações dos montantes são de conhecimento da empresa, mas como a decisão pela repactuação é de seus administradores, e ao Órgão Regulador caberia apenas homologar os valores. Uma vez que as informações fornecidas pelas empresas aderentes à repactuação estejam consistentes às premissas estabelecidas na legislação, não haveria discricionariedade por parte do regulador quanto à homologação da repactuação.

A Lei nº 13.203/2015 é clara ao estabelecer que os efeitos da repactuação são a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo assim, as demonstrações contábeis de 2015, para que retratem com fidedignidade os fatos ocorridos no exercício, deverão refletir os efeitos da repactuação. Em síntese, são os seguintes elementos que favorecem tais registros ainda no exercício de 2015: i) os montantes são fornecidos à ANEEL pela própria Empresa; ii) a norma que definiu os critérios é conhecida, e foi aprovada ainda no exercício de 2015, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015; iii) a decisão pela repactuação parte da Administração da Empresa, não havendo julgamento da decisão da administração pelo regulador; e iv) obedecidos os critérios definidos pela norma, caberá à ANEEL apenas a confirmação dos dados fornecidos pelas empresas, com a consequente homologação.

A diferença entre o valor do GSF apurado para o exercício de 2015 e o valor do prêmio pago foi registrado pela Empresa na conta "Créditos CCEE repactuação GSF", nos valores R\$ 111.380 mil e R\$ 194.922, circulante não circulante, respectivamente, até o valor suficiente para serem amortizados no período determinado e prazo remanescente da concessão. A contrapartida foi custo de energia comprada, na conta "Energia Comprada para Revenda - Suprimento de Energia Elétrica".

O valor não suficiente para ser amortizado no período determinado e prazo remanescente da concessão, a ser resarcido via extensão do prazo de concessão no montante de R\$ 123.751 (nota 18), foi registrado a débito do ativo intangível e em contrapartida também o custo de energia comprada. O ativo intangível será amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão.

NOTA 10 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Neste grupo classificam-se:

Descriutivo	Controladora			Consolidado		
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Tributos a recuperar	304.536	234.202	304.751	304.536	234.202	304.751
Total circulante	304.536	234.202	304.751			
Impostos diferidos ativos	1.019.725	1.246.610	1.277.065			
Impostos diferidos passivos	(258.709)	(373.272)	(504.149)			
Créditos tributários	1.442.351	1.282.238	1.389.167			
(-) Provisão para não realização - IR	(1.620.123)	(1.584.983)	(1.589.768)			
(-) Provisão para não realização - CS	(583.244)	(570.593)	(572.315)			
Total Não Circulante	-	-	-			

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico – CPC 32, a Empresa avaliou o saldo de ativos fiscais diferidos e, com base na projeção dos seus resultados futuros e considerando o histórico dos últimos 3 anos de resultados tributáveis negativos, concluiu quanto ao registro de provisão para perda sobre o ativo. No momento em que a avaliação indique a recuperação do ativo, tal provisão será reavaliada e poderá ser revertida.

10.1 Tributos a Recuperar

Classificam-se nesta rubrica, nos ativos circulante e não circulante, os impostos e contribuições a recuperar, como segue:

Descriutivo	Controladora			Consolidado		
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – antecipações do exercício	157.864	119.851	157.864			
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – antecipações do exercício	64.877	45.565	64.877			
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	31.875	20.744	31.963			
ICMS a recuperar	284	284	284			
INSS	5.903	5.875	5.903			
PASEP / Cofins a Compensar	1.562	-	1.562			
Tributo sobre Energia e Serviços – PASEP/COFINS Lei nº 10.833	1.103	1.103	1.103			
IRPJ e Contribuição Social Exercícios Anteriores	40.272	40.272	40.272			
Outros	2	-	129			
Imposto de Renda a compensar – Lei nº 11.770	794	508	794			
Total circulante	304.536	234.202	304.751			
ICMS a recuperar	88.493	80.367	88.493			
(-) Provisão para perdas	(88.493)	(80.367)	(88.493)			
Total não circulante	-	-	-			

Os créditos de ICMS referem-se ao Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira que fizeram entre si a Eletronorte e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso (Dermat), com a interveniência do Governo do Estado do Mato Grosso, para a realização de obras e serviços de implantação e asfaltamento da estrada de acesso a APM Manso, cuja titularidade dos créditos foi transferida para Furnas, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999.

Decorridos 60 dias após o término do referido Convênio, em 31 de dezembro de 2002, Furnas manteve contatos com a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso visando o resarcimento dos referidos créditos.

Nos exercícios de 2007 e 2008, a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso efetuou auditoria nas empresas envolvidas na execução das obras e serviços necessários à implementação e asfaltamento do acesso a APM Manso, resultando no relatório – Processo nº 100081-001/2005, emitido pela Gerência Executiva de Fiscalização Segmentada do Estado do Mato Grosso, não apresentando diferenças significativas dos registros contábeis efetuados em Furnas.

Face ao relatório acima referenciado e, por entender não ter esgotado os canais de negociação, a Empresa optou por manter seus registros contábeis



Energia que impulsiona o Brasil

Do saldo da rubrica de empresas de energia elétrica, temos, basicamente, as movimentações das seguintes empresas:

15.1.1 Eletronuclear

A movimentação do saldo da Eletronuclear na rubrica de empresas de energia elétrica, acima descrita, é demonstrada como segue:

Descriutivo	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
REH Anel nº 1.585/2013	104.330	49.686	154.016
Saldo em 31 de dezembro de 2014	45.864	(45.864)	-
Transferência do não circulante para o circulante	16.738	-	16.738
Atualização monetária	9.840	-	9.840
Juros	176.772	3.822	180.594
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63	-	63
Total em 31 de dezembro de 2015	176.835	3.822	180.657

Os valores demonstrados acima referem-se exclusivamente a posição de Furnas. Não há valores nas SPEs, envolvidas no consolidado, que possuam saldos referentes à Res. Anel nº 1.585/2013.

15.1.2 Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Em 1998, Furnas e Cien firmaram contrato de compra e venda de 700 MW de potência firme com energia associada para importação de energia da Argentina.

A importação da energia da Argentina está lastreada em contratos firmados entre a Cien e a Companhia de Transmision del Mercosul S.A. e, também, com a empresa Endesa Costanera, associados, respectivamente, à transmissão e à produção de energia em território argentino.

A crise de suprimento de gás natural na Argentina motivou o direcionamento deste insumo da importação de energia para atendimento às necessidades de seu mercado interno.

Dante da indisponibilidade de geração e transporte de energia contratados, fato este constatado por meio de fiscalização da Aneel, em 30 de março de 2005, o MME, por meio da Portaria nº 153, reduziu a garantia física de energia da interconexão Garabi 1, de propriedade da Cien, de 1.000 MW(*) médios para 240,8 MW(*) médios, cuja comercialização era feita por Furnas. Posteriormente, em 20 de junho de 2006, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 224, que reduziu a zero a garantia física da interconexão.

Por força da não entrega da energia, caracterizou-se o inadimplemento contratual, por parte da Cien acarretando a aplicação de multas e resarcimentos previstos no contrato.

A Cien não reconhece as penalidades alegando que, devido à escassez de energia no mercado argentino, o Governo daquele País mudou as regras do setor, permitindo a exportação de energia elétrica somente se a demanda estiver garantida.

Dante das incertezas quanto à realização dos créditos, Furnas constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores registrados no total de R\$ 134.284, classificados na rubrica de empresas de energia elétrica.

Em 30 de dezembro de 2009, a Aneel, por meio do Despacho nº 4.843, reduziu os montantes de energia e potência associada aos contratos celebrados, no âmbito do ambiente regulado, entre Furnas e as distribuidoras Ceal, Cepisa, Ampla e Coelce, em razão da extinção da energia disponibilizada pela Cien para Furnas.

A Administração da Empresa está enviando esforços junto à sua controladora Eletrobras e ao Ministério de Minas e Energia para equacionar as pendências relativas ao não cumprimento das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes.

(*) Informações não auditadas.

15.1.3 Adiantamento a fornecedores – Eletrobras Participações S.A. – Eletropar

O projeto Eletronet, iniciado em 1999, com participação de Furnas, consistiu na implantação de uma rede nacional de transmissão de informações a longa distância, suportada por fibras ópticas em cabos para-raios instalados em substituição aos cabos para-raios convencionais existentes na infraestrutura de linhas de transmissão de energia elétrica.

Os anos de 2001 e 2002 foram marcados por profundas dificuldades no que se refere à captação de recursos financeiros para investimentos no setor de telecomunicações. Tais dificuldades impactaram de forma negativa o negócio Eletronet uma vez que, para a sua estruturação, previa-se a utilização de financiamentos viabilizados pelos seus principais fornecedores, o que não se confirmou. A Eletronet deixou de repassar os pagamentos da Receita Fixa do Negócio, relativa ao Direito de Passagem e Direitos sobre Fibras Ópticas.

Em 15 de maio de 2003, foi decretada a falência com continuidade operacional da Eletronet, sendo que a Eletropar apropriou-se, junto à massa falida, de todos os créditos devidos pela Eletronet. Quando da liquidação ou eventual encionamento da dívida, Furnas poderá recuperar, pelo menos em parte, os valores não repassados pela Eletronet. Dante da incerteza do recebimento, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de todas as receitas cobradas e não repassadas, montante esse equivalente a R\$ 15.740.

Em 15 de dezembro de 2015, com a presença de 99,96% dos credores da Eletronet, foi aprovada a proposta de acordo ofertada pelas acionistas da Eletronet, que concedia desconto de 76,74% sobre os créditos quirografários habilitados acima de R\$ 100.000,00, cabendo a Furnas o crédito de R\$ 4.762.

15.1.4 Contas a receber Chesf

No exercício de 2010, do valor complementado na provisão para créditos de liquidação duvidosa, R\$ 30.096 eram referentes aos créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf referentes às operações, de setembro de 2000 a setembro de 2002, no Mercado Atacadista de Energia (MAE) e o valor reembolsado por este.

15.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa para as rubricas deste grupoamento de contas é a seguinte:

Descriutivo	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(115.595)	(225.035)	
(+) Complemento/constituição	(111.174)	(11.038)	
Saldo em 31 de dezembro 2015	(226.769)	(236.073)	

15.3 Empréstimos e financiamentos concedidos

Descriutivo	Controladora	Consolidado	31.12.2015
	31.12.2015	31.12.2014	
O N S	507	2.455	507
Programa Reluz – Prefeitura de Jataí	1.172	2.110	1.172
Programa Reluz – Prefeitura de Anápolis	1.474	1.668	1.474
Total	3.153	6.233	3.153
Circulante	1.821	3.138	1.821
Não Circulante	1.332	3.095	1.332

15.4 Pagamento antecipado de energia

Na data de 05 de fevereiro de 2015, Furnas celebrou contrato de compra de energia elétrica no ambiente livre com a empresa Santo Antônio Energia S/A (SAESA), cujo suprimento se dará no período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2020, procedendo ao pagamento, a título de adiantamento, do montante de R\$ 130.000, relativo à entrega futura dessa energia, cujas condições estão apresentadas nas notas explicativas incluídas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao período findo em 31 de março de 2015.

Novas condições estão sendo discutidas entre as partes, para formalização de termo aditivo ao referido contrato, as quais são apresentadas a seguir:

Confere-se à SAESA a opção de redução integral da energia contratada para todo o período de suprimento, até o dia 31 de março de 2016, com a devolução do pagamento acrescido de um Valor de Referência (VR), estabelecido em função da data de exercício da opção. Por outro lado, Furnas também poderá exercer tal opção, nas mesmas condições da vendedora, entre os dias 27 de abril de 2015 e 31 de março de 2016.

Todas as datas relacionadas ao exercício da opção são compartilhadas, isto é, qualquer das partes poderá optar com os mesmos parâmetros de VR, sendo elas de R\$ 12,61 até 20 de junho de 2015, R\$ 27,99/MWh até 20 de novembro de 2015 e de R\$ 40,73/MWh até 20 de março de 2016.

Frente ao exposto sobre as características do contrato, inclusive seu futuro aditamento, não se observa risco material de perda do valor adiantado por Furnas, pois em ambas as opções o mesmo deverá ser resarcido pela SAESA. Em 2016 o referido contrato foi liquidado, conforme nota 42 eventos subsequentes.

16.1 Mutação do investimento no período indicado:

Descriutivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2014		Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo Controladora em 31.12.2015		Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2015
		Aportes							31.12.2015	31.12.2014		
Participações societárias permanentes												
Sociedade de Propósito Específico (SPE)												
Baguari Energia S.A.	30.6122	85.815	-	-	-	6.226	-	(9.320)	82.721	-	-	82.721
Brasventos Eolo Geradora de Energia	24.5000	20.750	-	-	-	(668)	-	-	20.082	-	-	20.082
Brasventos Miassaba 3 Geradora	24.5000	33.469	-	-	-	(200)	-	-	33.269	-	-	33.269
Caldas Novas	49.9000	12.846	-	-	-	1.166	-	(452)	13.560	-	-	13.560
Centroeste da Minas	49.0000	20.825	-	-	-	4.361	-	(6.477)	18.709	-	-	18.709
Chapecoense Geração S.A.	40.0000	364.522	-	-	-	73.267	-	(22.288)	415.501	-	-	415.501
Teles Pires Participações	24.7200	246.921	155.132	-	-	(44.064)	-	-	357.989	-	-	357.989
Enerpeixe	40.0000	555.860	-	-	-	68.107	-	(62.685)	561.282	-	-	561.282
Goiás Transmissão S.A.	49.0000	138.436	-	-	-	66.566	-	(14.757)	190.245	-	-	190.245
Inambari Geração de Energia	19.6000	110	-	-	-	(31)	-	-	79	-	-	79
Interligação Elétrica da Madeira S.A.	24.5000	378.187	-	-	-	58.894	-	(14.014)	423.067	-	-	423.067
Madeira Energia S.A.	39.0000	2.724.068	164.970	-	-	7.030	-	-	2.896.068	-	-	2.896.068
MGE Transmissão S.A.	49.0000	118.953	-	1.960</								

Descriutivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2014	Aportes	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo Controladora em 31.12.2015	Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2015
Mata da Santa Genebra	49.9000	26.177	2.744	-	-	1.415	-	-	30.336	-	30.336
Belo Monte Transmissora	24.5000	6.119	194.040	-	-	(4.630)	-	-	195.529	-	195.529
Eólica Ventos de São Rafael ^(a)	00.0000	1.063	456	-	(1.620)	101	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de São Cirilo ^(a)	00.0000	1.063	456	-	(1.620)	101	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de São Bento ^(a)	00.0000	1.063	455	-	(1.620)	102	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de Santo Antônio ^(a)	00.0000	1.063	455	-	(1.620)	102	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de Santa Vera ^(a)	00.0000	1.063	455	-	(1.619)	101	-	-	-	-	-
Eólica Ventos da Santa Marcella ^(a)	00.0000	1.063	455	-	(1.619)	101	-	-	-	-	-
Eólica Itaguaçu da Bahia ^(a)	00.0000	1.062	455	-	(1.619)	102	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de Santa Luiza ^(a)	00.0000	1.063	455	-	(1.619)	101	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de Santa Madalena ^(a)	00.0000	1.062	455	-	(1.619)	102	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de São João ^(a)	00.0000	1.063	455	-	(1.619)	101	-	-	-	-	-
Lago Azul Transmissão	49.9000	1.970	6.563	-	-	99	-	-	8.632	-	8.632
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49.9000	(299)	-	2.495	-	(1.049)	-	-	1.147	-	1.147
Tijoa Participações e Investimentos	49.9000	167	-	5.639	-	7.345	-	(7.485)	5.666	-	5.666
Energia Olímpica	49.9000	(213)	-	-	-	2.700	-	-	2.487	-	2.487
Empresa de Energia São Manoel	33.3330	(594)	105.667	-	-	(1.759)	-	-	103.314	-	103.314
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis (IBER) ^(a)	49.0000	-	16.194	-	-	(4.396)	-	-	11.798	-	11.798
Subtotal		5.431.227	783.039	67.005	(49.729)	314.087		(160.125)	6.385.504	(61.213)	6.324.291
Outros investimentos											
Terrenos para uso futuro	-	1.883	-	-	-	-	-	-	1.883	-	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	-	10.916	1.076	-	(19)	-	-	-	11.973	-	11.973
Subtotal		12.799	1.076		(19)				13.856		13.856
Provisão para perda											
Inambari Geração de Energia ^(b)	-	(110)	-	-	31	-	-	-	(79)	-	(79)
Central Eólica Famosa I ^(c)	-	(6.174)	-	-	-	-	-	-	(6.174)	-	(6.174)
Central Eólica Pau Brasil ^(c)	-	(4.116)	-	-	-	-	-	-	(4.116)	-	(4.116)
Central Eólica Rosada ^(c)	-	(7.718)	-	-	-	-	-	-	(7.718)	-	(7.718)
Central Eólica São Paulo ^(c)	-	(4.630)	-	-	-	-	-	-	(4.630)	-	(4.630)
Punaú I ^(c)	-	(7.032)	-	-	-	7.032	-	-	-	-	-
Carnaúba I ^(c)	-	(7.098)	-	-	-	7.098	-	-	-	-	-
Carnaúba II ^(c)	-	(5.808)	-	-	-	5.808	-	-	-	-	-
Carnaúba III ^(c)	-	(5.163)	-	-	-	5.163	-	-	-	-	-
Carnaúba V ^(c)	-	(7.744)	-	-	-	7.744	-	-	-	-	-
Cachoeira ^(c)	-	(3.813)	-	-	-	3.813	-	-	-	-	-
Cervantes I ^(c)	-	(4.688)	-	-	-	4.688	-	-	-	-	-
Cervantes II ^(c)	-	(3.872)	-	-	-	3.872	-	-	-	-	-
Bom Jesus ^(c)	-	(5.720)	-	-	-	5.720	-	-	-	-	-
Pitimbu ^(c)	-	(5.720)	-	-	-	5.720	-	-	-	-	-
São Caetano I ^(c)	-	(5.186)	-	-	-	5.186	-	-	-	-	-
São Caetano ^(c)	-	(7.491)	-	-	-	7.491	-	-	-	-	-
São Galvão ^(c)	-	(7.626)	-	-	-	7.626	-	-	-	-	-
Empresa de Energia São Manoel	-	-	(47.905)	-	-	-	-	-	(47.905)	-	(47.905)
Madeira Energia S.A.	-	-	(97.010)	-	-	-	-	-	(97.010)	-	(97.010)
Teles Pires Participações	-	-	(115.412)	-	-	-	-	-	(115.412)	-	(115.412)
Subtotal		(99.709)	(260.327)		31	76.961			(283.044)		(283.044)
Total de investimentos		5.344.317	523.788	67.005	(49.717)	391.048		(160.125)	6.116.316	(61.213)	6.055.103

- (a) Em dezembro/2015 houve uma reorganização societária nas empresas do Complexo Itaguaçu, que resultou na criação da Holding Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A (IBER). A participação que cada acionista detinha nas empresas do Complexo foram transferidas para a Holding e esta passou a deter 100% das ações das demais SPEs.
- (b) No segundo semestre de 2013, tendo em vista a impossibilidade de conclusão das audiências públicas necessárias à obtenção da concessão e a necessidade de se aguardar as ações a serem empreendidas pelo Governo peruano nas áreas de segurança e social, a Administração decidiu suspender as atividades na região do Projeto até a conclusão destas ações. Sendo assim, Furnas optou por registrar uma provisão para perda no valor de R\$ 79.
- (c) Em 2014, estas Companhias possuíam registrados em seus balanços R\$ 203.264 referentes a adiantamentos efetuados a empresas Wind Power Energia S.A. (IMPSA), fornecedora de aerogeradores que se encontrava em fase de recuperação judicial. Apesar destes valores estarem respaldados por seguro garantia, Furnas decidiu constituir uma provisão correspondente à sua participação neste valor (R\$ 99.599) por entender que não havia prazo para a conclusão do processo e recebimento do sinistro. Durante o exercício de 2015, as empresas pertencentes ao Complexo Punaú, receberam o valor do sinistro e baixaram o adiantamento dos seus balanços. Já as empresas pertencentes ao complexo Baleia, apesar de não terem o processo de sinistro concluído, optaram em registrar a perda com o adiantamento e aguardar a conclusão do processo para revertêr essa despesa. Diante dos acontecimentos, Furnas efetuou a reversão da provisão e fez os devidos ajustes no seu investimento, através do cálculo de equivalência.

16.2 Resumo das informações das investidas

De acordo com as orientações dispostas no CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, segue quadro resumo com as informações das principais investidas de Furnas e uma coluna com o total das demais investidas:

Informações Financeiras Das SPEs	Principais Investidas											Demais Investidas	Total
	Chapacoense	Enerpeixe	Madeira Energia	Ie Madeira	Serra do Fácão	Teles Pires	Brasvento Eolo	Brasvento Miassaba	Inambari	Rei dos VENTOS 3	Belo Monte Transmissora		
Balanco Patrimonial em 31.12.2015													
Caixa e equivalente de caixa	176.308	82.946	299.963	41.833	31	130.877	30.946	40.630	182	24.490	332.604	1.160.810	790.808
Outros ativos circulantes	180.185	76.736	1.308.253	646.081	52.441	98.058	5.039	4.617	217	3.962	4.199	2.379.788	407.161
Ativo não circulante	3.238.691	1.646.380	23.362.763	4.149.365	2.143.748	5.122.261	222.766	242.645	40	219.981	920.165	41.268.805	6.113.440
Total Ativo	3.595.184	1.806.062	24.970.979	4.837.279	2.196.220	5.351.196	258.751	287.892	439	248.433	1.256.968	44.809.403	7.311.409
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	136.322	-	450.779	197.250	41.126	191.893	7.056	7.087	-	7.431	453.882	1.492.826	1



Energia que impulsiona o Brasil

NOTA 17 - IMOBILIZADO

Os saldos do ativo imobilizado que não estão dentro dos critérios estabelecidos na ICPC 01 (R1) em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são:

Descriutivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	
EM SERVIÇO			
Custo			
Terrenos	622.115	554.725	622.115
Reservatórios, barragens e adutoras	4.184.219	3.744.213	4.184.219
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.315.391	1.302.597	1.315.391
Máquinas e equipamentos	3.319.631	3.456.364	3.319.631
Veículos	36.330	38.539	36.330
Móveis e utensílios	27.585	27.330	27.585
Subtotal	9.505.271	9.123.768	9.505.271
Depreciação			
Reservatórios, barragens e adutoras	(1.146.650)	(955.193)	(1.146.650)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(506.775)	(577.115)	(506.775)
Máquinas e equipamentos	(1.227.357)	(1.068.665)	(1.227.357)
Veículos	(20.648)	(24.033)	(20.648)
Móveis e utensílios	(16.682)	(15.763)	(16.682)
Subtotal	(2.918.112)	(2.640.769)	(2.918.112)
TOTAL EM SERVIÇO	6.587.159	6.482.999	6.587.159
EM CURSO			
Terrenos	3.494	431	3.494
Barragens, reservatórios e adutoras	37.533	259.599	37.533
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.476	32.731	8.476
Máquinas e equipamentos	221.713	208.905	222.903
Veículos	1.326	1.327	1.326
Móveis e Utensílios	10	4	189
A ratear	4.378	26.285	29.334
Estudos e Projetos	305	2.059	305
Transformação, fabricação e reparo de materiais	2.587	11.595	2.587
Compras em andamento	3.397	(9.106)	3.397
Material em depósito	56.079	42.213	56.079
Adiantamento a fornecedores	3.006	(9.153)	3.070
TOTAL EM CURSO	342.304	566.890	368.693
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo	(958.774)	(1.013.107)	(985.158)
(-) Obrigações vinculadas a concessões	(112.540)	(112.540)	(112.540)
IMOBILIZADO LÍQUIDO - TOTAL	5.858.149	5.924.242	5.858.154

17.1 Obrigações vinculadas a concessões

Descriutivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	
Amortização	(81.998)	(81.998)	(81.998)
Participação da União	(28.539)	(28.539)	(28.539)
Outras	(2.003)	(2.003)	(2.003)
Total	(112.540)	(112.540)	(112.540)

O saldo de amortizações é proveniente das reservas para amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Cabe destacar que os valores referentes a geração correspondem a usinas não afetadas.

17.2 A composição do imobilizado, por macroatividade, apresenta o seguinte detalhamento:

Descriutivo	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Controladora			Consolidado
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	
			31.12.2015	31.12.2014	
Em Serviço					
Geração	2,63	9.072.207	(2.675.240)	6.396.967	6.353.107
Transmissão ^(a)	3,84	60.304	(3.111)	57.193	46.646
Administração	7,19	371.217	(238.365)	132.852	83.014
Comercialização	9,90	1.543	(1.396)	147	232
Subtotal		9.505.271	(2.918.112)	6.587.159	6.482.999
Em curso					
Geração	-	166.234	-	166.234	366.939
Transmissão ^(a)	-	144.836	-	144.836	168.057
Administração	-	31.234	-	31.234	31.894
Subtotal		342.304		342.304	566.890
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativos	(958.774)	-	(958.774)	(1.013.107)	(985.158)
(-) Obrigações vinculadas a concessão	(112.540)	-	(112.540)	(112.540)	(112.540)
Imobilizado líquido - total	8.776.261	(2.918.112)	5.858.149	5.924.242	5.858.154

(a) Os valores expressos nas rubricas transmissão referem-se às subestações de Batalha e Simplicio, além de material em depósito (de peças sobressalentes) para eventuais reparos em linhas de transmissão. Com a entrada em operação da UHE Simplicio, uma parcela de seus bens - ligados à transmissão - que não são alcançados pela ICPC 01 - foram transferidos de Em curso para Em serviço.

Descriutivo	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Controladora			Consolidado
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	
			31.12.2015	31.12.2014	
Em Serviço					
Geração	2,63	9.072.207	(2.675.240)	6.396.967	6.353.107
Transmissão ^(a)	3,84	60.304	(3.111)	57.193	46.646
Administração	7,19	371.217	(238.365)	132.852	83.014
Comercialização	9,90	1.543	(1.396)	147	232
Subtotal		9.505.271	(2.918.112)	6.587.159	6.482.999
Em curso					
Geração	-	188.357	-	188.357	366.939
Transmissão ^(a)	-	144.841	-	144.841	168.057
Administração	-	35.495	-	35.495	31.894
Subtotal		368.693		368.693	566.890
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativos	(985.158)	-	(985.158)	(1.013.107)	(985.158)
(-) Obrigações vinculadas a concessão	(112.540)	-	(112.540)	(112.540)	(112.540)
Imobilizado líquido - total	8.776.266	(2.918.112)	5.858.154	5.924.242	5.858.154

Segundo a legislação vigente pela ANEEL, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

17.3 Premissas para o cálculo do Impairment

A Administração da Empresa revisa anualmente a ocorrência de eventos que requeiram a determinação do valor recuperável dos seus ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de avaliar eventuais perdas.

Esta revisão é denominada como Teste de *Impairment*, feita em atendimento ao CPC01.

O teste consiste em calcular o valor presente dos fluxos de caixa de cada Unidade Geradora de Caixa, e compará-lo com seu valor de livre. Inclui-se no fluxo de caixa os valores de indenização previstos para o final da concessão, calculados pela metodologia no Valor Novo de Reposição - VNR.

As Unidades Geradoras de Caixa foram definidas da seguinte forma:

Geração – Usinas individualizadas renovadas e não renovadas pela lei 12.783/2013.

A seguir, as principais premissas para avaliação do modelo *Impairment*, por unidade geradora de caixa, adotada por Furnas:

(i) Custos - Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMOS)

No cenário foi considerada a projeção dos custos até 2020, com base no Plano Diretor da Empresa revisado em 2014. Após 2020, foram considerados os custos sem crescimento.

(ii) Receitas

As receitas foram baseadas nos contratos de lastro não individualizado comercializados no ACR (Ambiente de Contratação Regulado) e ACL (Ambiente de Contratação Livre), e rateado às usinas com base na proporção de suas garantias físicas.

(iii) Impostos e Encargos

PIS/COFINS - Aliquota de 9,25% sobre a Receita Bruta (Lucro Real);

P&D - 1% da ROL;

CFURH - 6,75% sobre a produção de energia estimada multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência - TAR estimada;

Taxa de Fiscalização ANEEL - 0,4% sobre a Receita Bruta;



Energia que impulsiona o Brasil

Descriutivo	Controladora					
	Saldo em 31.12.2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2014
Vinculados à concessão - Geração Em serviço	19.301	-	-	(1.350)	38.934	58.235
	(1.788)					(3.138)
Em curso	17.513	-	-	(1.350)	38.934	55.097
Custo	41.680	1.018	(1.768)	-	(38.934)	1.996
Total vinculados à concessão - Geração	41.680	1.018	(1.768)	-	(38.934)	1.996
Total vinculados à concessão	59.193	1.018	(1.768)	(1.350)	-	57.093
Vinculados à concessão - Transmissão Em serviço	2.552	-	-	-	(11)	2.541
	(300)	-	-	-	-	(300)
Em curso	2.252	-	-	-	(11)	2.241
Custo	5.107	(3.793)	-	-	11	1.325
Total vinculados à concessão - Transmissão	5.107	(3.793)	-	-	11	1.325
Total vinculados à concessão - Outros intangíveis	7.359	(3.793)	-	-	-	3.566
Não Vinculados à concessão - Outros intangíveis Em serviço	81.752	-	-	8.661	90.413	
	(69.107)	-	-	(16.586)	-	(85.693)
Amortização	12.645	-	-	(16.586)	8.661	4.720
Em curso	32.191	18.672	-	-	(8.661)	42.202
Custo	32.191	18.672	-	-	(8.661)	42.202
Total vinculados à concessão - Outros intangíveis	44.836	18.672	-	(16.586)	-	46.922
Total	111.388	15.897	(1.768)	(17.936)	-	107.581

Em 31 de dezembro de 2015, Furnas mantém registrado no intangível o custo com software de manutenção de sistema corporativo no total de R\$ 170.909 (R\$ 132.615 em 2014) sendo este último deduzido da amortização acumulada de R\$ 94.711 (R\$ 85.693 em 2014), calculada à taxa de 20% a.a.

Do valor total de R\$ 218.965⁽¹⁾ (R\$62.058 em 2014) registrado no intangível em serviço de Furnas, R\$ 35.227 (R\$ 36.604 em 2014) referem-se ao valor dos contratos de concessão onerosa de Furnas com a União para a utilização do bem público (UBP), para a geração de energia elétrica das usinas de Batalha e Simplicio. A Usina de Simplicio iniciou suas atividades em junho de 2013, e desde então o saldo do intangível vem sendo amortizado em R\$ 92 mensais. A Usina de Batalha iniciou suas atividades em maio de 2014, e desde então o saldo do intangível vem sendo amortizado em R\$ 22 mensais.

Em maio de 2014 houve a transferência do valor de R\$ 7.316 do intangível em curso para o intangível em serviço, pela entrada em operação da usina de Batalha e de R\$ 31.222 em virtude da transferência de saldo da usina de Simplicio.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante (Vide nota 25).

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

Em dezembro de 2015 ocorreu uma adição no valor total de R\$ 123.751 no intangível em serviço para as seguintes usinas em operação: R\$ 30.716 - UHE Marencehas de Moraes, R\$ 59.275 - UHE Serra da Mesa e R\$ 33.760 - UHE Itumbiara. Os registros foram realizados com base na orientação do item 10 "Repatuação do Risco Hidrológico de Geração de Energia Elétrica" do despacho ANEEL N° 245/16, conforme descrito na Nota 9.

NOTA 19 – FORNECEDORES

Descriutivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Materiais e serviços	359.242	271.426	364.630
Fornecedores de energia elétrica – suprimento	53.849	113.116	53.849
Fornecedores de energia elétrica – encargos de uso da rede	43.071	49.122	43.071
Fornecedores de energia elétrica – CCEE	282.411	313.302	282.411
Outros	3.027	3.319	3.058
Total Circulante	741.600	750.285	747.019

NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

20.1 Composição do endividamento – controladora e consolidado

Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	31.12.2015				31.12.2014			
				Encargos	Principal	Circul.	Não Circul.	Total	Encargos	Principal	Circul.
Moeda Estrangeira											
Eletrobras											
Eletrobras – BID	US\$	06.04.2018	Juros 4,66% a.a. + tx. adm. 0,75% a.a.	534	13.871	20.805	35.210	509	9.435	23.588	33.532
Eletrobras - <i>Eximbank</i>	YEN	06.04.2018	Juros 1,92% a.a. + tx. adm. 2% a.a.	1.135	49.093	73.631	123.859	1.088	33.652	84.124	118.864
Subtotal				1.669	62.964	94.436	159.069	1.597	43.087	107.712	152.396
Instituições financeiras											
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	254	29.477	442.161	471.892	161	10.026	320.828	331.015
Subtotal				254	29.477	442.161	471.892	161	10.026	320.828	331.015
Subtotal Moeda Estrangeira				1.923	92.441	536.597	630.961	1.758	53.113	428.540	483.411
Moeda Nacional											
Eletrobras											
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm.	-	274.359	2.716.656	2.991.015	-	232.872	2.695.310	2.928.182
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2018	5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a.	-	22.817	39.152	61.969	-	26.166	61.947	88.113
Eletrobras	Selic	30.08.2020	Selic	-	11.997	131.971	143.968	-	-	787.968	(a) 787.968
Subtotal				-	35.778	608.222	644.000	-	-	-	-
Subtotal Moeda Nacional				344.951	3.496.001	3.840.952	-	259.038	3.545.225	3.804.263	
Instituições Financeiras											
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	2.382	66.399	636.327	705.108	2.279	66.161	700.200	768.640
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 2,18% a.a.	138	3.870	35.718	39.726	133	3.857	39.446	43.436
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	632	16.468	148.214	165.314	619	16.409	164.090	181.118
Banco do Brasil	CDI	31.10.2018	107,3% CDI	8.922	-	750.000	758.922	7.342	-	750.000	757.342
Banco do Brasil	CDI	07.02.2018	110% CDI	12.375	-	208.312	220.687	10.02			



Energia que impulsiona o Brasil

21.1 Tributos a recolher

A seguir, a classificação dos tributos a recolher por tipo:

Descriutivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003	108.197	109.567	108.197
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	35.206	31.076	35.206
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	99.608	3.678	99.635
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	38.328	1.324	38.358
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	23.045	21.309	23.071
Pasep/Cofins	59.563	59.018	59.584
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	6.273	6.185	6.275
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	30.905	19.098	30.981
Impostos retidos – Lei nº 10.833	29.882	17.915	29.882
ICMS/ISS	31.169	30.352	31.244
Imposto de Renda retido sobre encargos de dívida	5.500	5.143	5.500
Outros	276	140	276
Total circulante	467.952	304.805	468.209
Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003	162.295	273.917	162.295
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	419.545	401.394	419.545
IR / CS Diferido	193.147	-	194.374
Pasep/Cofins Diferido	10.756	14.564	12.855
Total não circulante	785.743	689.875	789.069

21.1.1 Parcelamento Especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003

Em 31 de julho de 2003, a Empresa optou pelo Paes, transferindo os saldos do Refis para esta nova modalidade de parcelamento. O valor a ser recolhido é definido pelo que indicar o maior valor entre 1,5% do faturamento mensal ou o saldo total acumulado dividido pelo número de parcelas restantes. Em função da redução do faturamento conforme Lei nº 12.783/2013, Furnas está recolhendo com base na segunda opção. O prazo de financiamento está limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela TJLP. Com esta opção, a Empresa incluiu, também, os valores relativos ao parcelamento especial do ITR (60 meses) e os débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre as operações no âmbito da CCEE.

O montante da dívida do Paes, em 31 de dezembro de 2015, da controladora está assim discriminado:

Descriutivo	Valor
Saldo em 31.12.2014 (42 Parcelas)	383.484
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2015	(123.902)
Atualização monetária até 31.12.2015	10.910
Saldo em 31.12.2015 (30 Parcelas)	270.492
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2015 (12 parcelas)	108.197
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2015 (18 parcelas)	162.295

21.1.2 Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo Refis baseado na Lei nº 12.865/2013, referente aos processos:

- a) Pasep (15374-001.505/2001-18) no valor de R\$ 220.767 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 259.438;
- b) Cofins (15374-001.504/2001-65) no valor de R\$ 155.987 sem provisão porque seu prognóstico de perda era possível;
- c) Pasep/Cofins (18471.001.315/2008-59) no valor de R\$ 43.443 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 63.388.

Vale mencionar que o valor total terá financiamento limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela Selic.

O montante da dívida do Refis, em 31 de dezembro de 2015, da controladora está assim discriminado:

Descriutivo	Valor
Débito Inscrito no Refis Lei nº 12.865/2013 em 31.12.2014	432.470
Saldo em 31.12.2014 (167 Parcelas)	432.470
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2015	(33.156)
Atualização monetária até 31.12.2015	55.437
Saldo em 31.12.2015 (155 Parcelas)	454.751
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2015 (12 parcelas)	35.206
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2015 (143 parcelas)	419.545

21.1.3 – Fim do Regime Tributário de Transição

Atendendo aos dispositivos da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, a Empresa registrou em passivo, imposto diferido resultante da aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda, sobre as diferenças apuradas nos resultados tributáveis dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, durante a vigência do Regime Tributário de Transição, como evidenciado a seguir:

Descriutivo	Controladora	31.12.2015
Montante referente à 1ª adoção (aplicação da Lei nº 12.973/14) – 2010 a 2014		627.405
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2015		(59.325)
Saldo Remanescente		568.080
Imposto Diferido		193.148

NOTA 22 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descriutivo	Controladora	31.12.2015
Folha de pagamento	48.534	37.032
Provisão de férias	41.863	37.881
Provisão de gratificação de férias	31.406	28.419
Provisão de FRG sobre férias	5.918	5.466
INSS sobre provisão de férias	21.387	19.364
FGTS sobre provisão de férias	5.859	5.301
Adicional Senai sobre provisão de férias	146	133
Honorários/encargos dos administradores	626	877
Sebrae ⁽ⁱ⁾ sobre provisão de férias	441	399
Participações nos lucros (PLR)	87.131	89.421
Total circulante	243.311	224.293
		243.386

⁽ⁱ⁾Sebrae = Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS

Descriutivo	Controladora	30.12.2015	30.12.2014	30.12.2015
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)		2.918	3.701	2.918
Ministério de Minas e Energia		1.459	1.851	1.459
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)		112.086	110.298	112.086
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)		21.405	20.981	21.405
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Tfsee)		1.667	1.263	1.667
Total circulante		139.535	138.094	139.535
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – projetos próprios		113.210	95.147	113.210
Total não circulante		113.210	95.147	113.210

NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) – fundo de pensão – para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários bem como contribui como patrocinadora deste fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

Descriutivo	Controladora e Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Contrato da reserva a amortizar	-	-	70.474	-
Contribuições amortizantes Plano BD	8.005	58.584	66.589	6.867
Outros benefícios (Ajuste atuarial, seguro de vida e saúde)	-	170.727	170.727	-
Total	8.005	229.311	237.316	77.341
				303.929
				381.270

24.1 Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares, ocorrida em 1997, a Eletrobras tornou-se, também, patrocinadora do Plano de Benefício Definido (BD).

Em 9 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), através do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida (CD), o que possibilitou a adesão, a partir de 1º de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) e outro na modalidade de Contribuição Definida (Plano CD).

Em ambos os planos



Energia que impulsiona o Brasil

24.4.4 Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Empresa a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

24.4.4.1 Conciliação dos passivos dos planos de benefícios pós-emprego

- a) Planos de benefícios definidos (Plano BD) e de contribuições definidas (Plano CD)

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descriutivo	31.12.2015	31.12.2014
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	8.799.148	9.095.117
(-)Valor justo dos ativos do plano	(9.717.955)	(10.119.555)
Passivo (Ativo) Líquido	(918.807)	(1.024.438)
Efeito de restrições sobre o ativo	918.807	1.024.438
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	66.589	137.170
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	66.589	137.170
Custo do serviço corrente	(47.592)	(41.383)
Custos dos juros líquidos	-	-
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	(47.592)	(41.383)

- b) Planos de outros benefícios pós-emprego

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descriutivo	31.12.2015	31.12.2014	Seguro
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	164.429	233.196	6.298
(-)Valor justo dos ativos do plano	-	-	-
Passivo (Ativo) Líquido	164.429	233.196	6.298
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	164.429	233.196	6.298
Custo do serviço corrente	3.961	2.905	516
Custos dos juros líquidos	25.795	12.421	1.334
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	29.756	15.326	1.850
Subtotal	(671.624)	(75.083)	(6.456)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	8.799.148	164.429	6.298
Valor justo dos ativos no fim do exercício	9.717.955	-	-
			8.969.875

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2015 estão apresentadas a seguir:

Descriutivo	31.12.2015			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	9.095.117	233.196	10.904	9.339.217
Custos dos serviços corrente líquido	28.794	3.961	516	33.271
Custos dos juros	1.069.534	20.665	1.334	1.091.533
Benefícios pagos	(722.673)	(2.679)	-	(725.352)
Custo de saúde - Preq	-	(15.631)	-	(15.631)
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração:				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(218)	-	(52)	(270)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(716.814)	(46.833)	(301)	(763.948)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	45.408	(28.250)	(6.103)	11.055
Subtotal	(671.624)	(75.083)	(6.456)	(753.163)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	8.799.148	164.429	6.298	8.969.875
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	10.119.555	-	-	10.119.555
Receita de juros	1.202.785	-	-	1.202.785
Contribuições patronais	55.660	2.679	-	58.339
Contribuições de participantes do plano	76.386	-	-	76.386
Benefícios pagos/adiantados	(722.673)	(2.679)	-	(725.352)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	(1.013.758)	-	-	(1.013.758)
Subtotal	(1.013.758)	-	-	(1.013.758)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	9.717.955	-	-	9.717.955

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descriutivo	31.12.2014			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	9.009.823	115.340	9.086	9.134.249
Custos dos serviços corrente líquido	30.871	2.905	416	34.192
Custos dos juros	1.054.463	11.258	1.096	1.066.817
Benefícios pagos	(634.148)	(5.141)	-	(639.289)
Custo de saúde - Preq	-	41.198	-	41.198
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração:				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(14.774)	17.432	-	2.658
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	232.779	76.074	130	308.983
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(583.897)	(25.870)	176	(609.591)
Subtotal	(365.892)	67.636	306	(297.950)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	9.095.117	233.196	10.904	9.339.217
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	9.065.026	-	-	9.065.026
Receita de juros	1.069.463	-	-	1.069.463
Contribuições patronais	54.157	5.141	-	59.298
Contribuições de participantes do plano	72.253	-	-	72.253
Benefícios pagos/adiantados	(634.148)	(5.141)	-	(639.289)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	492.804	-	-	492.804
Subtotal	492.804	-	-	492.804
Valor justo dos ativos no fim do exercício	10.119.555	-	-	10.119.555

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

24.4.5 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2015	31.12.2014
Programa previdenciário e outros benefícios pós-emprego (ganho)	1.368.142	1.128.800

Descriutivo	31.12.2015			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	218	(64)	52	206
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	716.814	47.290	301	764.405
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(45.409)	19.431	6.103	(19.875)



Energia que impulsiona o Brasil

de 2015, destacam-se:

- (i) Adição do processo nº 0230268-26.2015.8.19.0001, da esfera cível, no valor de R\$ 123.476, referente à declaração de inexistência de multa e cobrança de danos materiais por parte do Consórcio Fornecedor Batalha (CONBAT). A ação visa suspender, em caráter liminar, e anular, ao final da demanda, a imposição indevida de multa pela Ré Furnas ao Autor CONBAT, evitando-se a inscrição desse consórcio no CADIN e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo celebrado, alegando ainda atraso da Ré Furnas no cumprimento de suas obrigações. O valor apresentado no relatório se refere ao valor da provisão e não da causa. O risco possível foi classificado tendo em vista que o objeto do pedido necessita ainda de instrução probatória, sendo certo que após essa fase o risco de desembolso será novamente avaliado (R\$ 0 em 31/12/2014);
- (ii) Baixa do processo nº 0026627-17.2007.4.01.3400, da esfera cível, por parte da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, no valor de R\$ 207.109, decorrente de processo que só visa anular a resolução normativa nº 257/2007 de revisão tarifária periódica, prevista no contrato de concessão nº 62/2001 - ANEEL, e resolução homologatória nº 486/2007 - Anel. Não existe risco de desembolso, pois já foi praticada a revisão tarifária, deixando Furnas de receber o valor a maior que entende correto (R\$ 207.109 em 31/12/2014);
- (iii) Baixa do processo nº 0107912-08.2006.8.09.0103, da esfera ambiental, por parte do Município de Minacu-GO, no valor de R\$ 15.000, em decorrência de desistência do autor do processo (R\$ 0 em 31/12/2014);
- (iv) Atualização do processo nº 0027531-15.2007.8.19.0001, da esfera cível, por parte da Inepar S.A. Indústria e Construções, referente de dano material, cuja variação foi de R\$ 94.137, passando para o valor de R\$ 138.105 (R\$ 43.968 em 31/12/2014);
- (v) Processo nº 0012047-40.2011.4.01.3400 - ANEEL - Desconstituição de Ato Administrativo, no valor de R\$ 60.561 (R\$ 59.569 em 2014). Trata-se de ação através da qual se pretende a desconstituição de ato administrativo, consubstanciado no Auto da Infração nº 027/2010-SFE/Anel, lavrado em 22 de março de 2010, que gerou o Processo Administrativo nº 48500.006877/2009-46.
- (vi) Processos 0351632-67.2012.8.19.0001; 0351614-46.2012.8.19.0001; e outros - Integral Engenharia Ltda., no valor de R\$ 42.422 (R\$ 98.606 em 2014).
- (vii) Processo nº 0061172-72.2008.8.26.0224, esfera fundiário, Empreendimentos e Representações Cabuçu Ltda, no valor de R\$ 105.838 (R\$ 13.122 em 2014), desapropriação indireta - o valor corresponde a indenização fixada em sentença.
- (viii) Processo nº 0026448-59.2002.4.01.3400, esfera cível, Aes Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, no valor de R\$ 259.111 (R\$ 126.560 em 2014), anulacão / nulidade de ato administrativo - ANEEL -sentença reformada pelo TRF 1.
- (ix) Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400, esfera cível, ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica , no valor de R\$ 103.000 (R\$ 112.270 em 2014), desconstituir o ato da anel que obriga furnas a assinar o cust com a EPE Cuiabá - o valor provisionado refere-se ao valor que furnas deixou de recolher de encargos por ter decisão liminar favorável a suspender a assinatura do cust o risco é possível tendo em vista que em 1ª instância a ação foi julgada improcedente, mas furnas obteve decisão liminar perante a turma que irá julgar a apelação para suspender a assinatura do contrato até o julgamento final da demanda.

26.2.3 Processos tributários

Os processos tributários foram impactados, basicamente, pela sua atualização monetária. Os itens abaixo se referem a processos antigos, atualizados até 31 de dezembro de 2015:

- (i) Adição do processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101, da esfera tributária, no valor de R\$ 651.430, decorrente de Execução Fiscal proposta pela União Federal para exigir o crédito tributário decorrente do processo administrativo nº 16682.720331/2012-10, que exige de Furnas diferenças apuradas de IRPJ e CSLL em razão de ter efetuado compensações sem uso de PER/DCOMP, (R\$ 0 em 31/12/2014);
- (ii) Atualização do processo nº 16682.720.517/2011-98, da esfera tributária, por parte da Receita Federal, decorrente do procedimento de fiscalização para apurar a correta apuração do IRPJ e CSLL no ano-calendário 2007, no valor de R\$ 1.229.555 (R\$ 1.070.522 em 31/12/2014);
- (iii) Atualização do processo nº 16682.720.516/2011-43, da esfera tributária, por parte da Receita Federal, decorrente da autuação fiscal para cobrar valores em decorrência dos seguintes pontos: COFINS não incluso na base de cálculo do referido tributo, valor da RGR e PIS/PASEP, no valor de R\$ 1.160.978 (R\$ 1.010.814 em 31/12/2014);
- (iv) Atualização de valor do processo nº 16682.720.878/2013-04, da esfera tributária, por parte da Receita Federal, decorrente de contribuições para o PIS/PASEP e COFINS no período de outubro de 2010 a março de 2012, cuja variação foi de R\$ 109.845, passando para o valor de R\$ 744.430 (R\$ 634.585 em 31/12/2014);
- (v) Processo nº 16682.722946/2015-23, da esfera tributária, no valor de R\$ 558.631, por parte da Receita Federal do Brasil, cobrança de IRPJ e CSLL + multa e juros em razão de: Furnas registrou, equivocadamente, em 2009, como prejuízo fiscal uma despesa tida em 2000 em razão do contrato de assunção de dívida com a Fundação Real Grandeza, de modo a reduzir, de forma indevida, o lucro real e a base de cálculo da CSLL em 2009, 2010 e 2011 e, consequentemente, o imposto pago; Furnas teria excluído, indevidamente, da base do IRPJ multa cobrada em razão da falta de recolhimento das estimativas mensais de IRPJ e CSLL em razão das compensações feitas e que foram desconsideradas pelo fiscal e da CSLL valores a título de "reversão dos saldos das provisões não dedutíveis" e "outras exclusões", os valores referentes aos pagamentos realizados a título de juros sobre reconhecimento de dívida entre furnas a real grandeza. 3) Furnas teria procedido à compensação de créditos na apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL sem utilizar o PER/DCOMP, de modo que o fiscal considerou como não existentes tais compensações, cobrando, além do montante que se deixou de recolher, a multa isolada pelo não recolhimento das estimativas mensais (R\$ 0 em 31/12/2014).
- (vi) Processo nº 16682.721.073/2014-51, da esfera tributária, no valor de R\$ 245.543, por parte da Receita Federal do Brasil, cobrança de multa isolada relativa à CSLL em razão da compensação efetuada por Furnas sem utilizar o PER/DCOMP -auto de infração - cobrança de CSLL, juros de mora e multa proporcional em razão da glosa efetuada pelo fiscal em razão da utilização de créditos por Furnas do prejuízo fiscal apurado no exercício de 2007 - cobrança de multa isolada relativa ao IRPJ em razão das compensações efetuadas por Furnas sem a utilização da PER/DCOMP -cobrança de IRPJ, juros de mora e multa proporcional em razão da glosa efetuada pelo fiscal dos valores utilizados como créditos por Furnas em decorrência de prejuízo fiscal apurado no exercício de 2007 (R\$ 0 em 31/12/2014).
- (vii) Processo nº 16682.720.874/2013-18, apresentado solicitação de impugnação, referente a auto de infração lavrado pela RFB em razão de Furnas ter dado tratamento como receita isenta às receitas de uso da rede elétrica por Itaipu. Lançamento de ofício das diferenças dos valores devidos de PASEP/COFINS e os declarados por meio de DCTF. Valor: R\$ 107.303 (R\$ 182.114 em 2014).

26.3 Processo remoto de indenização fundiária

Trata-se do processo nº 03354-76.2011.8.09.0113, de ação indenizatória movida contra Furnas, Semesa S.A., e Grupo VBC – VBC Energia S.A em 07.01.2011, que tramita perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Niquelândia, na qual se busca: (i) indenização decorrente da desapropriação em função da implantação do empreendimento UHE Serra da Mesa; (ii) indenização em razão dos prejuízos financeiros após o investimento realizado na implantação de uma serralheria, montada para utilizar a madeira que seria retirada do imóvel desapropriado; e (iii) indenização por dano moral em razão dos itens (i) e (ii) acima, reputando-se como grave e da maior potencial ofensivo.

Em dezembro de 1987, os autores foram desapropriados, em parte de uma propriedade, e Furnas, além de pagar o preço pelas terras e pelas plantações, por mera liberalidade, permitiu que os proprietários retrassem a madeira existente na área inundável, no prazo de até um ano antes do enchimento do reservatório, previsto para 1991.

Os autores argumentam que realizaram alto investimento na estruturação de uma serralheria, com porte para corte e industrialização da madeira. No entendimento de Furnas, a serralheria foi instalada em área desapropriada e o evento está prescrito, uma vez que já haviam se passado mais de 20 anos de sua ocorrência (data da celebração da escritura de desapropriação: 28.12.1987 – prescrição: 28.12.2007 - data do ajuizamento: 07.01.2011). Destaca-se, ainda, que os documentos indicados na petição inicial não refletem os efetivamente juntados.

O valor atualizado, conforme pedido dos autores da ação é de R\$ 926.258, considerada por Furnas como de prognóstico remoto, por entender que há ilegitimidade passiva, prescrição e ausência de direito dos autores e, no tocante ao mérito, rebate por negativa geral.

Atualmente o processo encontra-se em 1ª instância, tendo sido realizada audiência de instrução e julgamento no dia 21.09.2015, na qual foi requerida perícia pela CPFL.

Levando-se em conta o pedido feito pela CPFL (corre a ação) para realização de perícia, encontra-se no aguardo da apresentação de honorários periciais e posterior depósito pela CPFL.

A avaliação dos assessores jurídicos é de perda remota, por isso nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras intermediárias.

26.4 Atualização dos créditos trabalhistas

No dia 04/08/2015, o Tribunal Superior do Trabalho - TST decidiu que créditos trabalhistas devem ser atualizados com base no variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ao invés da Taxa Referencial (TR), porém o Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a aplicação desse novo índice.

Não se vislumbra, no presente, um risco real de aplicação do IPCA-E para correção dos créditos trabalhistas, não existindo até o momento nenhuma ação de execução envolvendo tal matéria. No que concerne ao impacto financeiro, seus efeitos ainda estão em fase de mensuração pela Empresa.

NOTA 27 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante é de R\$ 43.649 (31.12.2014 – R\$ 38.530).

A origem do AFAC incorporado ao capital de Furnas, no montante de R\$ 500.000, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 29 de abril de 2013, refere-se a aportes efetuados pela Eletrobrás nos valores de:

a) R\$ 300.000 para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de investimentos e inversões financeiras nas SPE –, e liberados em 28 de dezembro de 2011, como relacionado abaixo:

- (i) UHE Santo Antônio aporte de R\$ 204.000;
- (ii) UHE Teles Pires aporte de R\$ 16.000;
- (iii) Obras do Programa Geral de Empreendimentos de Transmissão (Corporativo): R\$ 80.000.

b) R\$ 200.000 para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de Furnas com investimentos próprios e inversões financeiras na SPE Madeira Energia, UHE Santo Antônio –, liberados em parcela única em 25 de maio de 2012.

O prazo para efetivação do aumento de capital, com respectiva capitalização é superior a 1 (um) ano e está sendo atualizado pela Selic.

NOTA 28 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Descriutivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	
Contrato nº 004/2004 - UHE Marimbondo	79.924	25.989	79.924
Contrato nº 004/2004 - UHE Furnas	-	168.701	-
Contrato nº 004/2004 - UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito)	52.409	34.538	52.409
Contrato nº 004/2004 - UHE Funil	83.787	132.219	83.787
Contrato nº 062/2001 - Transmissão	729.478	608.488	729.478
SPF's Controladas	-	-	57.300
Total	945.598	969.935	1.002.898
Não circulante	945.598	969.935	1.002.898

A Administração da Empresa realiza anualmente testes de onerosidade nos contratos de geração e transmissão de energia elétrica, em atendimento ao CPC 25 e IAS 37.

Para fins de avaliação da onerosidade, a Empresa calcula o montante estimado através de fluxos de caixa identificáveis por contrato, utilizando as premissas do cálculo do *impairment* na nota 17.3.

Com a renovação do Contrato nº 004/2004 nos termos da Lei nº 12.783/2013, ficou configurado a onerosidade contratual. As usinas integrantes no Contrato são: UHE Corumbá I, UHE Marimbondo, UHE Furnas, UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito), UHE Funil e UHE Porto Colômbia.

Em função da renovação do contrato de concessão nº 062/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013, a Empresa mudou a sua característica com relação à atividade de transmissão. Antes, todos os bens destinados a essa atividade eram tratados como Ativos Financeiros, uma vez que todos os contratos de transmissão foram assim considerados. Com a renovação, o contrato de concessão nº 062/2001 passou a ser um contrato de prestação de serviço de operação e manutenção.

Após aplicação da metodologia, utilizando as premissas elencadas na nota 17.3, Furnas efetuou os testes de onerosidade e constituiu a provisão para UHE Marimbondo e UHE LCB - Estreito do Contrato nº 004/2004 e para o Contrato nº 062/2001 - Transmissão. Além disso, reverteu a provisão para UHE Furnas (total) e UHE Funil (parcial), ambas do Contrato nº 004/2004.

28.1 Movimentação da provisão

Descriutivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	969.935	969.935	
Movimento em 2015	(24.337)	32.963	
(+) Constituição de provisão (UHEs: Marimbondo, LCB - Estreito e CT nº 062/2001 – transmissão).	192.796	192.796	
(-) Reversão de provisão (UHE's Furnas e Funil) ^(a)	(217.133)	(217.133)	
(+) Constituição de provisão SPE's Controladas ^(b)	-	57.300	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	945.598	1.002.898	

(a) Esta reversão na provisão para perdas por contrato oneros



Energia que impulsiona o Brasil

NOTA 33 – RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

Descriutivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
(Provisão) / Reversão – Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Prej)	(425)	11.848	(425)
Reversão de provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas, civéis e outras	(225.084)	46.018	(225.813)
Provisão para Créditos da Liquidação Dívida (PCLD)	(158.184)	(65.516)	(158.184)
(Provisão) / Reversão para baixa com ativo financeiro	-	496.195	-
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos	(9.304)	(23.499)	(9.304)
(Provisão) / Reversão de redução ao valor recuperável de ativo (impairment) ⁽¹⁾	54.334	47.225	27.886
(Provisão) / Reversão de redução ao valor de investimento (impairment) ⁽²⁾	(260.297)	-	(260.297)
Doações e contribuições não vinculadas	(28.484)	(28.209)	(28.484)
Arrendamento e Aluguel	(65.683)	(62.293)	(65.683)
Seguros	(17.277)	(14.638)	(17.277)
Demais receitas / (despesas)	(30.277)	8.662	(30.714)
Reembolso Médico - Hospitalar e Odontológico	(16.527)	(17.727)	(16.527)
Despesas com Eventos, Patrocínio, Projetos Institucionais Sócio-culturais	(8.327)	(8.553)	(8.327)
Despesas com estagiários, bolsistas – concurso e bolsa de estudo	(8.907)	(8.237)	(8.907)
Reembolso escolar, creche, vale transporte, auxílio transferência e auxílio-doença suplementação	(15.942)	(15.466)	(15.942)
Diferencial Alíquotas ICMS	(1.776)	(2.587)	(1.776)
Indenizações, perdas e danos	(743)	(1.404)	(743)
Gastos Ambientais	(125)	(197)	(125)
Custas Judiciais (inclui judiciais trabalhistas)	(4.040)	(4.242)	(4.040)
Ganhos (perdas) atuariais	103.512	116.395	103.512
Reversão Contrato Oneroso ⁽³⁾	24.337	31.283	(32.963)
Total	(669.219)	505.058	(754.133)

(1) Vide notas 17.3 e 18

(2) Vide nota 16.2

(3) Vide nota 28

33.1 – Reversão para baixa com ativo financeiro

Em 16 de dezembro de 2014, a Aneel, por meio das REN 642/14 e REN 643/14, estabeleceu critérios e procedimentos para a realização de investimentos que serão considerados nos processos tarifários e estarão sujeitos a um adicional de receita, inclusive os já realizados a partir de 01 de janeiro de 2013.

Com base neste fato novo, revertemos as provisões para baixa de ativo financeiro, constituídas nos anos de 2013 e 2014 para os investimentos realizados em modernizações de usinas e aqueles relacionados a reforços e melhorias de ativos do contrato de transmissão nº 062/2001. O montante de R\$ 496.195 refere-se à reversão da provisão constituída em 2013.

33.2 – Impairment e Contrato Oneroso

Furnas consolidou em 31.12.2015 as SPEs Transenergia Goiás, participação de 98,35% e Energia dos Vents V S.A., Energia dos Vents VI S.A., Energia dos Vents VII S.A., Energia dos Vents VIII S.A. e Energia dos Vents IX S.A. cuja participação é de 99,99%. Segue abaixo a composição dos saldos conforme saldos acima destacado:

Descriutivo	Reversão (Provisão) Impairment		Reversão (Provisão) Contrato Oneroso	
	2015	2014	2015	2014
Furnas	54.334	47.225	24.337	31.283
Energia dos Vents V S.A.	(4.768)	-	(9.550)	-
Energia dos Vents VI S.A.	(5.900)	-	(14.325)	-
Energia dos Vents VII S.A.	(6.874)	-	(14.325)	-
Energia dos Vents VII S.A.	(4.518)	-	(8.595)	-
Energia dos Vents IX S.A.	(4.388)	-	(10.505)	-
Total	27.886	47.225	(32.963)	31.283

NOTA 34 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Descriutivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Receita Financeira			
Renda de aplicações financeiras	140.212	76.195	141.269
Juros s/ créditos de energia financiados e emprést. Concedidos	59.954	58.821	59.954
VM s/ créditos de energia financiados e emprést. Concedidos	71.431	22.480	71.431
VM e acréscimo moratório sobre energia vendida	22.926	31.563	22.926
Outras variações ativas	(60.415)	296.178	(60.415)
Outras receitas financeiras	129.507	95.522	129.508
Subtotal	363.615	580.759	364.673
Despesa Financeira			
Encargos de empréstimos e financiamentos	(901.900)	(708.911)	(901.900)
Encargos de dívidas - FRG	(17.175)	(19.129)	(17.175)
Encargos financeiros sobre parcelamento especial (Paes)	(66.347)	(91.238)	(66.347)
Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos	(521.850)	(159.017)	(521.850)
Outras variações passivas	(63.830)	(2.279)	(63.830)
Outras despesas financeiras	(95.034)	(58.180)	(95.407)
Subtotal	(1.666.136)	(1.038.754)	(1.666.509)
Total	(1.302.521)	(457.995)	(1.301.836)

34.1 Encargos de empréstimos e financiamentos

Descriutivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Encargos de dívida	(901.900)	(744.578)	(901.900)
Encargos de dívida transferidos para ativo imobilizado	-	35.667	-
Total	(901.900)	(708.911)	(901.900)

34.2 Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos

Descriutivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Variação monetária e cambial passiva sobre empréstimo longo prazo	(521.850)	(209.554)	(521.850)
Variação monetária e cambial passiva transferida para ativo imobilizado	-	50.537	-
Total	(521.850)	(159.017)	(521.850)

NOTA 35 – IRPJ E CSLL NO RESULTADO

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituidos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

Descriutivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
IRPJ (25%)	238.417	238.417	(244)
CSLL (9%)			(244)
Lucro / Prejuízo antes dos impostos	238.417	238.417	(244)
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	(59.604)	(21.458)	61
Efeitos das adições e exclusões:			
Ajustes da Lei nº 11.941/2009 (RTT)	-	160.538	57.793
Adições / Exclusões da Lei nº 12.973/2014	(10.231)	(3.683)	-
Ajustes 1ª adição da Lei nº 12.973/2014 (2010/2014)	(14.831)	(5.339)	-
Provisões operacionais	(144.055)	(51.860)	(19.173)
Equivalência patrimonial	78.848	28.385	221.778
Outros			
Demais adições/exclusões	6.640	2.383	(67.787)
Constituição/Reversão de créditos tributários	(142.021)	(51.127)	(450.483)
Ganho Contrato Oneroso	19.668	7.080	(7.821)
Ajuste Societário	-	-	(160.538)
Compensação de Prejuízos Fiscais	37.077	13.348	9.809
Incentivos Fiscais	2.076	-	(1.589)
Total	(226.433)	(82.271)	(297.766)
Corrente	(84.412)	(31.144)	-
Diferido	(142.021)	(51.127)	(297.766)
Total	(226.433)	(82.271)	(297.766)
Total</			



Energia que impulsiona o Brasil

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
Empresas de Geração								
Enerpeixe	-	-	-	2.287	13	-	-	-
Baguari	-	-	-	193	-	-	-	-
Retiro Baixo	-	-	-	-	154	-	-	-
Serra Fácia Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Chapecoense	-	-	-	-	-	-	-	-
Foz do Chapecó	-	-	-	4.672	134	-	-	-
Madeira Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antonio Energia	-	64.924	-	43.352	3.005	-	-	(97.010)
Inambari	-	-	-	-	-	-	-	30
Brasventos Eolo	-	-	-	605	-	-	-	-
Brasventos Miassaba	-	-	-	709	-	-	-	-
Rei dos Vents 3	-	-	-	622	-	-	-	-
Teles Pires Participações	-	-	-	-	-	-	-	-
Cia Hidrelétrica Teles Pires	(18.614)	-	-	9.926	3.253	-	-	(115.412)
Energia dos Vents I	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Vents V	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Vents VI	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Vents VII	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Vents VIII	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Vents IX	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Vents X	-	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Famosa I	-	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Pau Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Rosada	-	-	-	-	-	-	-	-
Punaú I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Carnaúba I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Carnaúba II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Carnaúba III Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Carnaúba V Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Cervantes I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Cervantes II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Bom Jesus Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Cachoeira Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Pitimbu Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
São Caetano Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
São Caetano I Eólica S.A	-	-	-	-	-	-	-	-
São Galvão Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaguaçu da Bahia	-	-	-	-	-	-	-	-
Energias Renováveis S/A	-	-	-	-	-	-	-	-
Eólica Itaguaçu da Bahia	-	-	-	-	-	-	-	-
SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Vents de Santa	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Luiza SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Vents de Santa	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Madalena SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Vents de Santa	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Marcela SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Vents de Santa	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Vera SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Vents de Santo	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Antônio SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Vents de São	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Bento SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Vents de São Cirilo	-	-	-	-	-	-	-	(1)
SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Vents de São João	-	-	-	-	-	-	-	(1)
SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Vents de São	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Rafael SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Tijoa Participações e	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos S.A.	-	-	-	3.739	-	-	-	-
CSE Centro de Soluções	-	-	-	-	-	-	-	-
Estratégicas S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa de Energia São	-	-	-	-	-	-	-	-
Manoel S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(47.905)
Subtotal de Geração	(18.614)	64.924	-	66.105	6.726	-	-	(260.206)
Empresas de Transmissão								
Transleste	-	-	(1.515)	-	-	-	-	-
Transudeste	-	-	(947)	-	157	-	-	165
Transirapé	-	-	(739)	-	-	-	-	-
Centroeste	-	-	(645)	-	1.068	-	-	89
Transenergia Renovável	-	-	(706)	-	-	-	-	-
IE Madeira	-	-	(20.927)	-	602	-	-	495
Transenergia São Paulo	-	-	(297)	-	976	1	-	77
Transenergia Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-
MGE Transmissão	-	-	(1.389)	-	1.685	-	-	167
Goiás Transmissão	-	-	(2.327)	-	2.331	-	-	-
Caldas Novas Transmissão	-	-	(37)	-	724	-	-	160
Triângulo Mineiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissora S.A.	-	-	-	-	578	-	-	25
Paranába Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	792	-	-	-
Luziânia–Niquelândia	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissora	-	-	(105)	-	110	-	-	30
Vale do São Bartolomeu	-	-	-	-	373	-	-	1.704
Trans. de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Mata de Santa Genebra	-	-	-	-	-	-	-	296
Lago Azul Transmissora	-	-	-	-	-	-	-	395
Belo Monte Transmissora	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Energia Olímpica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1
Subtotal de Transmissão	-	(29.634)	-	9.396	1	-	-	3.603
Total SPEs	(18.614)	64.924	(29.634)	66.105	16.122	1	-	(256.603)
FRG	-	-	-	-	-	9	(88.155)	-
TOTAL 31.12.2015	(18.614)	64.924	(29.634)	66.105	16.122	10	(17.216)	(344.758)
TOTAL 31.12.2014	-	(25.305)	-	49.858	21.704	1.145	(20.795)	143.329

NOTA 38 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

38.1 Energia Elétrica

A Lei nº 12.783/2013 estabeleceu as condições de prorrogação das concessões de usinas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. A comercialização da energia de tais usinas se dá por meio do rateio de cotas de energia das mesmas entre as distribuidoras do SIN e da aplicação de receitas anuais de geração (RAG) estabelecidas pela Aneel.

Já a comercialização da energia das usinas de Furnas não alcançadas pela referida Lei está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição e outro caracterizado por contratos livremente pactuados.

A Empresa está comprometida com venda e compra de energia conforme os quadros a seguir:

38.1.1 Compromissos – posições vendidas

Ano	Comprador de Energia	LEN Manso 2008 e 2010 30 anos	LEN Simplicio e Batalha 2010 30 anos	Disponibilidade Santa Cruz 2012 15 anos	LEE 2014 / 2019 6 anos	LEE 2015 / 2017	RAG
2017	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	790.560 181 142.533	2.032.320 195 397.075				



Energia que impulsiona o Brasil

independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório Hogan Lovells. Esta Comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários.

Ainda sobre a Operação Lava-Jato, importa mencionar que em 29 de abril de 2015, em razão de notícias que tratavam de um suposto esquema de corrupção, o então Diretor-Presidente da Eletrobras Eletronuclear, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, solicitou seu licenciamento e em 04 de agosto de 2015 renunciou ao cargo. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva atualmente é réu de ação penal na qual a Eletrobras solicitou ingresso na qualidade de assistente de acusação.

Outrossim, em decorrência de notícias citando o suposto envolvimento do Diretor da Eletrobras Eletronorte, o Sr. Adhemar Palocci, e do Diretor da Eletrobras, Sr. Valter Luiz Cardeal, na prática de supostos atos ilícitos em conexão com a Operação Lava-Jato, em 31 de julho de 2015 ambos solicitaram licença de seus cargos como diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, e no dia 05 de agosto de 2015 o Sr. Valter Luiz Cardeal solicitou licença também dos Conselhos de Administração das empresas CGTEE, Amazonas GT e Eletrosul. Os Srs. Adhemar Palocci e Valter Luiz Cardeal permaneceram licenciados.

Na medida em que os trabalhos de investigação conduzidos pelo escritório Hogan Lovells evoluírem e, caso conduzam a achados e produzam informações e dados suficientes para que a Empresa avale, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de impactos sobre as Demonstrações Financeiras, será dado aos mesmos o tratamento legal e regulamentar pertinente.

Atualmente, como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir nestas Demonstrações Financeiras eventuais impactos, se houver, relacionados a este tema.

39.2.2 Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Empresa apresenta passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente da relação entre as operações de financiamentos e empréstimos, obtidos e concedidos, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

Descriutivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Passivos		
Dólar norte-americano	(507.102)	(364.547)
YEN	(123.859)	(118.864)
Total	(630.961)	(483.411)

39.2.3 Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Empresa contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas aos contratos de captação externa, principalmente referenciados às taxas CDI e IPCA.

Exposição à taxa de juro	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Passivos		
Selic	(143.968)	(787.968)
TJLP	(1.007.364)	(1.090.295)
CDI	(4.143.595)	(3.474.500)
IPCA	(3.640.045)	(2.928.182)
Total	(8.934.972)	(8.280.945)

39.2.4 Risco de preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas de Furnas passam a receber a Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A RAG será composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, quando cabíveis, determinados pela Aneel com base em parâmetros de eficiência, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de Conexão e Uso dos Sistemas de Transmissão ou de Distribuição de responsabilidade da concessionária.

A RAG será reajustada anualmente, no dia 1º de julho de cada ano, a partir de 2014, exceto para os anos em que ocorra a revisão tarifária, conforme fórmula estabelecida em seu contrato de renovação da concessão.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida (RAP), julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões não alcançadas pela Lei nº 12.783/2013.

No entanto, os empreendimentos de transmissão de Furnas, alcançados por esta norma legal, possuem RAPs que cobrirão os custos operacionais, de Administração e de Operação e Manutenção acrescidos de uma margem de 10% sobre o custo. Cabe destacar que quando estas RAPs são insuficientes geram a necessidade de uma provisão para perda com contrato oneroso.

39.2.5 Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Empresa atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Empresa busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Empresa tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

39.2.6 Risco de liquidez

A Empresa atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Descriutivo	Controladora e Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	(874.847)	(3.443.093)	(3.111.671)	(2.411.791)	(9.841.402)
Concessões a pagar – uso do bem público	(1.616)	(2.888)	(4.332)	(28.274)	(37.110)

39.3 Gestão de Capital

Os objetivos da Empresa ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim sumarizados:

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Financiamentos e empréstimos	9.841.402	8.927.660	9.841.402	8.927.660
Fornecedores	741.600	750.285	747.019	750.285
Menos:				
Caixa e equivalentes de caixa	(400)	(1.692)	(12.099)	(12.099)
Outros				
TVM	(1.193.743)	(667.750)	(1.193.743)	(667.750)
Dívida líquida (A)	9.388.859	9.008.503	9.382.579	9.008.503
Patrimônio líquido	10.216.094	10.373.564	10.216.094	10.373.564
Total do capital (B)	19.604.953	19.382.067	19.598.673	19.382.067
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	47,89%	46,48%	47,87%	46,48%

40.2 Garantias das investidas de Furnas (SPEs)

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com interveniência da Eletrobras.

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativa/SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controlada)	Saldo Devedor em 31/12/2015	Projeção de Saldo Devedor Fim do Exercício			Saldo a Desembolsar	Término da Garantia
							2016	2017	2018		
2010	Santo Antônio Energia S.A	BNDES Direto	SPE	39,0%	1.594.159	1.968.315	1.958.700	1.891.410	1.777.299	28.787	15/03/2034
2010	Santo Antônio Energia S.A	BNDES Repasse	SPE	39,0%	1.574.659	2.033.066	2.024.159	1.953.572	1.832.637	25.350	15/03/2034
2009	Santo Antônio Energia S.A	Banco da Amazônia - FNO	SPE	39,0%	196.334	247.102	234.471	224.304	213.273	-	15/12/2030
2013	Santo Antônio Energia S.A	2ª Emissão de Debêntures	SPE	39,0%	163.800	204.398	221.053	222.805	234.104	-	24/01/2023
2013	Santo Antônio Energia S.A	3ª Emissão de Debêntures	SPE	39,0%	273.000	318.042	340.410	361.132	379.451	-	01/03/2024
2010	Foz do Iguaçu Energia S.A	BNDES	SPE	40,0%	435.508	405.692	371.165	336.638	302.111</td		



Energia que impulsiona o Brasil

NOTA 41 – SEGUROS

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

Riscos	Controladora			
	Vigência		R\$	
	Inicio	Término	Importância	Prêmio
a) Garantias:				
Garantia Financeira (CRD 109/2011 CEMIG)	31/08/2013	31/12/2016	294	4
Garantia Judicial - 62ª Vara do Trabalho	02/07/2015	02/07/2016	1.632	4
25ª Vara Cível – Rio de Janeiro/RJ	27/05/2014	12/02/2017	1.399	4
Vara Fazenda Comarca Gurupi/TO	10/12/2015	10/12/2016	1.390	5
1ª Vara Feitos trabalhistas comarca de BH	19/12/2014	19/12/2016	4.669	33
2ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiania	30/03/2015	30/03/2016	2.589	9
7ª Vara Federal DF	15/12/2014	15/12/2019	971	17
34ª Vara Cível - Rio de Janeiro/RJ	10/03/2015	10/03/2016	650	2
1ª Região tribunal Regional Federal	30/10/2014	30/10/2016	4.601	32
3ª Vara Federal Regional Federal 1ª Região	30/04/2015	30/04/2016	1.614	6
8ª Vara Federal da Seção Jud do DF	16/06/2015	16/06/2017	2.202	15
7ª Vara Federal do DF (processo 00493938320154013400)	-	-	-	3
Endoso 01 - R\$ 509.901,18	-	-	-	1
Endoso 02	11/09/2015	11/09/2017	511	-
13ª Vara Federal da Seção Jud. DF	03/10/2015	03/10/2016	681	2
19ª Vara Federal Rio de Janeiro	14/07/2015	14/07/2017	258.172	251
2ª Vara do Trab. Aparecida de Góiania - SwissRe	31/08/2015	31/08/2017	2.514	20
13ª Vara Federal Comarca Brasília/DF	16/08/2015	16/08/2016	21.865	87
19ª Vara Federal Rio de Janeiro (parte do prêmio apropriada em 2015)	14/07/2015	14/07/2017	250.000	991
49ª Vara do Trabalho do RJ	14/08/2015	14/08/2017	1.955	16
4ª Vara Cível - Rio de Janeiro/RJ	06/08/2015	06/08/2016	35.436	141
Garantia Financeira - AMPLA CUSD	05/05/2015	05/05/2016	181	1
4ª Vara de Execuções Fiscais RJ	11/11/2015	11/11/2017	100.733	504
4ª Vara de Trabalho RJ 1ª Região	14/12/2015	14/12/2017	2.837	14
Responsabilidade Civil Geral – Emp. Energia Elétrica - Apólice em emissão	28/10/2014	28/10/2015	30.000	364

Riscos	Controladora			
	Vigência	Término	Importância	R\$
	Inicio	Término	Prêmio	
b) Veículos				
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos – Frota	03/08/2014	03/08/2016	100	210
Seguro Automóvel – Veículos Executivos (Toyotas Corolla e Honda Civic)*	08/12/2015	08/12/2016	120	8
Seguro Automóvel – Cobertura Compreensiva– Veículos Executivos - (Fords Fusion)*	17/04/2015	17/04/2016	130	6
c) Diversos				
Riscos Diversos (Antenas Micro ondas Ed. Argentina)	07/07/2015	07/07/2016	100	2
Riscos Diversos (Estação de Meteorológica)	06/07/2015	06/07/2017	1.444	93
Riscos Diversos (Estações Totais GPS e Receptoras de Sinais Digitais)	04/03/2015	04/03/2016	640	14
d) Transporte				
interestadual	23/06/2015	23/06/2016	-	41
perímetro urbano/operação isolada.	23/06/2015	23/06/2016	-	112

(*) O valor segurado depende do transporte contratado, ficando a avarbar.

Riscos Operacionais: Desde 27 de junho de 2011, Furnas vem adotando o auto seguro de suas instalações. Encontra-se em fase de aprovação a Política Corporativa de Seguros Operacionais das Empresas Eletrobras.

Risco de Garantia: cobertura de Seguro que tem por objetivo oferecer garantia nos seguintes casos: (a) Concorrência (Bid Bond) – utilizado para manter firmes as propostas, salvaguardando o licitante dos custos decorrentes da não assinatura de Contratos; (b) Executante (Performance Bond) – utilizado como garantia da performance e fiel cumprimento de contratos; (c) Judicial – garante o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o executado necessite realizar no trâmite de procedimentos judiciais.

Responsabilidade Civil: cobertura para o reembolso de indenizações que o segurado venha a ser obrigado a pagar em consequência de lesões corporais ou danos materiais, por ele provocados involuntariamente (por omissão, negligência ou imprudência) a terceiros ou a pessoas pelos quais possa responder civilmente.

Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos: Este seguro visa reembolsar ao segurado a indenização à qual esteja obrigado, judicial ou extrajudicialmente, a pagar em consequência de danos corporais e/ou materiais involuntários causados a terceiros.

Transportes Nacionais e Internacionais: cobre danos causados ao objeto segurado, especialmente à carga transportada (mercadorias em geral, principalmente as afins do segurado, mudanças domésticas, malotes, bagagem, mostruário, equipamentos elétricos, remessa postal etc.), por roubo, desaparecimento e danificação, com indenização por reembolso.

Riscos de Diversos: visa atender necessidades específicas de cobertura não encontradas nos ramos tradicionais de seguros. Oferece coberturas para os riscos de perdas e danos materiais decorrentes de causa externa, exceto aqueles expressamente excluídos, para equipamentos móveis (caminhões laboratório e Unimog, equipamento de tratamento de óleo) ou estacionários (antenas e estação meteorológica).

NOTA 42 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em 03 de março de 2016, Furnas exerceu a opção do contrato de compra de energia elétrica no ambiente livre com a empresa Santo Antônio Energia S/A, cujo suprimento se dará no período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2020, procedendo a cobrança do montante de R\$ 156.747, relativo ao valor original da negociação (R\$ 130.000) pela entrega futura dessa energia e sua correspondente atualização (R\$ 26.747).

b) Em 11 de março de 2016, Furnas realizou Depósito Judicial, no valor de R\$ 79.536, atualizado até março de 2016, referente ao montante homologado pelo juízo de R\$ 49.808, base outubro de 2013, nos autos da Ação de Cobrança nº 0055738-29.2004.8.19.0001, movida pela Tractebel Energia S.A., o qual está provisionado.

FERNANDO SERGIO LOPES ROSA
Superintendência de Contabilidade
CRC - RJ 061.286/O-3 – Contador

ANSELMO GARCIA SOBROSA
Gerência de Operações e Análise Contábil
CRC - RJ 078.544/O-6 – Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da

Furnas Centrais Elétricas S.A.

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. (Empresa), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva**Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato**

Conforme mencionado na nota explicativa Nº 39.2, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Lava Jato" e seus desdobramentos, a Administração da Empresa tomou conhecimento, por meio de veiculação pela mídia ou de outra forma, da existência de supostos atos ilegais, dentre eles supostos pagamentos de propinas por administradores e ex-administradores de construtoras envolvidas em certos empreendimentos, a Funcionários e/ou Administradores e/ou Diretores de sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e/ou suas investidas consolidadas e/ou avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em decorrência, a Eletrobras, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração, contratou empresa independente especializada para conduzir investigação relacionada ao assunto acima e eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, no contexto da legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América. Adicionalmente, a Eletrobras criou uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos pela empresa independente contratada.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão ainda em andamento, portanto, sem quaisquer resultados conclusivos, os possíveis impactos decorrentes da resolução final destes temas, sobre as demonstrações financeiras da Empresa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não são conhecidos e não puderam ser estimados

pela Empresa. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustes ou divulgações em decorrência desses assuntos nas referidas demonstrações financeiras.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada de Furnas Centrais Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases**Recuperação de ativos das investidas**

Conforme citado na nota explicativa Nº 16, em 31 de dezembro de 2015, as investidas Madeira Energia S.A. ("MESA"), Empresa de Energia São Manuel S.A., Serra do Facão Energia S.A. e Teles Pires Participações S.A. nas quais a Empresa participa com 39%, 33,33%, 49,48% e 24,72%, respectivamente, apresentam capital circulante negativo, nos montantes de R\$ 543.238 mil (consolidado), R\$ 1.147.746 mil, R\$ 151.705 mil e R\$ 347.496 mil (consolidado). A continuidade operacional das investidas depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador – renovação de concessões

Conforme citado na nota explicativa Nº 2.3, no final do exercício de 2012 a Empresa aceitou as condições para a renovação antecipada de algumas concessões de geração e transmissão estabelecidas pelo Governo Federal do Brasil, resultando em mudanças na rentabilidade de tais concessões a partir do exercício de 2013 e no direito de indenização por determinados saldos residuais de ativos de transmissão e geração, sujeito à aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Em 31 de dezembro de 2015, os saldos residuais dos ativos de usinas de geração e geração térmica, referentes às avaliações citadas anteriormente, montam a R\$ 995.718 mil e R\$ 705.425 mil, respectivamente, e foram determinados pela Empresa a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos. Adicionalmente, conforme informado na citada nota, para os ativos de transmissão registrados, no montante de R\$ 4.530.060 mil, a ANEEL emitiu em



Ministério de
Minas e Energia



www.furnas.com.br